INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

CASES
Cooperativa António Sérgio para a Economia Social



Conta Satélite da Economia Social 2010

Edição 2013

Estatísticas oficiais

FICHA TÉCNICA

Título
Conta Satélite da Economia Social 2010

Editores
Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 218 426 100
Fax: 218 445 084

Presidente do Conselho Diretivo
Alda de Caetano Carvalho

www.ine.pt

CASES, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL
Rua Viriato, nº 7
1050-233 Lisboa
Portugal
Telefone: 213 878 046
Fax: 213 858 823

Presidente
Eduardo Graça

www.cases.pt

Capa e Composição
Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISBN 978-989-25-0196-3

Periodicidade monografia

Apoio | a clientes
808 201 808
(rede fixa nacional)
+ 351 218 440 695 (outras redes)

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2013*
A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

RESUMO

Esta publicação apresenta os resultados do projeto-piloto da Conta Satélite da Economia Social (CSES) para o ano 2010 e do Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012.

A caracterização da Economia Social em Portugal baseou-se na análise, por tipo de atividade, do número de entidades (universo) e dos agregados macroeconómicos das organizações da Economia Social (OES). As principais conclusões a destacar são:

- Em termos de dimensão relativa do setor, em 2010 o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social representou 2,8% do VAB nacional total e 5,5% do emprego remunerado (equivalente a tempo completo - ETC).

- A remuneração média (por ETC) nas OES correspondeu a 83,1% da média nacional, embora apresentando uma dispersão significativa.

- Das 55 383 unidades consideradas no âmbito da Economia Social em 2010, as Associações e outras OES representavam 94,0%, sendo responsáveis por 54,1% do VAB e 64,9% do emprego (ETC remunerado). As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da Economia Social com maior peso relativo, em termos do número de unidades, VAB e remunerações.

- Perto de metade (48,4%) das OES exerciam atividades na área da cultura, desporto e recreio, mas o seu peso em termos de VAB e emprego remunerado (ETC) era relativamente diminuto (6,8% e 5,4%, respetivamente);

- A ação social gerou 41,3% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) das OES, sendo responsável por 48,6% do emprego remunerado (ETC);

- Em 2010, o setor da Economia Social registou uma necessidade líquida de financiamento de 570,7 milhões de euros. Contudo, as Cooperativas (fundamentalmente devido às que se integram na área financeira), as Mutualidades e Fundações da Economia Social apresentaram capacidade líquida de financiamento;

- Os recursos das OES foram fundamentalmente gerados pela produção (62,8%) e por outras transferências correntes e outros subsídios à produção (23,8%). As despesas das OES consistiram, principalmente, em consumo intermédio (31,4%), remunerações (26,8%) e transferências sociais (24,3%);

- Em 2010, existiam 5 022 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Estas representaram 50,1% do VAB, 42,6% das remunerações e 38,2% da necessidade líquida de financiamento da Economia Social.

A caracterização do Voluntariado em Portugal, em 2012, baseou-se nos resultados do Inquérito piloto ao Trabalho Voluntário 2012, de que se destacam alguns resultados:

- Em 2012, 11,5% da população residente com 15 ou mais anos participou em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, o que representou quase 1 milhão e 40 mil voluntários;

- Comparando a proporção de voluntários com determinadas características com a população residente com características idênticas (taxa de voluntariado), foi possível concluir que a taxa de voluntariado feminina foi superior à masculina (12,7% vs. 10,3%);

- Considerando a idade dos indivíduos voluntários, verificaram-se os seguintes valores para a taxa de voluntariado: 11,6% no escalão dos 15-24 anos, 13,1% na faixa dos 25-44,

12,7% no escalão dos 45-64 anos. Apenas no último escalão etário a taxa de voluntariado foi inferior: 7,3% dos residentes com 65 ou mais anos participou em ações de voluntariado;

- De uma maneira geral, a taxa de voluntariado aumentou com o nível de escolaridade. A taxa mais baixa foi observada nos voluntários sem nenhum nível de escolaridade (3,5%). A maior taxa foi observada nos indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados: 21,3%;

- Sistematizando as observações sociodemográficas, foi possível definir um perfil sintético do voluntário: nas atividades de trabalho voluntário formal destacaram-se os indivíduos mais jovens, desempregados e com níveis de escolaridade mais elevados; predominaram as mulheres e indivíduos solteiros. Nas atividades de trabalho voluntário informal prevaleceram pessoas com mais idade e com maiores níveis de escolaridade, verificando-se uma maior taxa de voluntariado dos indivíduos desempregados e, também, maior proporção de indivíduos divorciados/separados;

- O trabalho voluntário formal de homens e mulheres apresentou características diferenciadas. Observou-se uma predominância feminina no âmbito do apoio social (48,5% vs. 36,3%) e masculina nas atividades de organizações desportivas, culturais e recreativas (33,2% vs. 14,1%);

- Nas taxas de voluntariado por região NUTS II, observou-se que duas regiões apresentaram taxas de voluntariado acima da média do país (11,5%): a região Centro e a região de Lisboa, com 12,3% e 12,0%, respetivamente. As taxas de voluntariado mais baixas tiveram lugar nas R.A. da Madeira (10,1%) e dos Açores (8,8%);

- Valorizando o trabalho voluntário, utilizando como referência metodologias internacionais que recomendam o *"cost replacement"*, ou seja, a imputação de um salário (um "salário por ocupação profissional", "salário de apoio social" ou, mesmo, o salário mínimo), estimou-se que o trabalho voluntário tenha atingido, em 2012, um valor na ordem de 1% do Produto Interno Bruto (PIB);

- O Inquérito ao Trabalho Voluntário permitiu, adicionalmente, determinar o trabalho voluntário afeto à Economia Social em 2012. Utilizando como referência o emprego total da Economia Social (expresso em ETC) em 2010, foi possível observar que o trabalho voluntário na Economia Social correspondeu a cerca de 40% do primeiro, o que confirma a importância deste recurso para as OES.

ABSTRACT

This publication presents the results of the pilot project of the Satellite Account of Social Economy (SASE) for the year 2010 and the pilot survey on voluntary work 2012.

The characterization of Social Economy in Portugal was based on the analysis, by type of activity, of the number of entities and macroeconomic aggregates of Social Economy organizations. The main conclusions to be highlighted are:

• In terms of relative size of the sector, in 2010 the Social Economy Gross Value Added (GVA) represented 2.8% of total national GVA and 5.5% of paid employment (Full time equivalent - FTE);

• The average compensation of employees (per FTE) in Social Economy organizations accounted for 83.1% of the national average, although showing a significant dispersion;

• Of the 55,383 units considered under Social Economy in 2010, Associations and other Social Economy organizations represented 94.0%, accounting for 54.1% of GVA and 64.9% of employment (paid FTE). Co-operatives were the second group of the Social Economy entities with higher relative weight in terms of number of units, GVA and compensation of employees;

• Nearly half (48.4%) of the Social Economy organizations had activities in the field of culture, sports and recreation, but its weight, in terms of GVA and paid employment (FTE) was relatively small (6.8% and 5.4%, respectively);

• Social action generated 41.3% of the GVA of the Social Economy organizations, accounting for 48.6% of paid employment (ETC);

• In 2010, the Social Economy sector had a net borrowing of 570.7 million Euros. However, Co-operatives (mainly due to the ones that integrate the financial area), Mutual Societies and Foundations of Social Economy showed net lending capacity;

• Social Economy organizations' resources were mainly generated by output (62.8%) and other current transfers and other subsidies on production (23.8%). The expenditures mainly consisted on intermediate consumption (31.4%), compensation of employees (26.8%) and social transfers (24.3%);

• In 2010, there were 5,022 Private Institutions of Social Solidarity (IPSS). These accounted for 50.1% of GVA, 42.6% of compensation of employees and 38.2% of net borrowing from the Social Economy.

The characterization of Volunteer Work in Portugal was based on the results of the pilot survey on Volunteer Work 2012. Some results stand out:

• In 2012, 11.5% of the resident Portuguese population aged 15 years or older participated in, at least, one formal or informal volunteering activity, representing nearly 1 million and 40 thousand volunteers;

• Comparing the proportion of volunteers with certain characteristics with the resident population having similar characteristics (volunteer rate), it was concluded that the volunteer rate was higher for women (12.7% for women vs. 10.3% for men);

• Considering the age of the volunteers, the following values for volunteer rates were observed: 11.6% in the age group of 15-24 years, 13.1% in the range of 25-44, 12.7% in the age group of 45-64 years. Only in the last age group the volunteer rate was lower: 7.3% of residents aged 65 years or older participated in volunteer activities;

• In general, volunteer rate increased with the education level. The lowest rate was observed in volunteers with no schooling (3.5%). The highest rate was observed in volunteers with higher levels of education: 21.3%;

• Systematizing sociodemographic observations, it was possible to define a synthetic profile of the volunteer: in formal volunteer activities younger individuals, unemployed, with higher levels of education; women and single individuals predominated. In informal volunteer activities prevailed older people and individuals with higher education levels, ensuring a higher proportion of unemployed, and also a higher proportion of divorced / separated;

• Formal volunteering showed different characteristics for men and women. There was a female predominance in the context of social services (48.5% vs. 36.3%) and male predominance in sports, cultural and recreational organizations (33.2% vs. 14.1%);

• As far as regional data is concerned (NUTS II region), one observe that two regions had volunteer rates above the national average (11.5%): Centro and Lisbon, with 12.3% and 12.0%, respectively. The lowest rates of volunteering took place at Madeira (10.1%) and Azores (8.8%);

• Valuing volunteer work, using as reference international methodologies that recommend the "replacement cost", i.e. allocating a salary (an "occupation wage", a "social support wage" or even the minimum wage), it was estimated that volunteer work has reached, in 2012, a value of around 1% of Gross Domestic Product (GDP);

• The Volunteer Work survey allowed, additionally, to determine voluntary work in Social Economy. Using as reference the total employment in the Social Economy (expressed in FTE) in 2010, it was observed that voluntary work within Social Economy accounted for about 40% of the first, which confirms the importance of this resource for the Social Economy Organizations.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Conta Satélite da Economia Social (CSES) foi elaborada no âmbito do Protocolo de cooperação assinado em 2011 entre o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL (CASES).

O INE, I.P. e a CASES procedem, através desta publicação, à divulgação detalhada dos resultados da CSES para o ano 2010. A implementação da CSES, sob a forma de um projeto-piloto, decorre da necessidade de avaliar de forma exaustiva a dimensão económica e as principais características da Economia Social em Portugal.

As principais referências metodológicas utilizadas na compilação da CSES foram o "*Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*", das Nações Unidas (HNPI), o qual se baseia no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993 (SCN 93) e o *Manual for Drawing up the Satellite Accounts of Companies in the Social Economy: Cooperatives and Mutual Societies.* O primeiro manual prevê a produção de estatísticas para as Instituições sem fim lucrativo (ISFL) e o trabalho voluntário.

Enquanto projeto-piloto, a CSES portuguesa, para 2010, constituiu a última etapa no processo de desenvolvimento de uma conta alargada e completa para a Economia Social, que se iniciou em 2011 com a apresentação da CSISFL para 2006, na denominada "versão reduzida" definida pelo HNPI. A CSES abrange a totalidade das unidades no domínio da designada Economia Social.

Esta publicação encontra-se organizada em quatro capítulos. No primeiro apresentam-se os principais indicadores da CSES, evidenciando as especificidades e o posicionamento da Economia Social na economia nacional e na União Europeia. Para um estudo mais detalhado, procedeu-se a uma segmentação da informação por grupos de entidades da Economia Social: "Cooperativas", "Mutualidades", "Misericórdias", "Fundações" e "Associações e outras organizações da Economia Social". Adicionalmente, pela sua importância, foi ainda feito um estudo para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Foram, deste modo, apuradas "subcontas" da Conta Satélite da Economia Social para 2010 para cada um destes grupos.

O segundo capítulo apresenta os principais resultados do Inquérito piloto ao Trabalho Voluntário 2012. Este inquérito permitiu obter informação sobre algumas das caraterísticas gerais do voluntariado em Portugal, um recurso de importância fundamental nas atividades de Economia Social.

O terceiro capítulo de conclusões sumariza os principais resultados obtidos nos dois capítulos anteriores.

O quarto capítulo apresenta as referências metodológicas seguidas na compilação da CSES, nomeadamente os conceitos, as nomenclaturas e a descrição da metodologia geral de compilação. Adicionalmente, este capítulo inclui notas metodológicas referentes ao Inquérito piloto ao Trabalho Voluntário 2012.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que colaboraram no desenvolvimento da CSES para 2010, com especial destaque para a CASES.

Finalmente, porque as críticas construtivas são enriquecedoras e permitem melhorar e aperfeiçoar o trabalho estatístico, o INE agradece todas as sugestões que possam contribuir para valorizar e desenvolver a informação estatística disponibilizada nesta publicação.

Data de disponibilização da informação: 18 de abril de 2013

SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CAOES	Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social
CESE	Comité Económico e Social Europeu
CIRIEC	*Centre International de Recherches et d´Information sur l´Économie Publique, Sociale et Coopérative – International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy*
CIISFL	Classificação Internacional das Instituições sem Fim Lucrativo
CPP	Classificação Portuguesa de Profissões
CSES	Conta Satélite da Economia Social
CNP	Contas Nacionais Portuguesas
CSISFL	Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativo
ETC	Equivalente a Tempo Completo
FBC	Formação Bruta de Capital
HNPI	*Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*
ICNPO	*International Classification of Non-Profit Organizations* (Nomenclatura Internacional das Instituições Sem Fim Lucrativo)
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
ISFL	Instituições Sem Fim Lucrativo
ISFLSF	Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias
ISIC	*International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*
NRCN	Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais
OES	Organizações da Economia Social
PIB	Produto Interno Bruto
SEC 95	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995
SCN 93	Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993
TCO	Trabalhadores por conta de outrem
VAB	Valor Acrescentado Bruto

ÍNDICE

RESUMO 3

NOTA INTRODUTÓRIA 7

SIGLAS E ABREVIATURAS 8

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 13

1.1. Introdução 13
1.2. Caracterização da Economia Social em Portugal 14
1.2.1. Grupos de entidades da Economia Social 19
1.2.1.1. Cooperativas 22
1.2.1.2. Mutualidades 25
1.2.1.3. Misericórdias 29
1.2.1.4. Fundações 32
1.2.1.5. Associações e outras Organizações da Economia Social 35
1.2.2. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) 38
1.3. A Economia Social na Economia Portuguesa 43
1.4. Comparações Internacionais 45
1.5. Quadros de Resultados 48

CAPÍTULO 2 – INQUÉRITO PILOTO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO 2012 59

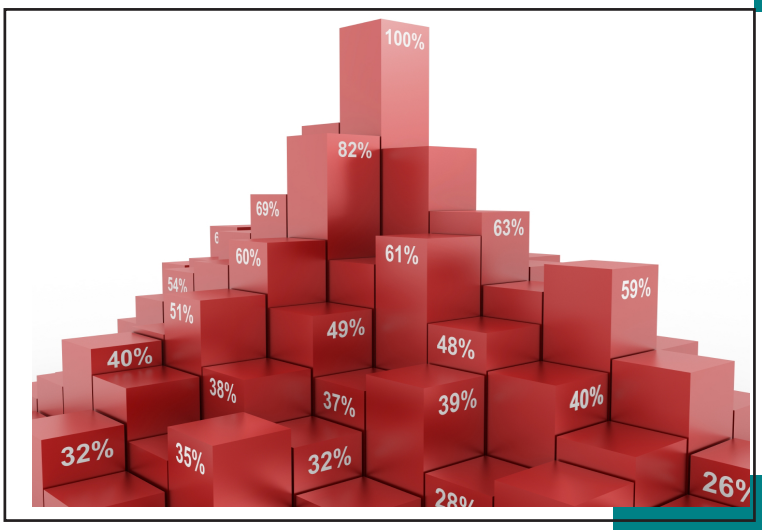
2.1. Introdução 59
2.2. Análise sociodemográfica 59
2.3. Domínios de atividade e contexto organizacional 62
2.4. Horas trabalhadas e valorização 64
2.5. Análise regional 65
2.6. Comparações internacionais 69
2.7. Quadros de resultados 72

CAPÍTULO 3 – CONCLUSÕES 81

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA 87

4.1. CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL (CSES) 87
4.1.1. Referências Metodológicas 87
4.1.2. Conceitos Básicos 87
4.1.3. Outros aspetos metodológicos 93

4.2. INQUÉRITO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO 2012 95
4.2.1. Metodologia do Inquérito piloto ao Trabalho Voluntário (ITV) 95
4.2.2. Questões colocadas aos respondentes do ITV 95
4.2.3. Conceitos e métodos específicos 97



Apresentação dos principais resultados da Conta Satélite da Economia Social

APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL

1.1. Introdução

A **Economia Social** tem sido alvo de esforços crescentes de documentação e estudo, ao nível nacional e internacional, atendendo à sua importância relativa e à sua insuficiente representação no quadro convencional das Contas Nacionais, dificultando, de alguma forma, a sua visibilidade em termos de relevância económica.

Procurando contribuir para um maior conhecimento deste setor, o INE, ao abrigo de um protocolo com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) desenvolveu o projeto-piloto de Conta Satélite da Economia Social para Portugal – 2010, que teve como base os manuais *Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts* (HNPI) das Nações Unidas e o *Manual for Drawing up the Satellite Accounts of Companies in the Social Economy: Cooperatives and Mutual Societies,* do *CIRIEC.*

Como conta satélite, este projeto privilegiou a relação com as Contas Nacionais, facilitando, deste modo, a interpretação económica da informação sintetizada e viabilizando a sua comparação com os agregados macroeconómicos da economia nacional.

Em termos sintéticos, a CSES constitui a última etapa de um processo que se iniciou com a Base 2006 das Contas Nacionais e que se desenvolveu nas seguintes fases:

- Fase 1: Compilação da conta das Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias ISFLSF (S.15) de acordo com a Base 2006 das Contas Nacionais Portuguesas;
- Fase 2: Extensão da conta do setor institucional S.15 a outras ISFL, nos termos do HNPI (excluindo o trabalho voluntário), produzindo uma conta satélite piloto para as ISFL para 2006, publicada em 2011;
- Fase 3: Compilação, tendo como referência 2010, de uma conta satélite mais alargada, abrangendo a totalidade das unidades no domínio da Economia Social e, também, a conceção e realização de um inquérito piloto ao trabalho voluntário.

O INE pretende, deste modo, responder às necessidades de informação dos diferentes utilizadores, acompanhando uma área com importância social crescente.

1.2. Caracterização da Economia Social em Portugal

O termo Economia Social que, em diversos países, pode assumir múltiplas designações, como "terceiro setor", "setor não lucrativo", "economia social e solidária", "economia alternativa" e tantas outras expressões, corresponde à dinâmica gerada por um conjunto de organizações cuja atividade e sentido de existência reside, sobretudo, nas pessoas e na utilidade social.

A Constituição da República Portuguesa, no artigo 82º, prevê a existência de três setores de propriedade dos meios de produção: o setor privado, o setor público e o "setor cooperativo e social". A Economia Social, ao incluir entidades tão heterogéneas como Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, Fundações e Associações, está equiparada a este "setor cooperativo e social".

Apesar da inexistência de uma definição única para Economia Social, na Conta Satélite portuguesa foi utilizada a definição operacional proposta no Relatório *The Social Economy in the European Union*[1]:

A Economia Social é um "Conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do **mercado**, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotizações de cada um, correspondendo a cada membro um voto.

A Economia Social agrupa também as entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços **não mercantis** para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam."

Esta definição é considerada como a que melhor se adequa aos sistemas de Contabilidade Nacional visto não ter em consideração nem critérios jurídicos, nem administrativos, centrando-se na análise do comportamento dos atores da Economia Social, assim como na procura de semelhanças e diferenças entre os próprios atores e entre estes e os outros agentes económicos. Tem ainda em consideração os princípios históricos, bem como os valores próprios da Economia Social. É, por conseguinte, uma definição que tem um amplo consenso científico e que permitiu quantificar e tornar visível, de forma homogénea e harmonizada internacionalmente, alguns agregados das entidades pertencentes à Economia Social.

Do conceito anterior é possível inferir sobre as principais características dos agentes da Economia Social considerados na CSES:

- São entidades privadas;
- Têm personalidade jurídica;
- Têm autonomia de decisão;
- Têm liberdade de adesão;
- Os benefícios ou excedentes, quando existem, são distribuídos em proporção da atividade (e não do capital) que os membros realizam;
- A atividade económica desenvolvida visa a satisfação de necessidades de pessoas e famílias;
- São organizações democráticas e de utilidade social.

[1] Relatório elaborado pelo CIRIEC (Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative), em 2012, para o Comité Económico e Social Europeu

Em Portugal, o setor da Economia Social é caracterizado por uma forte heterogeneidade, tanto em número, como no tipo de atividades desenvolvidas. Em 2010, este setor era constituído por 55.383 unidades. Cerca de 50% das organizações da Economia Social desenvolviam a sua atividade na área da cultura, desporto e recreio. Os cultos e congregações e a ação social também apresentavam um peso bastante significativo no universo das organizações da Economia Social (15,8% e 14,0%, respetivamente). Imediatamente a seguir, mas com um peso relativo inferior a 5%, encontravam-se as organizações no âmbito do desenvolvimento, habitação e ambiente (4,9%), as organizações profissionais, sindicais e políticas (4,7%) e as organizações de ensino e investigação (4,2%). As atividades com menor representatividade em número estavam relacionadas com a saúde e bem-estar (1,5%), o comércio e serviços (1,2%), as atividades de transformação (0,7%), a agricultura, silvicultura e pescas (0,5%) e, por fim, as atividades financeiras (0,2%).

Contudo, analisando o setor da Economia Social em termos de distribuição do emprego remunerado (equivalente a tempo completo) por atividade, deteta-se uma hierarquização distinta da anterior. Com efeito, 48,6% do emprego nas organizações da Economia Social concentrava-se nas atividades de ação social. Seguiam-se as atividades de cultos e congregações (15,8%), ensino e investigação (10,5%), e a cultura, desporto e recreio (5,4%).

Gráfico 1.1 - Entidades da ES, por atividade

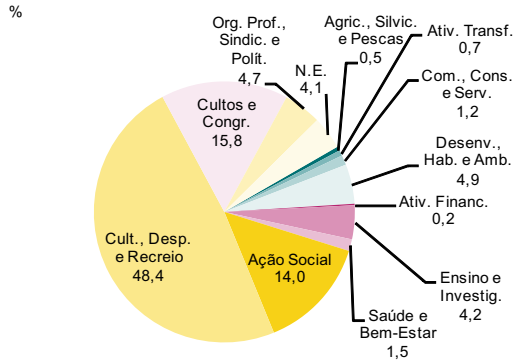
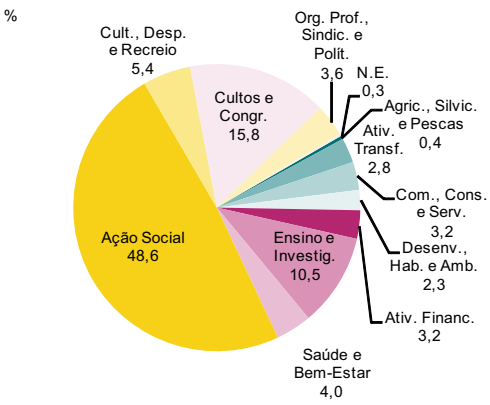


Gráfico 1.2 - Emprego remunerado na ES (ETC)



A hegemonia da ação social manifestou-se também ao nível de variáveis de cariz monetário, como o VAB e as remunerações, representando o VAB destas atividades 41,3% do VAB total apurado para a Economia Social e 40,6% das remunerações totais geradas na Economia Social.

Gráfico 1.3 - VAB da ES, por atividade

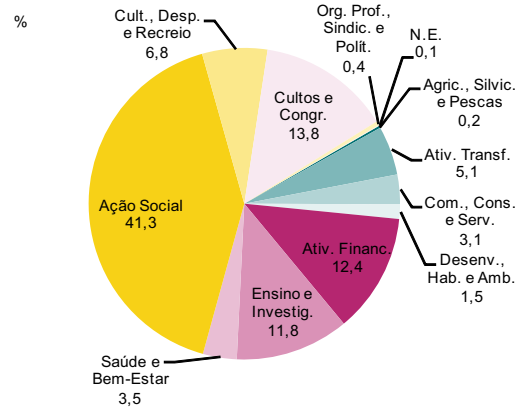
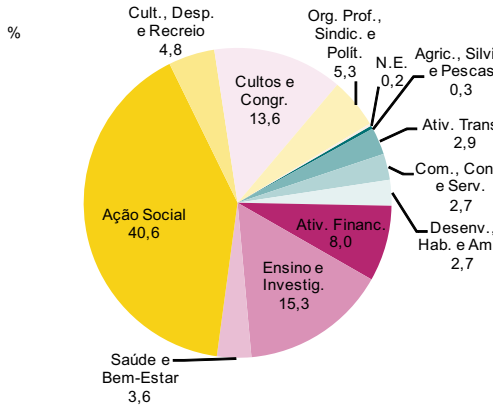


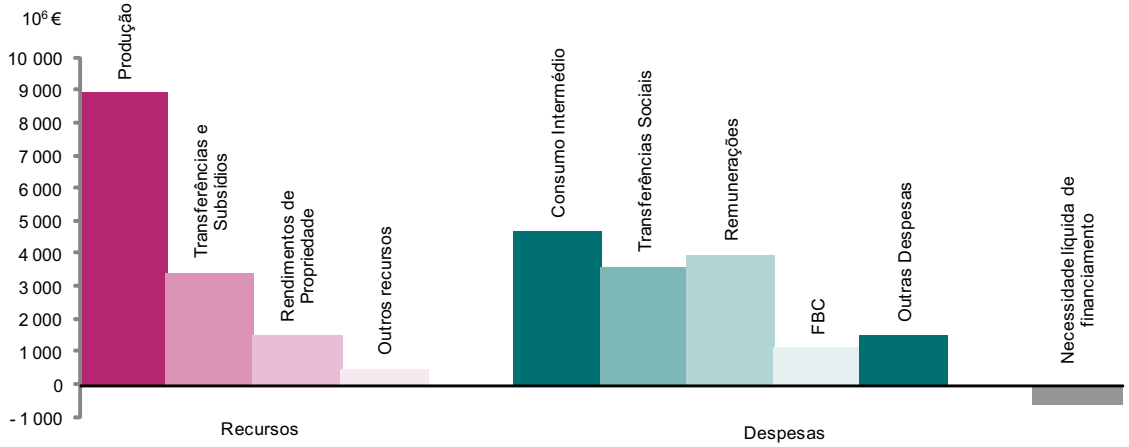
Gráfico 1.4 - Remunerações da ES, por atividade



Em 2010, o setor da Economia Social registou uma necessidade líquida de financiamento de 570,7 milhões de euros. Os recursos destas instituições estimaram-se em 14 177,9 milhões de euros, provenientes, principalmente, da produção (62,8%), transferências e subsídios (23,8%) e rendimentos de propriedade (10,3%). Estima-se que as despesas tenham ascendido a 14 748,6 milhões de euros e consistiram, fundamentalmente, em consumo intermédio (31,4%),

remunerações (26,8%) e transferências sociais (24,3%). A poupança corrente foi ligeiramente positiva e as OES beneficiaram de transferências de capital relativamente significativas (392,4 milhões de euros). Ainda assim, estes recursos revelaram-se insuficientes para financiar a Formação Bruta de Capital (FBC), que ascendeu a 1 109,7 milhões de euros.

Gráfico 1.5 - Recursos, Despesas e Necessidade Líquida de Financiamento das OES



Segue-se uma análise mais detalhada das principais componentes, dos recursos e das despesas, bem como a estrutura de recursos e despesas de cada tipo de atividade das OES.

Recursos das Organizações da Economia Social

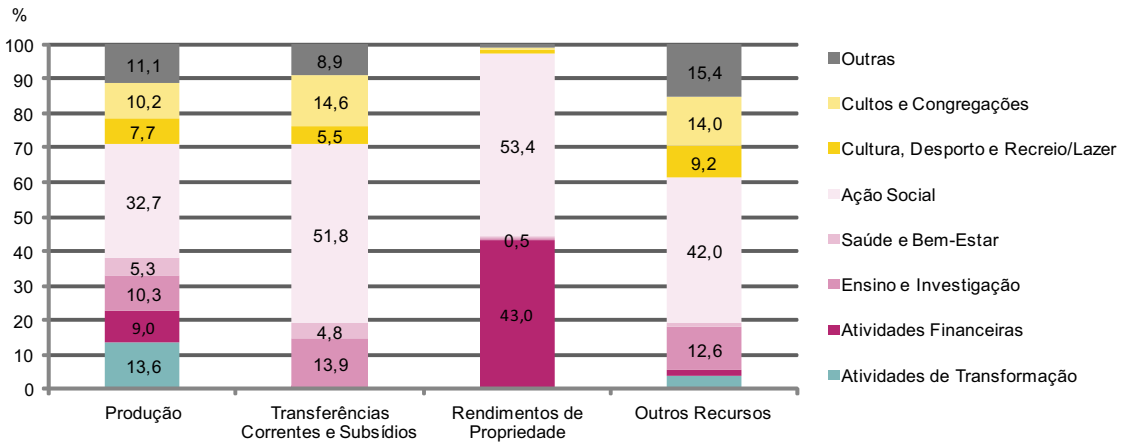
A ação social foi responsável por 32,7% da produção da Economia Social, seguindo-se as atividades de transformação (13,6%), o ensino e investigação (10,3%) e os cultos e congregações (10,2%).

A ação social recebeu 51,8% das transferências correntes e subsídios. Os cultos e congregações absorveram 14,6% e o ensino e investigação 13,9%.

A ação social e atividades financeiras receberam 53,4% e 43,0%, respetivamente, dos rendimentos de propriedade da Economia Social.

Os outros recursos da Economia Social incluem as contribuições sociais, as transferências de capital e os outros impostos sobre os produtos. Uma vez mais, parte significativa destes outros recursos (42,0%) foi recebida pela ação social.

Gráfico 1.6 - Recursos das OES, por atividade



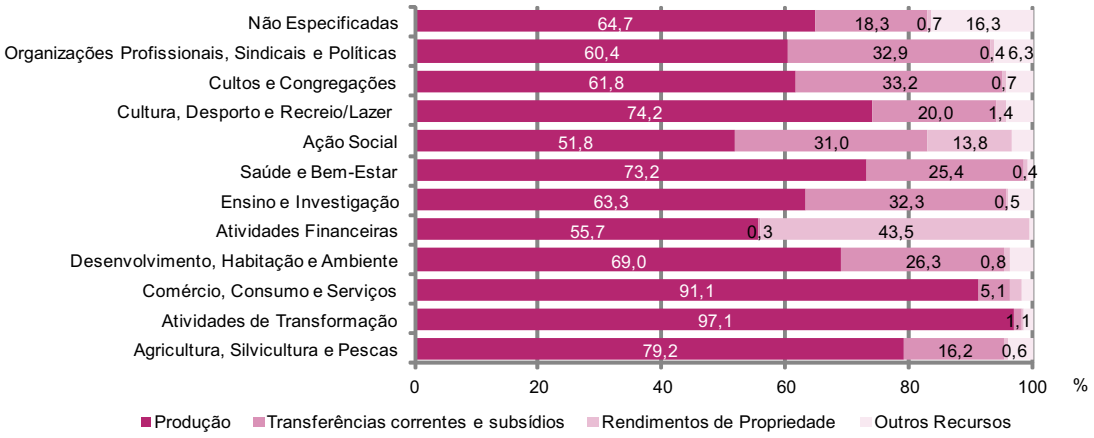
Analisando a estrutura de recursos por tipo de atividade desenvolvida pelas OES, é possível concluir que não era homogénea.

A produção constituiu, em todas as atividades desenvolvidas pelas organizações da Economia Social, a principal fonte de recursos (62,8%), atingindo o valor máximo nas atividades de transformação (97,1%) e o mínimo na ação social (51,8%). Esta distribuição de recursos dentro de cada classe de atividades é coerente com o conteúdo das atividades desenvolvidas, uma vez que as atividades de transformação são desenvolvidas principalmente por Cooperativas, entidades do setor mercantil da Economia Social, enquanto os serviços de ação social incluem principalmente OES que operam no setor não mercantil da Economia Social.

As transferências correntes e subsídios constituíram recursos significativos para as atividades desenvolvidas, sobretudo para os cultos e congregações (33,2%), as organizações profissionais, sindicais e políticas (32,9%), o ensino e investigação (32,3%) e a ação social (31,0%).

Destaca-se, ainda, o peso dos rendimentos de propriedade na estrutura dos recursos das atividades financeiras (43,5%).

Gráfico 1.7 - Recursos das OES, por atividade - estrutura



Despesas das Organizações da Economia Social

No que se refere à análise das componentes da despesa, é possível observar contributos diferenciados por cada tipo de atividade. As atividades que mais contribuíram para o consumo intermédio foram a ação social (24,9%) e as atividades de transformação (21,5%).

As transferências sociais (em espécie) das OES para as famílias foram suportadas, maioritariamente, pela ação social (55,2%) e pelos cultos e congregações (20,0%).

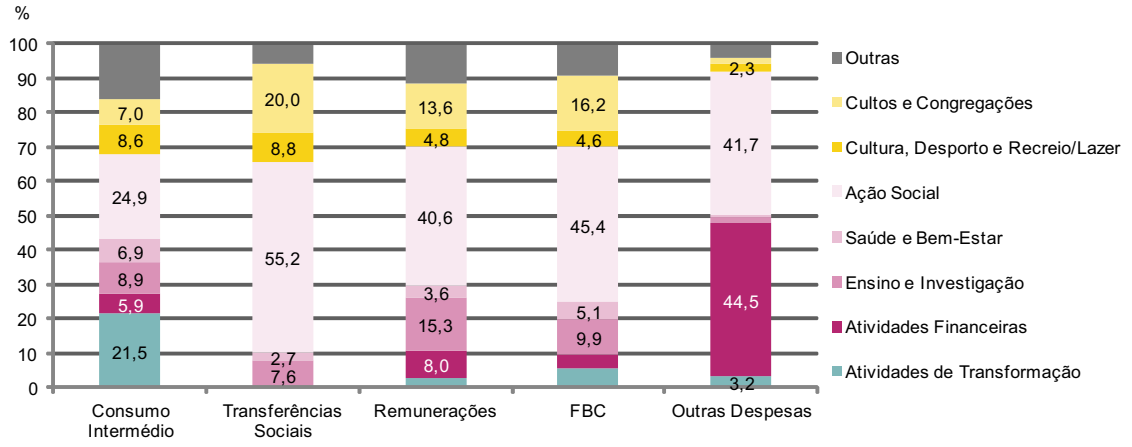
A ação social (40,6%) e ensino e investigação (15,3%) e os cultos e congregações (13,6%) concentraram 69,5% das remunerações pagas pelo setor, o que não surpreende, uma vez que todas estas atividades assentam em relações de proximidade com as populações, exigindo um forte envolvimento de recursos humanos.

Na Formação Bruta de Capital (FBC) destacou-se a ação social, responsável por 45,4% da FBC da Economia Social, o que é justificável pelo facto de, nestas atividades, ser necessário construir, reabilitar e manter um conjunto vasto de equipamentos sociais como creches, lares de idosos ou centros sociais. Os cultos e congregações foram responsáveis por 16,2% e o ensino e investigação por 9,9% do total de FBC.

A rubrica relativa a outras despesas das OES engloba os encargos com os rendimentos de propriedade (dos quais, juros e rendas), os impostos sobre a produção e sobre o rendimento e

património, as prestações sociais (exceto as transferências sociais em espécie), o consumo final efetivo e as transferências correntes e de capital. Observando os resultados apurados na CSES conclui-se que as atividades financeiras foram responsáveis por 44,5% e a ação social representou 41,7% do total das outras despesas.

Gráfico 1.8 - Despesas das OES, por atividade



A estrutura da despesa por atividade também não é homogénea. O peso relativo do consumo intermédio foi particularmente elevado nas atividades de transformação (81,9%).

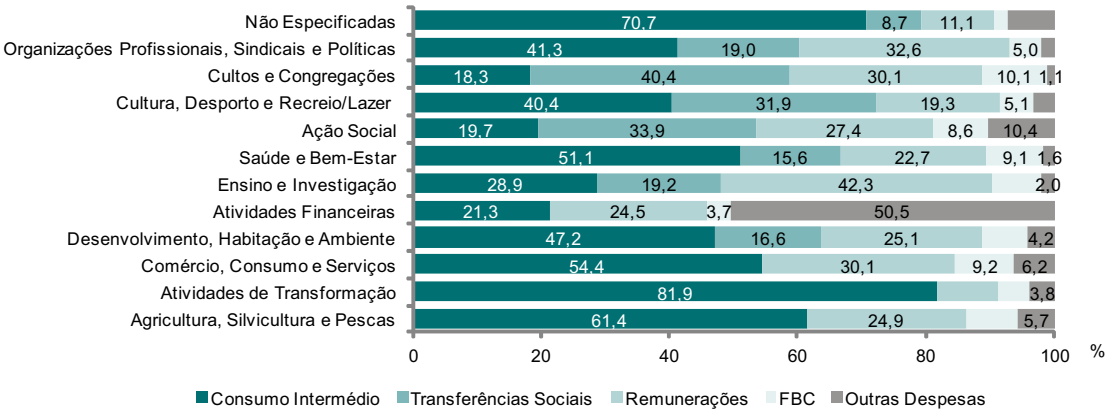
A importância relativa das transferências sociais (em espécie) foi maior nos cultos e congregações (40,4%), na ação social (33,9%) e cultura, desporto e recreio (31,9%), sendo que a despesa com maior relevância se refere às duas primeiras atividades.

As remunerações assumiram maior peso relativo no ensino e investigação (42,3%), constituindo a rubrica mais relevante da sua estrutura de custos, sendo a única atividade onde isso sucede.

A FBC não apresenta um peso significativo em nenhuma das atividades, atingindo nos cultos e congregações o maior peso relativo (10,1%).

Por fim, nas atividades financeiras destacou-se o peso das outras despesas (50,5%), mais especificamente dos rendimentos de propriedade (dos quais, juros e rendas). Esta é a única atividade onde esta categoria de despesa é a mais importante na estrutura de custos.

Gráfico 1.9 - Despesas das OES, por atividade - estrutura



1.2.1. Grupos de entidades da Economia Social

Nesta secção aprofunda-se o detalhe analítico tendo em consideração a natureza institucional dos grupos de entidades que integram a Economia Social.

De acordo com o Artigo 4º do Decreto n.º 130/XII da Lei de Bases da Economia Social, aprovado pela Assembleia da República, por unanimidade, em 15 de março de 2013, integram a Economia Social as seguintes entidades:

- Cooperativas;
- Associações Mutualistas;
- Misericórdias;
- Fundações;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- As entidades abrangidas pelos subsetores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;
- Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.

Na conta satélite, estas entidades foram agrupadas em cinco grupos: (i) Cooperativas, (ii) Mutualidades, (iii) Misericórdias, (iv) Fundações e (v) Associações e outras OES.

Das cerca de 55 mil unidades consideradas no âmbito da Economia Social em 2010, as Associações e outras OES representavam 94,0%, sendo responsáveis por 54,1% do VAB, 64,9% do emprego (ETC remunerado) e 62,7% das remunerações. As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da Economia Social com maior peso relativo, em termos do número de unidades, VAB e Remunerações. As Mutualidades foram as entidades que apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados.

Quadro 1.1 – Principais indicadores por grupos de entidades da Economia Social (2010)

Famílias	Unidades	ETC (Remunerados)	VAB	Remunerações	VAB / Emprego	Remunerações / Emprego
	N.º	N.º	10^6 euros	10^6 euros	10^3 euros por ETC	
Cooperativas	2 260	31783	749,2	657,3	23,6	20,7
Mutualidades	119	4 537	329,9	176,2	72,7	38,8
Misericórdias	381	32 493	518,3	426,9	16,0	13,1
Fundações	537	10 765	361,1	215,1	33,5	20,0
Associações e outras OES	52 086	147 357	2 304,1	2 479,9	15,6	16,8
Total das OES	55 383	226 935	4 262,6	3 955,4	18,8	17,4
Total da Economia	-	4 138 163	151426	86 814	36,6	21,0
Peso da ES na Economia	-	5,5%	2,8%	4,6%	-	-

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Na distribuição do emprego remunerado (ETC), as Associações e OES representaram 64,9% do emprego da Economia Social, as Misericórdias 14,3%, as Cooperativas 14,0%, as Fundações 4,7% e as Mutualidades 2,0%.

Gráfico 1.10 - Entidades da ES, por grupos

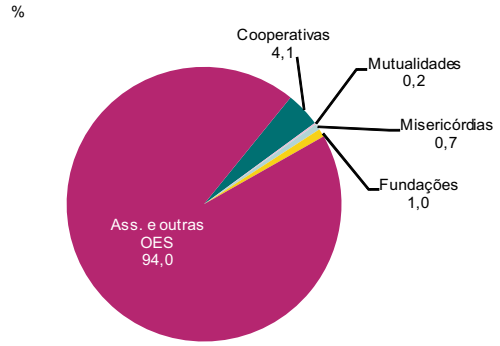
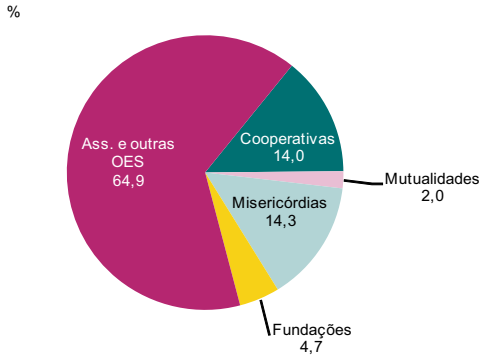


Gráfico 1.11 - Emprego remunerado na ES (ETC)



O VAB gerado na Economia Social em 2010 representou 2,8% do VAB Nacional e distribuiu-se de forma diferenciada pelos diferentes grupos de entidades. As Associações e outras OES deram origem a 54,1% do VAB da ES, as Cooperativas a 17,5%, as Misericórdias a 12,2%, as Fundações a 8,5% e as Mutualidades a 7,7%.

Nas remunerações totais, como seria de esperar, em função da estrutura do emprego remunerado, o maior peso relativo (62,7%) correspondeu às Associações e outras OES. As Cooperativas foram responsáveis por 16,6%, as Misericórdias por 10,8%, as Fundações por 5,4% e as Mutualidades por 4,5%.

Gráfico 1.12 - VAB da ES, por grupos de entidades

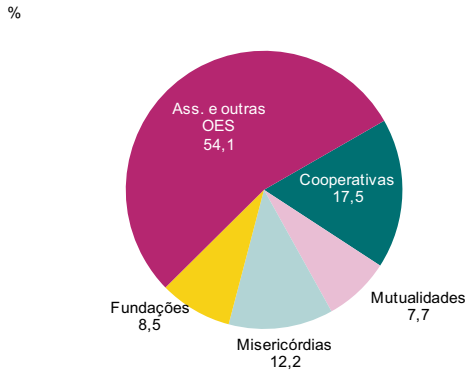
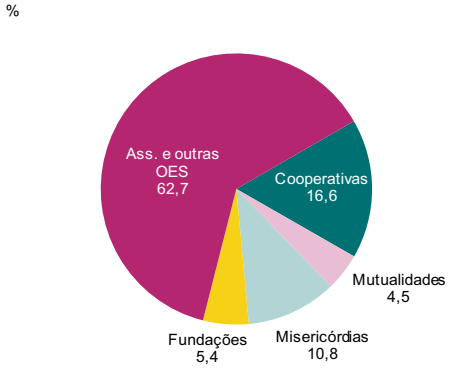
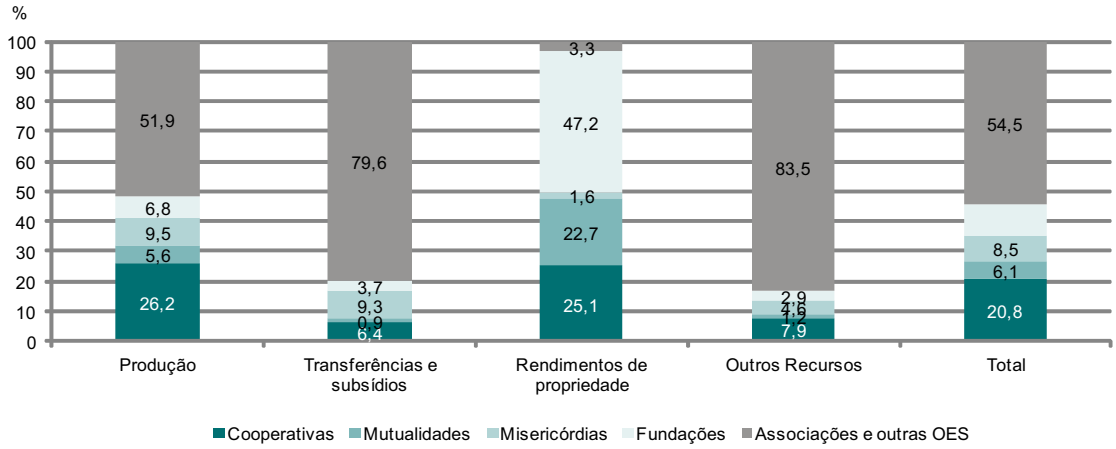


Gráfico 1.13 - Remunerações da ES, por grupos de entidades



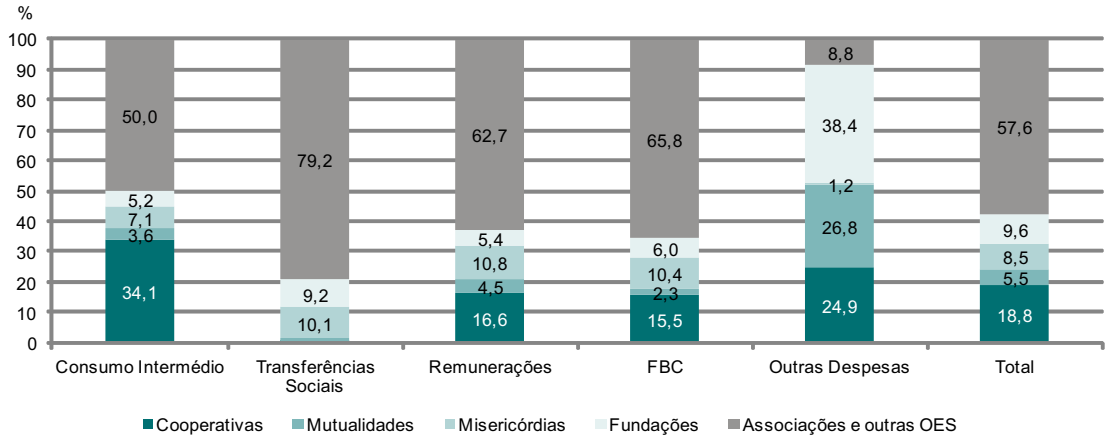
As Associações e outras OES asseguraram 54,5% do total de recursos da Economia Social, tendo sido responsáveis por 51,9% da produção, recebido 79,6% dos subsídios e transferências e 83,5% dos outros recursos. Nos rendimentos de propriedade as Fundações constituíram o grupo com maior peso relativo (47,2%).

Gráfico 1.14 - Recursos da Economia social, por grupos de entidades - estrutura



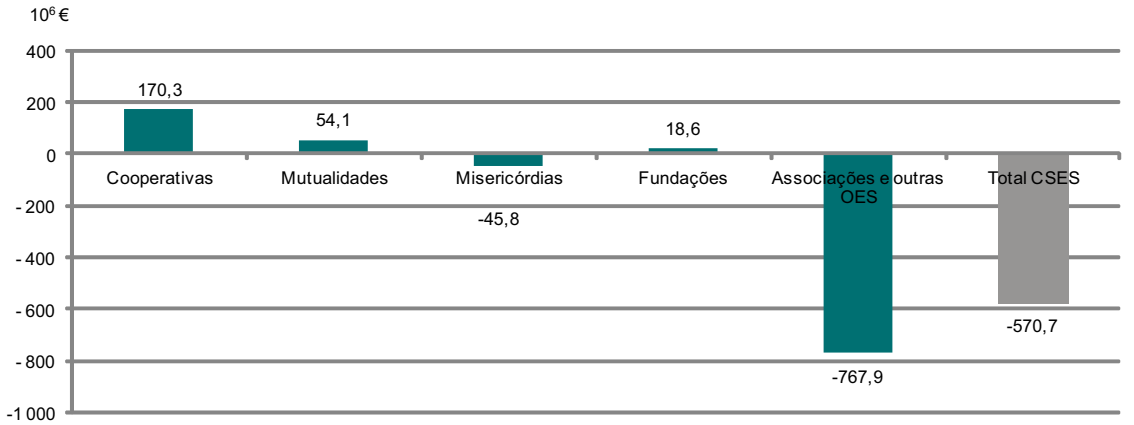
As Associações e outras OES foram responsáveis por 57,6% do total de despesas, tendo apresentado um peso maioritário em todas as categorias de despesa, com exceção das outras despesas (onde estão incluídos os rendimentos de propriedade). Nesta classe de despesa foram as Fundações que registaram maior peso relativo, com 38,4%.

Gráfico 1.15 - Despesas da Economia social, por grupos de entidades - estrutura



As Associações e outras OES e as Misericórdias foram os únicos grupos a apresentar necessidade líquida de financiamento (767,9 e 45,8 milhões de euros, respetivamente). As Cooperativas (170,3 milhões de euros), as Mutualidades (54,1 milhões de euros) e as Fundações (18,6 milhões de euros) apresentaram capacidade líquida de financiamento.

Gráfico 1.16 - Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento, por grupos de entidades



Nos pontos seguintes procede-se à análise, por grupo específico, de alguns indicadores económicos.

1.2.1.1.Cooperativas

As Cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles[2].

Há registos de Cooperativas em Portugal desde meados do século XIX. A Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas, de 1858, é considerada a primeira Cooperativa portuguesa[3].

As Cooperativas desenvolvem atividades transversais na economia, integrando-se num dos doze ramos cooperativos previstos no Código Cooperativo: consumo, comercialização, agrícola, crédito, habitação e construção, produção operária, artesanato, pescas, cultura, serviços de ensino e solidariedade social. Pode encontrar-se uma multiplicidade de formas representativas do setor, desde as cooperativas de produção de leite, adegas e lagares cooperativos, cooperativas de consumo ou de transportes, caixas de crédito agrícola mútuo, universidades, rádios e grupos de teatro.

Nos termos da Lei n.º 51/96, de 7 de Setembro, que institui o Código Cooperativo, inseriram-se neste grupo da Economia Social todas as entidades cuja forma jurídica, em 2010, de acordo com a classificação do Ministério da Justiça, é a de Cooperativa. As Cooperativas de interesse público, pertencentes ao setor institucional S.13 – Administrações Públicas das Contas Nacionais, também foram consideradas.

Em 2010, o grupo das Cooperativas era constituído por 2 260 unidades. As atividades de comércio, consumo e serviços eram as que registavam maior número de unidades (26,2%). O desenvolvimento, habitação e ambiente e as atividades de transformação também apresentaram um peso significativo (17,8% e 16,9%, respetivamente, para além da cultura, desporto e recreio onde operavam quase 12% das Cooperativas. Mais de 70% do total das Cooperativas posicionava-se nestas quatro atividades em 2010.

[2] Código Cooperativo - Lei nº 51/96, de 7 de setembro, artigo 2º.

[3] In "Vocabulário Temático Cooperativo, Estudos, Contribuições, Terminologia Específica e Genérica", editado pelo Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, em 1988.

Nesse ano, a repartição por atividade do VAB criado pelas Cooperativas apresentou características distintas. As atividades financeiras surgem em primeiro lugar, tendo gerado 29,9% do VAB total das Cooperativas. Surgem em seguida as atividades de transformação (28,8%), o ensino e a investigação (18,3%) e o comércio, consumo e serviços (17,4%). Ou seja, mais de 90% do VAB cooperativo teve origem nestas quatro atividades.

Gráfico 1.17 - Cooperativas, por atividade

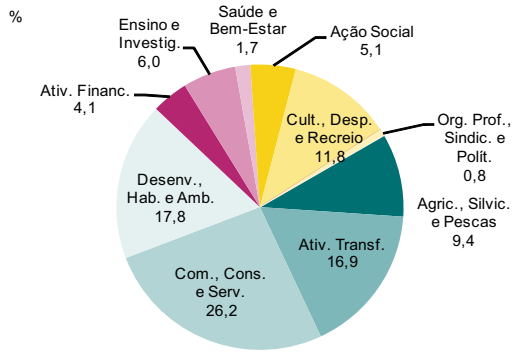
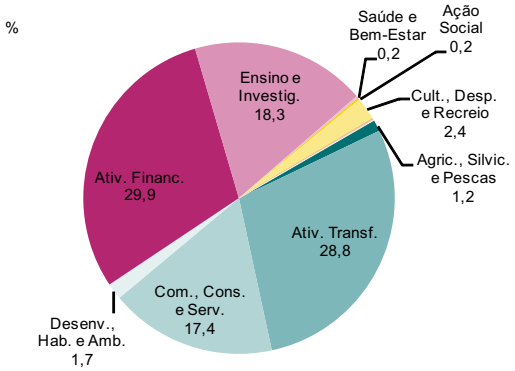
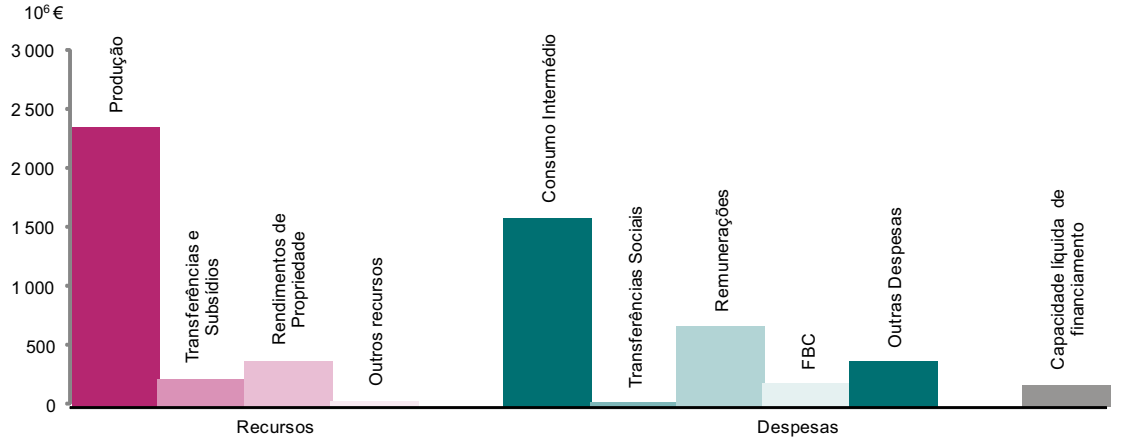


Gráfico 1.18 - VAB das Cooperativas, por atividade



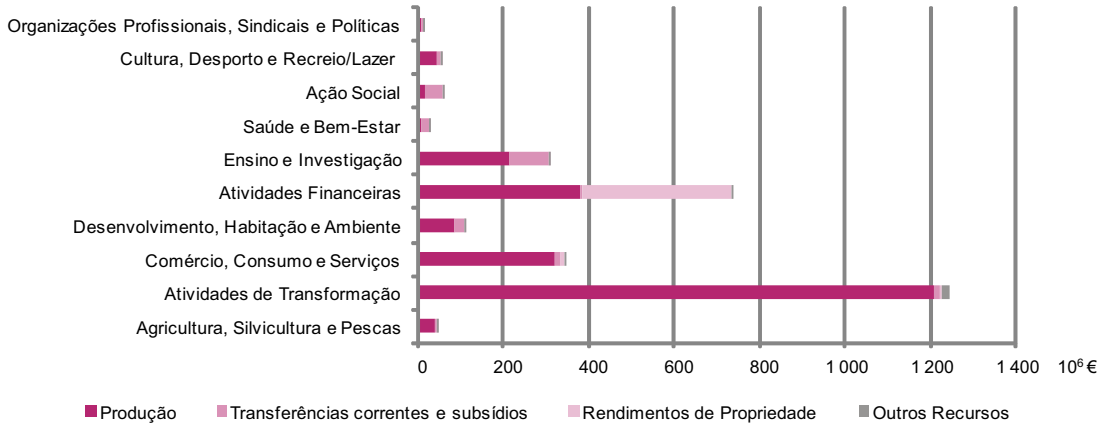
Estima-se que, em 2010, as Cooperativas tenham sido financeiramente excedentárias, em cerca de 170,3 milhões de euros, situação para a qual as atividades financeiras foram determinantes. Os recursos destas organizações estimaram-se em 2 950,1 milhões de euros, correspondentes fundamentalmente a produção (79,1%) e rendimentos de propriedade (12,4%). As despesas das Cooperativas ascenderam a 2 779,8 milhões de euros e consistiram, principalmente, em consumo intermédio (56,9%) e Remunerações (23,6%).

Gráfico 1.19 - Recursos, Despesas e Capacidade Líquida de Financiamento das Cooperativas



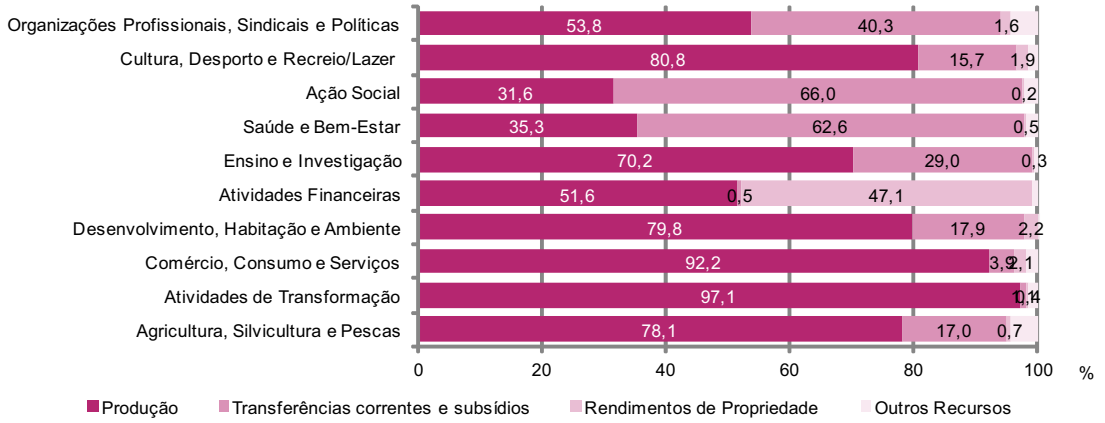
As atividades de transformação contribuíram com 42,2% do total de recursos das Cooperativas, seguidas das atividades financeiras (25,0%), comércio, consumo e serviços (11,8%) e ensino e investigação (10,5%).

Gráfico 1.20 - Recursos das Cooperativas, por atividade



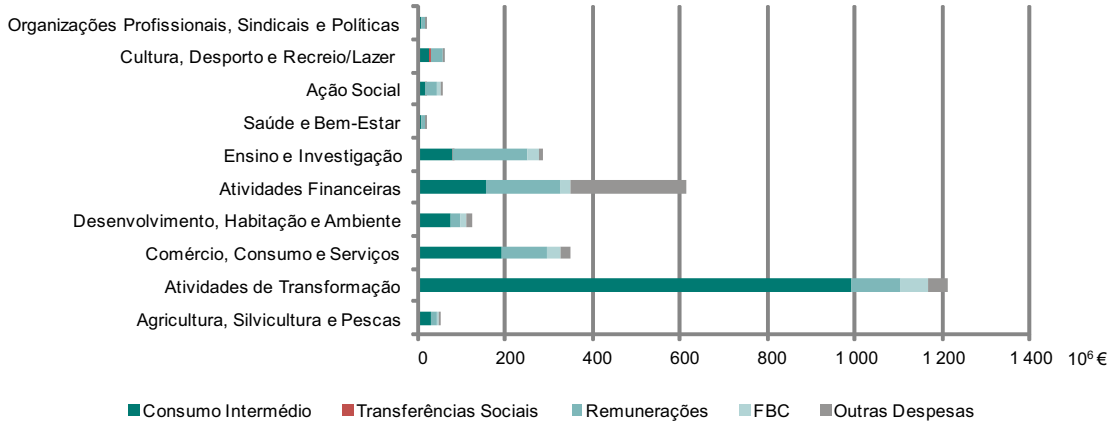
Analisando a estrutura de recursos das Cooperativas é possível concluir que a produção é a principal fonte de recursos na maioria das atividades desenvolvidas, com maior ênfase para as atividades de transformação e comércio, consumo e serviços (97,1% e 92,2%, respetivamente). Os rendimentos de propriedade assumem maior peso relativo, como seria expectável, nas atividades financeiras (47,1%).

Gráfico 1.21 - Recursos das Cooperativas, por atividade - estrutura



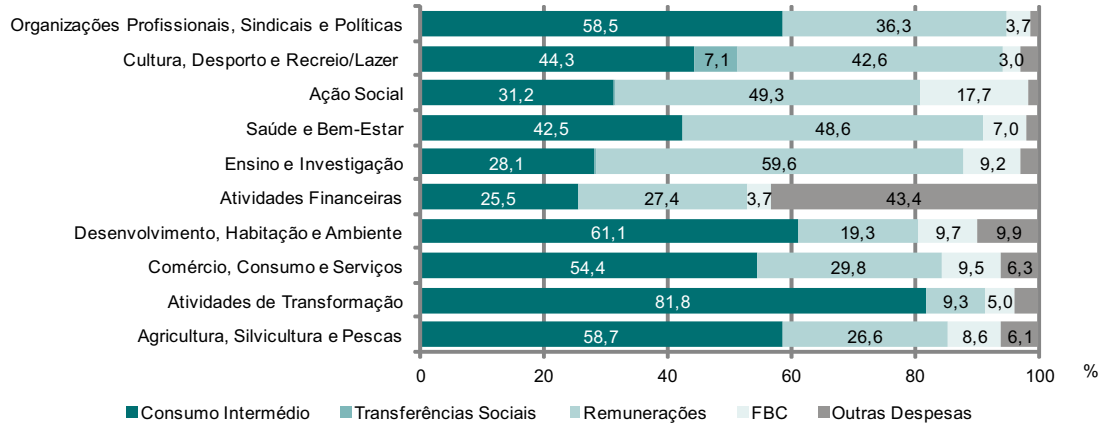
Tal como para os recursos, também nas despesas é possível observar contributos diferenciados por tipo de atividade. As atividades de transformação foram as que registaram uma maior percentagem da despesa (43,7%), seguidas das atividades financeiras (22,2%).

Gráfico 1.22 - Despesas das Cooperativas, por atividade



Na análise da estrutura da despesa por atividade destaca-se o peso do consumo intermédio nas atividades de transformação (81,8%). As transferências sociais são apenas relevantes na cultura, desporto e lazer (7,1%). As remunerações são a componente mais relevante da despesa no ensino e investigação (59,6%), ação social (49,3%) e saúde e bem-estar (48,6%). As atividades de ação social foram aquelas onde a FBC apresentou maior peso relativo (17,7%). As atividades financeiras foram a única atividade em que as outras despesas (neste caso específico, os rendimentos de propriedade) constituem a componente mais relevante da despesa (43,4%).

Gráfico 1.23 - Despesas das Cooperativas, por atividade - estrutura



1.2.1.2. Mutualidades

As associações mutualistas ou mutualidades são instituições particulares de solidariedade social com um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, essencialmente através da quotização dos seus associados praticam, no interesse destes e de suas famílias, fins de auxílio recíproco. Constituem fins fundamentais das associações mutualistas a concessão de benefícios de segurança social e de saúde destinados a reparar as consequências da verificação de factos contingentes relativos à vida e à saúde dos associados e seus familiares e a prevenir, na medida do possível, a verificação desses factos. As associações mutualistas podem prosseguir, cumulativamente, outros fins de proteção social e de promoção da qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos e

serviços de apoio social, de outras obras sociais e de atividades que visem especialmente o desenvolvimento moral, intelectual, cultural e físico dos associados e suas famílias[4].

As Mutualidades nasceram um pouco antes das Cooperativas, sendo a primeira Associação Mutualista Portuguesa a Sociedade dos Artistas Lisbonenses, de 1838. A maioria das Associações Mutualistas estará filiada na União das Mutualidades Portuguesas, criada em 1984, herdeira da FNASM - Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos, criada no 1º Congresso Nacional do Mutualismo de 1911.

Contrariamente às Cooperativas, a tipologia de atividades das Mutualidades é menos abrangente, circunscrevendo-se, no caso português, fundamentalmente, às atividades financeiras, saúde e bem-estar e ação social.

Em 2010, o grupo das Mutualidades era constituído por 119 unidades. A ação social era a atividade que registava maior número de unidades (89,1%). A saúde e bem-estar totalizava 5,9% das unidades e as atividades financeiras 4,2%.

Em termos de VAB, a partição foi diametralmente oposta, com as atividades financeiras a assumirem um peso hegemónico (92,3%), seguidas da ação social (6,3%) e saúde e bem-estar (1,4%).

Gráfico 1.24 - Mutualidades, por atividade

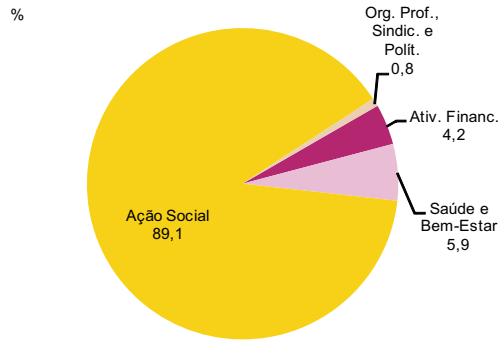
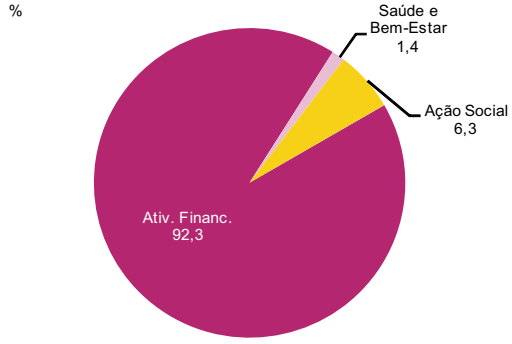


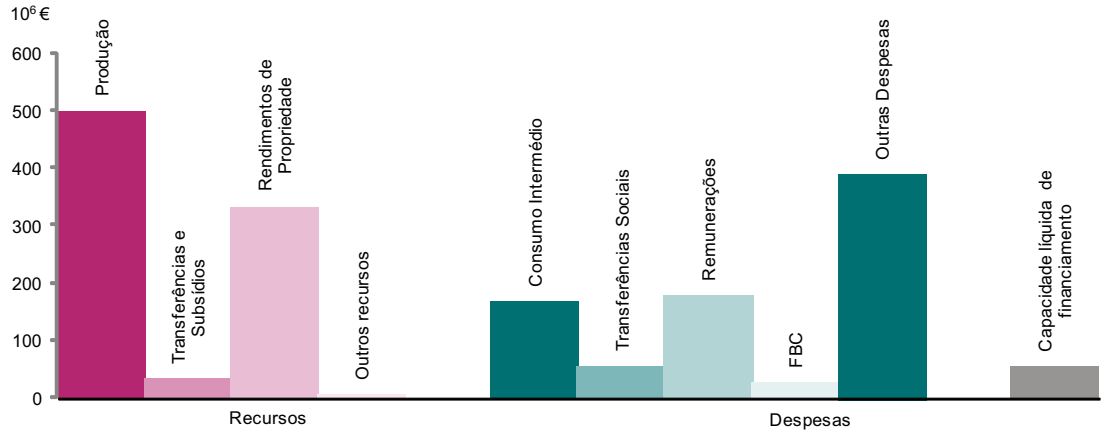
Gráfico 1.25 - VAB das Mutualidades, por atividade



Em 2010, as Mutualidades foram financeiramente excedentárias, em cerca de 54,1 milhões de euros. Os recursos destas organizações estimaram-se em 864,4 milhões de euros, correspondentes, fundamentalmente, a produção (57,5%) e rendimentos de propriedade (38,3%). As despesas das Mutualidades totalizaram 810,3 milhões de euros, sendo as principais despesas o consumo intermédio (20,6%), as remunerações (21,8%) e as outras despesas (48,1%), que corresponderam, fundamentalmente, a rendimentos de propriedade.

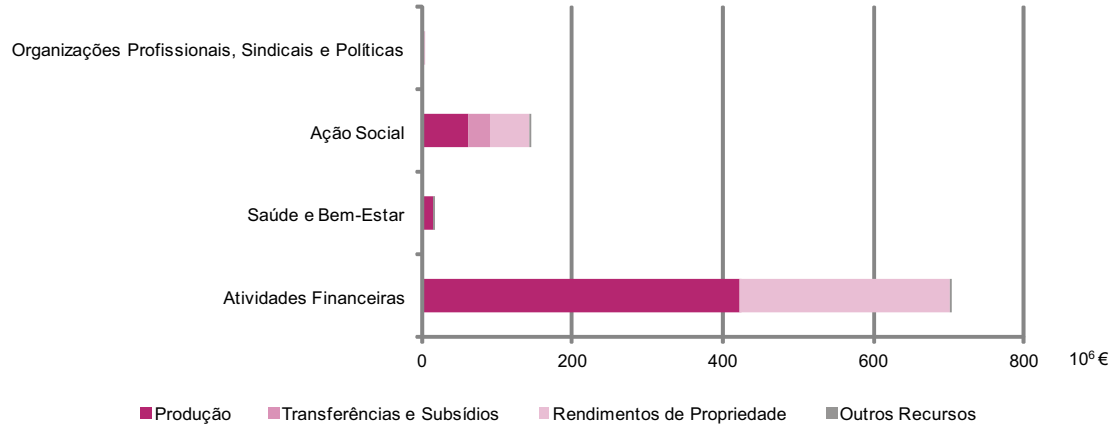
[4] Código das Associações Mutualistas, Decreto-Lei nº 72/90, de 3 de março

Gráfico 1.26 - Recursos, Despesas e Capacidade Líquida de Financiamento das Mutualidades



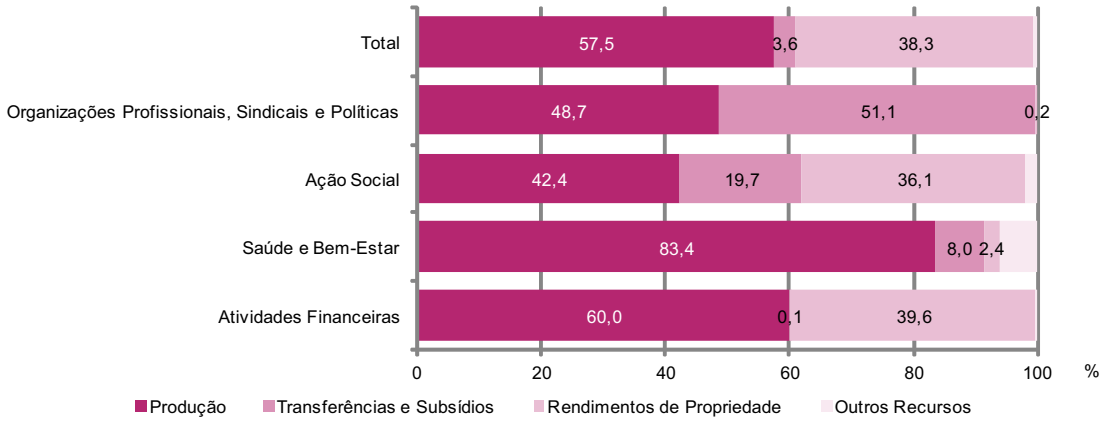
As atividades financeiras asseguraram 81,3% do total de recursos das Mutualidades. A ação social foi responsável por 16,8% e a saúde e bem-estar por apenas 1,9% da totalidade dos recursos.

Gráfico 1.27 - Recursos das Mutualidades, por atividade



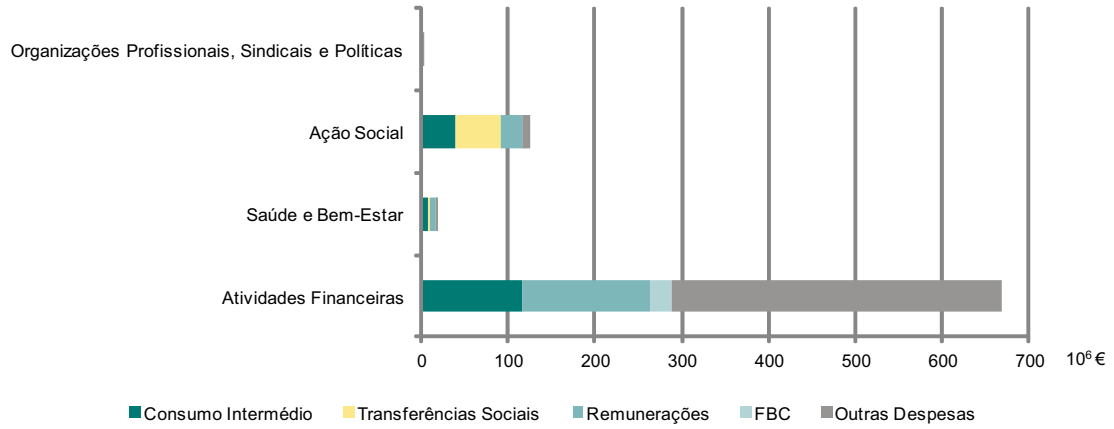
Analisando por atividade, a produção foi a principal fonte de recursos nas atividades financeiras (60,0%), na saúde e bem-estar (83,4%) e na ação social (42,4%). As transferências correntes e subsídios tiveram o maior peso relativo na ação social (19,7%). Os rendimentos de propriedade assumiram maior peso relativo, como seria expectável, nas atividades financeiras (39,6%). Em nenhuma atividade os outros recursos apresentaram um peso significativo.

Gráfico 1.28 - Recursos das Mutualidades, por atividade - estrutura



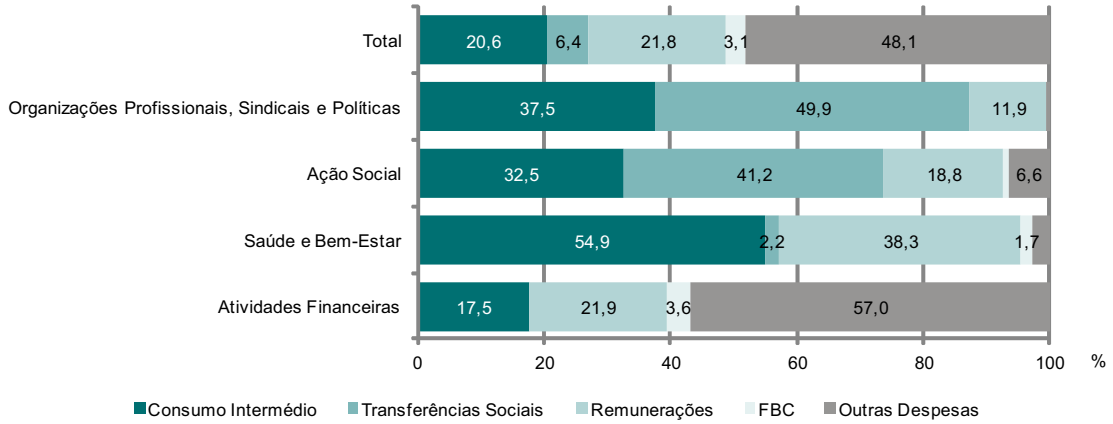
No que se refere ao peso no total das despesas das Mutualidades, as atividades financeiras representaram 82,4%, seguidas da ação social (15,4%).

Gráfico 1.29 - Despesas das Mutualidades, por atividade



A estrutura de despesas das Mutualidades é naturalmente condicionada pelo elevado peso relativo das atividades financeiras. Com efeito, nas atividades financeiras as outras despesas (mais concretamente rendimentos de propriedade) constituíram a componente mais importante (57,0%) das despesas. Na ação social as transferências sociais constituíram a rubrica de maior relevância (41,2%). Na saúde e bem-estar, o consumo intermédio foi a principal despesa (54,9%). É também nesta atividade que as remunerações assumiram maior peso relativo (38,3%).

Gráfico 1.30 - Despesas das Mutualidades, por atividade - estrutura



1.2.1.3. Misericórdias

As Irmandades da Misericórdia[5] ou Santas Casas da Misericórdia são associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristãs.

Neste âmbito legal, a esta família da Economia Social pertencem todas as Santas Casas da Misericórdia, as Irmandades das Santas Casas das Misericórdias e Misericórdias existentes em Portugal. Excetua-se a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que, detendo um Estatuto especial e pertencendo ao Setor Institucional das Administrações Públicas, não foi incluída no universo da Economia Social.

Em 2010, o grupo das Misericórdias era constituído por 381 unidades. A ação social era a atividade que registava maior número de unidades (94,2%) e maior peso no VAB (91,1%). A saúde e bem-estar tinha alguma expressão relativa no VAB (7,7%).

Gráfico 1.31 - Misericórdias, por atividade

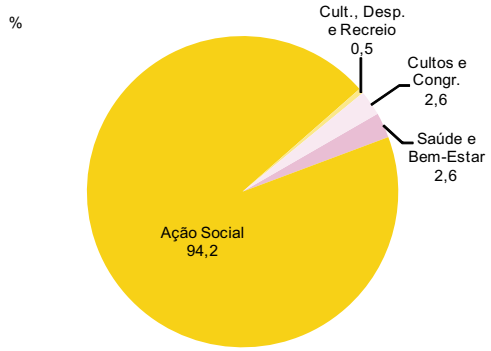
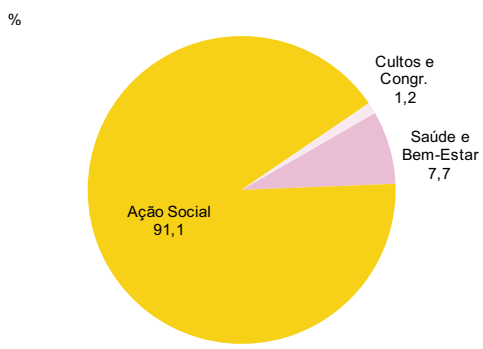


Gráfico 1.32 - VAB das Misericórdias, por atividade

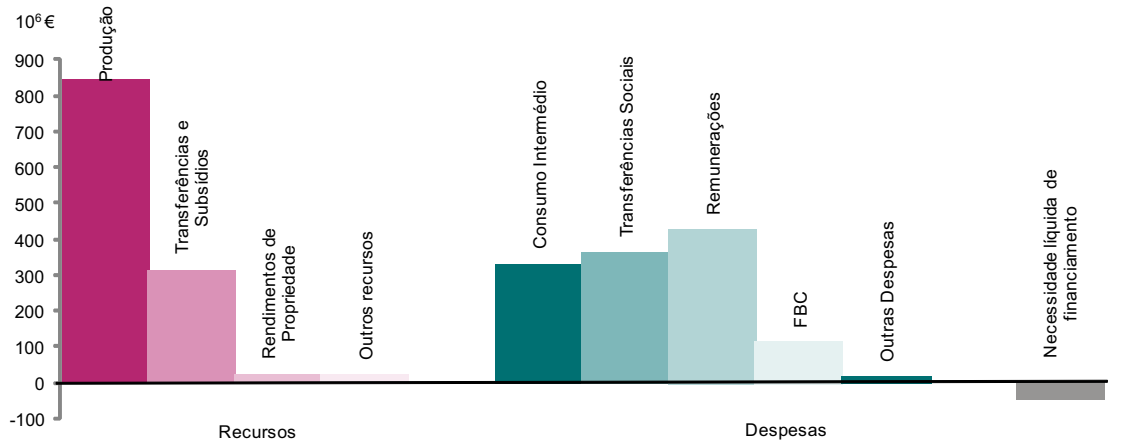


Em 2010, as Misericórdias apresentaram uma necessidade líquida de financiamento de 45,8 milhões de euros. Nesse ano os recursos destas organizações estimaram-se em 1 203,2 milhões de euros, correspondentes fundamentalmente a produção (70,4%) e transferências e

[5] Artigo 68º do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que constitui o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

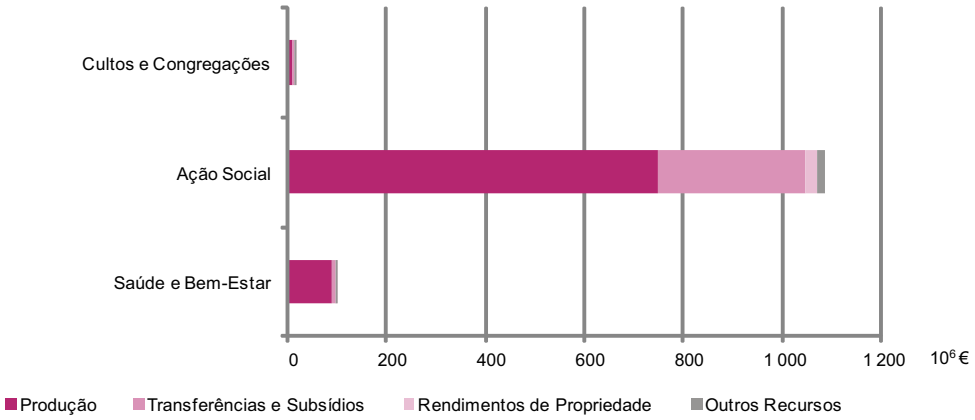
subsídios (26,0%). Os rendimentos de propriedade e outros recursos apresentaram pesos pouco significativos (1,9% e 1,7%, respetivamente). As despesas das Misericórdias totalizaram 1 249,0 milhões de euros, sendo as principais despesas as remunerações (34,2%), as transferências sociais (29,0%) e o consumo intermédio (26,3%). A FBC e outras despesas apresentaram pesos relativos de 9,2% e de 1,3%, respetivamente.

Gráfico 1.33 - Recursos, Despesas e Necessidade Líquida de Financiamento das Misericórdias



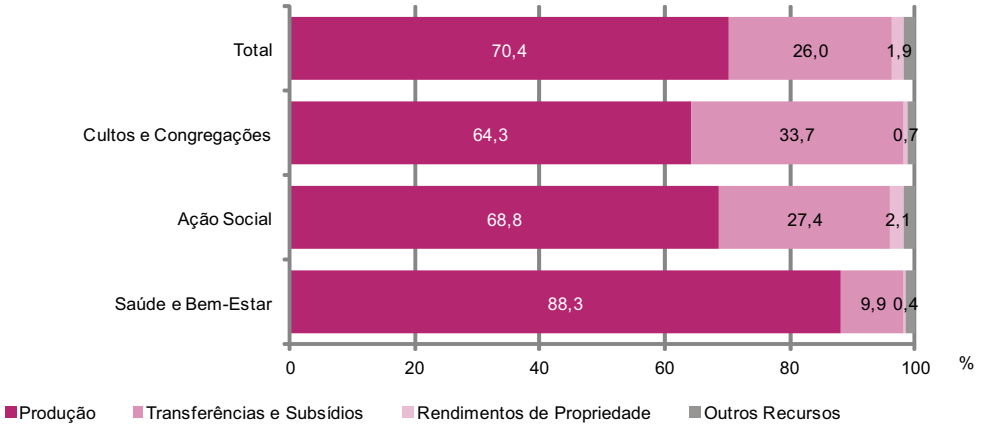
A ação social assegurou 90,4% dos recursos das Misericórdias. A saúde e bem-estar foi responsável por 8,3% e os cultos e organizações por 1,3% da totalidade dos recursos.

Gráfico 1.34 - Recursos das Misericórdias, por atividade



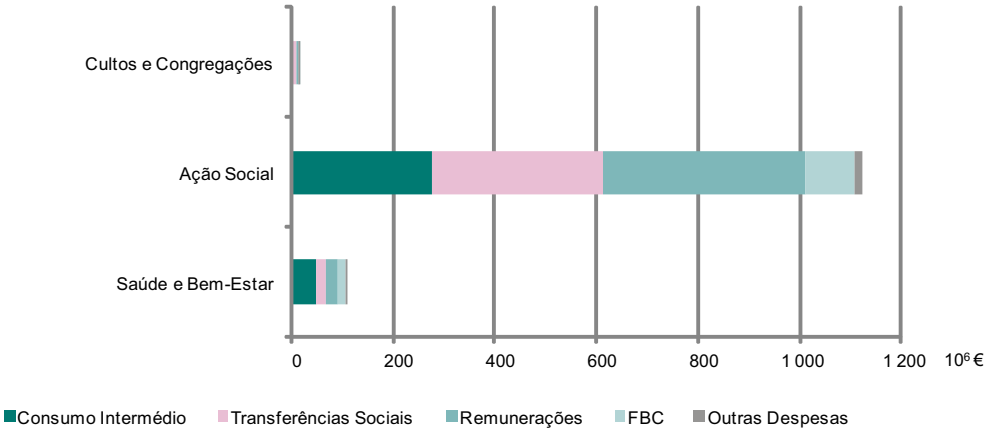
A produção foi a principal fonte de recursos em todas as atividades, com maior ênfase para a saúde e bem-estar (88,3%). As transferências correntes e subsídios têm maior peso nos cultos e congregações (33,7%) e ação social (27,4%). Os rendimentos de propriedade e outros recursos têm um peso pouco significativo na estrutura de recursos de todas as atividades desenvolvidas pelas Misericórdias.

Gráfico 1.35 - Recursos das Misericórdias, por atividade - estrutura



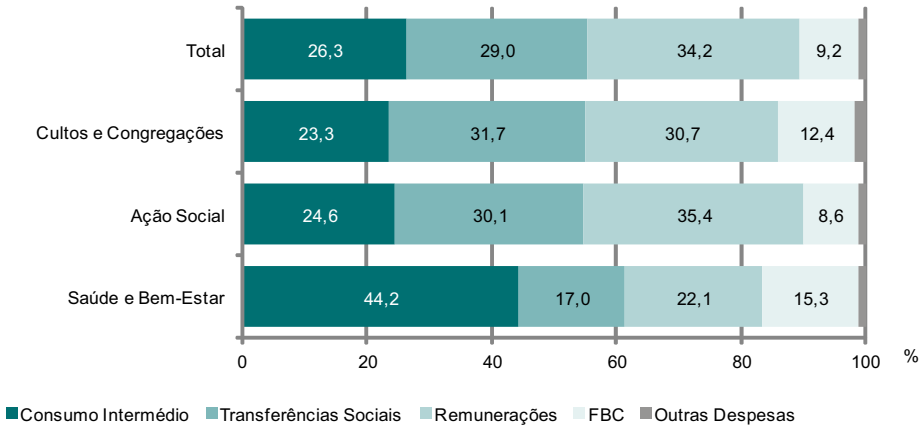
No que se refere à análise das despesas, é possível observar contributos diferenciados por tipo de atividade. A ação social foi responsável por 90,0% do total de despesa das Misericórdias e a saúde e bem-estar por 8,8%.

Gráfico 1.36 - Despesas das Misericórdias, por atividade



Dado o seu peso neste grupo, a estrutura da despesa foi claramente determinada pela estrutura da ação social. Nesta atividade as remunerações foram a principal despesa (35,4%). O consumo intermédio foi a despesa principal na saúde e bem-estar (44,2%). A FBC apresenta maior peso relativo na saúde e bem-estar (15,3%).

Gráfico 1.37 - Despesas das Misericórdias, por atividade - estrutura



1.2.1.4.Fundações

Uma Fundação[6] é uma pessoa coletiva, sem fim lucrativo, dotada de um património suficiente e irrevogavelmente afeto à prossecução de um fim de interesse social, sendo considerados fins de interesse social aqueles que se traduzem no benefício de uma ou mais categorias de pessoas distintas do fundador, seus parentes e afins, ou de pessoas ou entidades a ele ligadas por relações de amizade ou de negócios.

Na CSES para 2010, foram incluídas no grupo de entidades "Fundação" todas as entidades cuja forma jurídica considerada pelo Registo Nacional de Pessoa Coletiva (RNPC) é o de "Fundação", excetuando-se as Fundações Públicas. Todas as Fundações de direito privado e de utilidade pública foram consideradas neste grupo, bem como todas as Fundações que detinham o estatuto de IPSS.

O distanciamento observado entre a posição relativa da cultura, desporto e recreio e a ação social, no que respeita a número de unidades, não se verificou no VAB, sendo o primeiro tipo de atividades responsável por 38,7% do VAB e o segundo por 38,0%. O ensino e investigação social surgiram em terceiro lugar, com 17,5% do VAB gerado pelas Fundações da Economia Social.

Gráfico 1.38 - Fundações da ES, por atividade

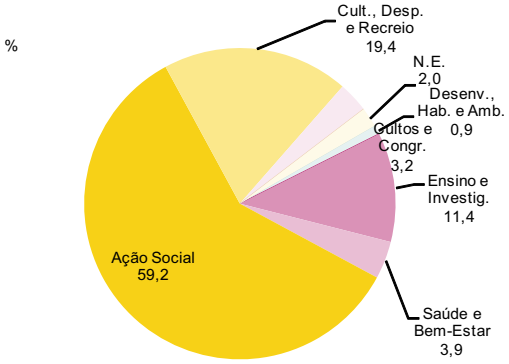
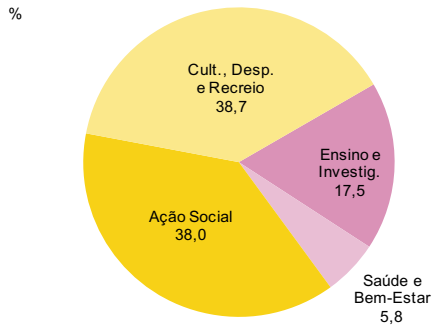


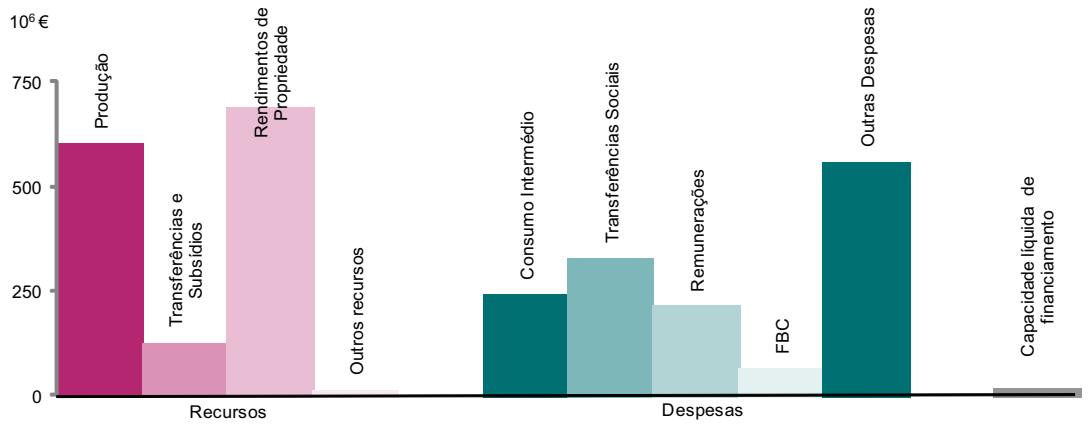
Gráfico 1.39 - VAB das Fundações da ES, por atividade



[6] Definição baseada na Lei-Quadro das Fundações publicada em anexo à Lei nº 24/2012 de 9 de Julho.

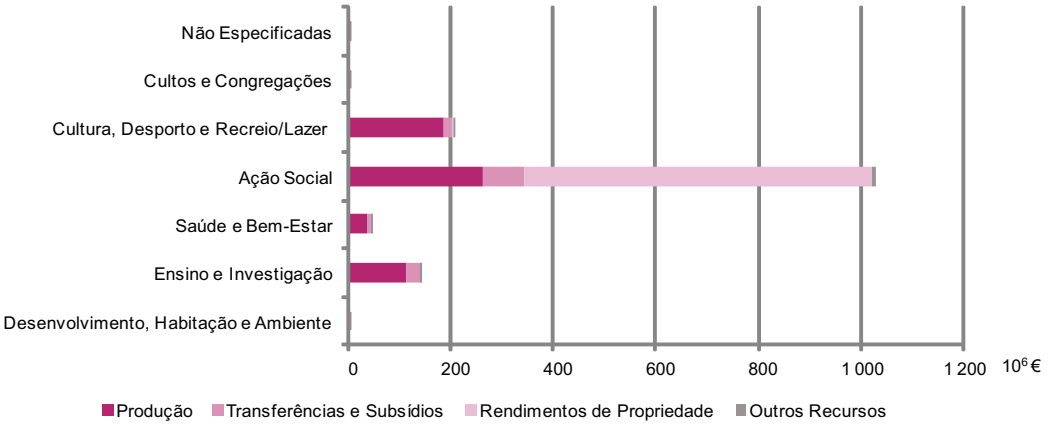
Em 2010, as Fundações da Economia Social apresentaram uma capacidade líquida de financiamento de 18,6 milhões de euros. Nesse ano os recursos destas organizações atingiram 1 428,5 milhões de euros, provenientes sobretudo de rendimentos de propriedade (48,1%) e da produção (42,1%). As transferências e subsídios representaram 8,8%. As despesas totalizaram 1 409,9 milhões de euros, sendo as principais rubricas as outras despesas (39,6%), onde se destacaram os rendimentos de propriedade. As transferências sociais corresponderam a 23,3%, o consumo intermédio a 17,1%, as remunerações a 15,3% e a FBC a 4,7%.

Gráfico 1.40 - Recursos, Despesas e Capacidade Líquida de Financiamento das Fundações da ES



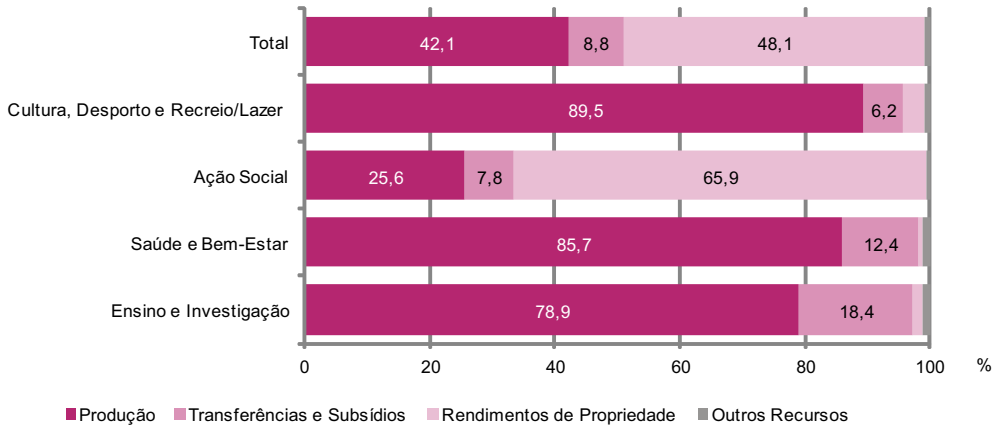
A ação social assegurou 72,1% dos recursos das Fundações da Economia Social. A cultura, desporto e recreio foi responsável por 14,6% e o ensino e investigação por 9,9% da totalidade dos recursos.

Gráfico 1.41 - Recursos das Fundações da ES, por atividade



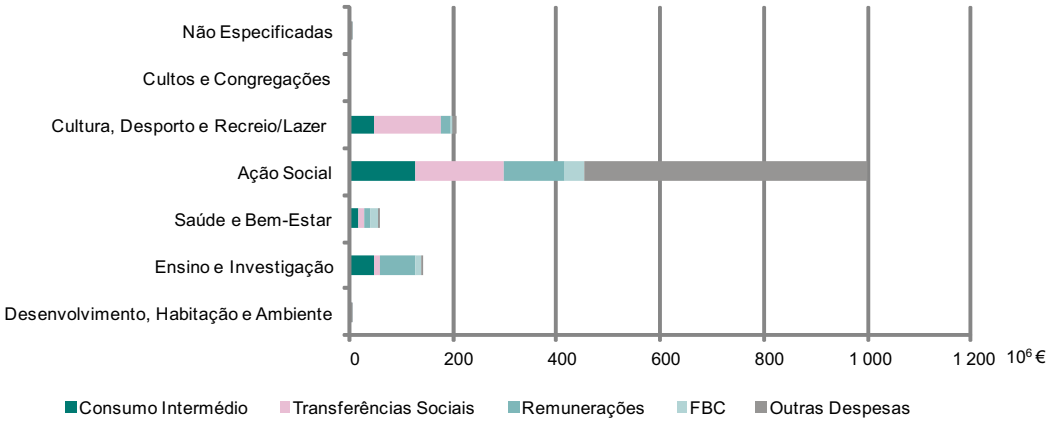
Analisando a estrutura dos recursos por atividade, os rendimentos de propriedade constituíram a principal fonte de recursos apenas na ação social (65,9%). A produção teve maior peso relativo na estrutura dos recursos da cultura, desporto e lazer (89,5%), da saúde e bem-estar (85,7%) e do ensino e investigação (78,9%).

Gráfico 1.42 - Recursos das Fundações da ES, atividades principais - estrutura



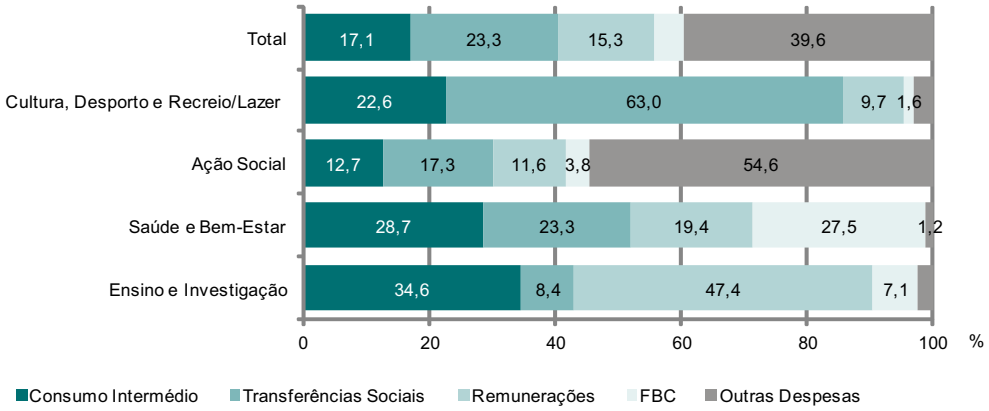
Relativamente às despesas das Fundações da Economia Social, a ação social representou 70,8% do total. A cultura, desporto e recreio totalizaram 14,7% e o ensino e investigação 10,0%.

Gráfico 1.43 - Despesas das Fundações da ES, por atividade



Dado o peso dos serviços de ação social no total de despesas das Fundações, a estrutura destas despesas foi, consequentemente, influenciada pela estrutura daqueles serviços. Efetivamente, as outras despesas (na sua maioria juros) foram a principal despesa dessa atividade (54,6%). Já no ensino e investigação as remunerações foram a principal despesa (47,4%). As transferências sociais constituíram a rubrica de maior relevância na cultura, desporto e recreio (63,0%). A FBC apresentou o maior peso relativo na saúde e bem-estar (27,5%).

Gráfico 1.44 - Despesas das Fundações da ES, atividades principais - estrutura



1.2.1.5. Associações e outras Organizações da Economia Social

Foram consideradas neste grupo da Economia Social todas as organizações não contempladas nos grupos anteriores (ex.: associações juvenis, estudantis, de pais e encarregados de educação, de defesa do consumidor, do ambiente, Casas do Povo, Bombeiros Voluntários, etc.).

Este constituiu o maior grupo de entidades da CSES em 2010, com 52 086 entidades, representando 94,0% do número total de entidades e 54,1% do VAB da Economia Social, constituindo o grupo mais heterogéneo e com maior carência de informação contabilística, tornando a sua análise mais complexa e menos precisa. A cultura, desporto e recreio foram as atividades com maior número de organizações (50,7%), surgindo em segundo lugar os cultos e congregações, com 16,7% destas entidades e, em terceiro, a ação social, com 13,1%.

No que respeita ao VAB, a ordenação é distinta, sendo a ação social responsável por 29,9% do VAB gerado, a cultura, desporto e recreio por 14,1% e os cultos e congregações por 13,9%.

Gráfico 1.45 - Associações e outras OES, por atividade

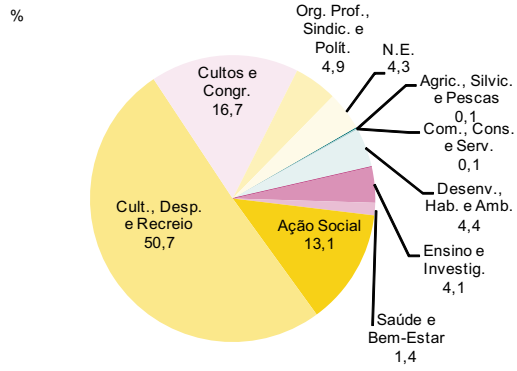
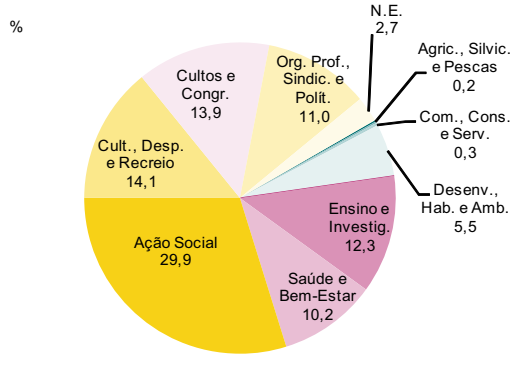
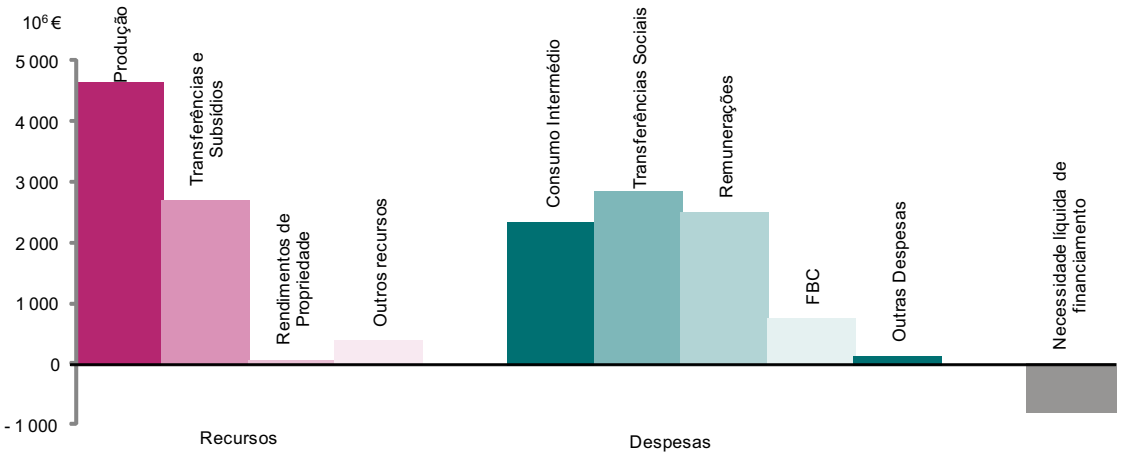


Gráfico 1.46 - VAB das Associações e outras OES



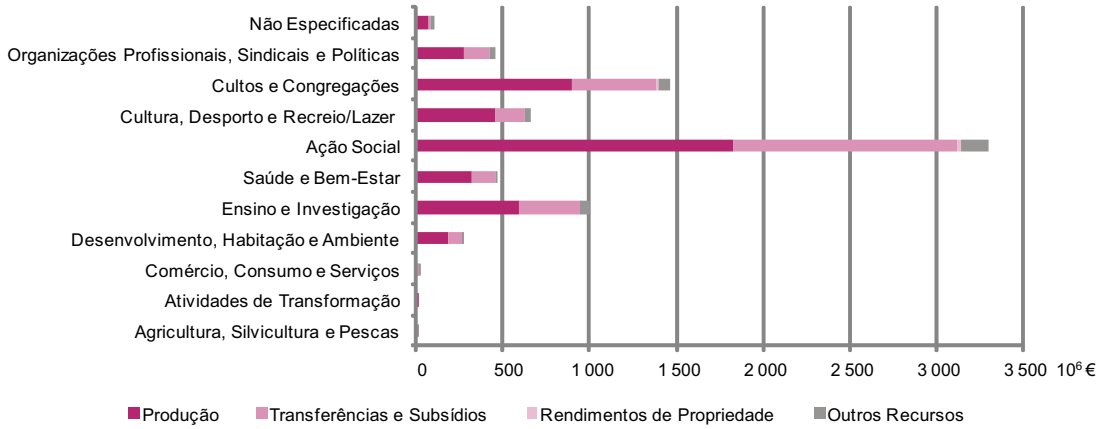
Em 2010, as Associações e outras OES apresentaram uma necessidade líquida de financiamento de 767,9 milhões de euros. Nesse ano, os recursos destas organizações atingiram 7 731,6 milhões de euros, provenientes fundamentalmente da produção (59,8%) e das transferências e subsídios (34,7%). As despesas totalizaram 8 499,5 milhões de euros, das quais as transferências sociais representaram cerca de 1/3, as remunerações 29,2%, o consumo intermédio 27,3% e a FBC perto de 10%.

Gráfico 1.47 - Recursos, Despesas e Necessidade Líquida de Financiamento das Associações e outras OES



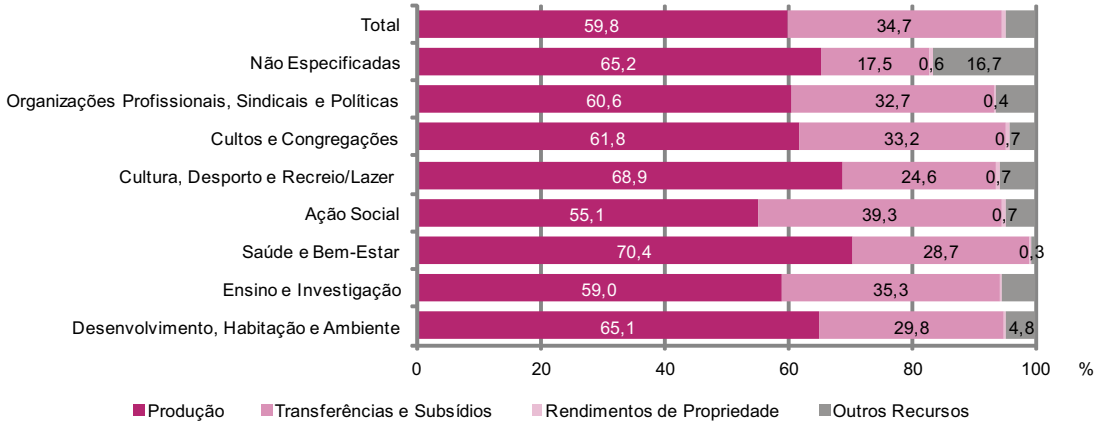
A ação social assegurou 42,8% dos recursos das Associações e outras OES da Economia Social. Os cultos e congregações representaram 18,9% e o ensino e investigação 12,9% da totalidade dos recursos.

Gráfico 1.48 - Recursos das Associações e outras OES, por atividade



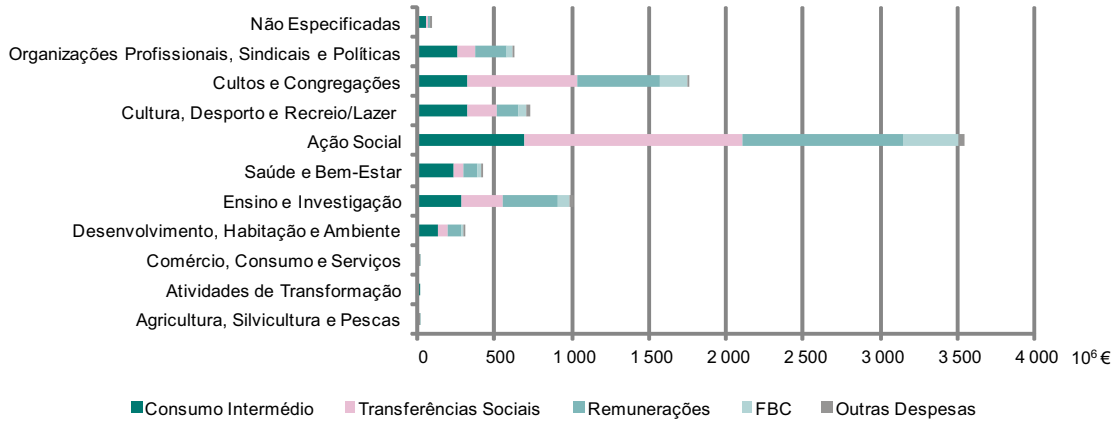
A produção constituiu a principal fonte de recursos em todas as atividades. As transferências e subsídios assumiram também relevância na generalidade das atividades, com maior incidência na ação social (39,3%) e no ensino e investigação (35,3%). Os rendimentos de propriedade tiveram um peso negligenciável na estrutura dos recursos de todas as atividades.

Gráfico 1.49 - Recursos das Associações e outras OES, atividades principais - estrutura



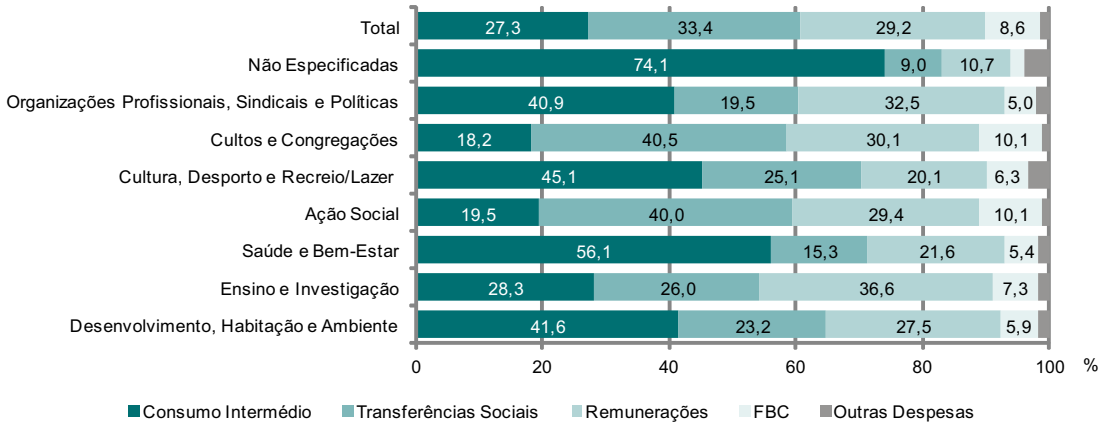
Relativamente às despesas das Associações e outras OES, a ação social foi a atividade com maior peso relativo (41,8% do total). Os cultos e congregações totalizaram 20,8% e o ensino e investigação 11,8%.

Gráfico 1.50 - Despesas das Associações e outras OES, por atividade



O consumo intermédio foi a principal despesa na saúde e bem-estar (56,1%) e na cultura, desporto e recreio (45,1%). Já as transferências sociais constituíram a rubrica de maior relevância nos cultos e congregações e ação social (40,5% e 40,0%, respetivamente). As remunerações apresentaram maior peso relativo no ensino e investigação (36,6%). A FBC apresentou maior peso relativo nos serviços de ação social e cultos e congregações (10,1% em ambos).

Gráfico 1.51 - Despesas das Associações e outras OES, atividades principais - estrutura



1.2.2. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

Possuem estatuto de Instituições Particulares de Solidariedade Social[7] (IPSS) as entidades constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:

a) Apoio a crianças e jovens;
b) Apoio à família;
c) Apoio à integração social e comunitária;
d) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
e) Promoção e proteção na saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
f) Educação e formação profissional dos cidadãos;
g) Resolução dos problemas habitacionais das populações.

As IPSS podem revestir a forma de associações de solidariedade social, associações de voluntários de ação social, associações de socorros mútuos, Fundações de solidariedade social e Irmandades da Misericórdia, para além de poderem ainda revestir a forma de Uniões, Federações e Confederações. Adicionalmente, pode ser concedida a equiparação a IPSS a Cooperativas[8] e Casas do Povo[9], existindo 117 Cooperativas e 109 Casas do Povo equiparadas a IPSS.

Uma IPSS ou equiparada é um estatuto que tem de ser requerido e, logo, concedido, não sendo, por conseguinte, uma forma jurídica de constituição de uma pessoa coletiva. Assim, todos os grupos de entidades anteriormente analisados possuem organizações que são IPSS, seja por inerência legal, como são os casos das Associações Mutualistas e Irmandades da Misericórdia, seja por deferimento do requerimento concedido pela Segurança Social.

Em 2010, no universo de mais de 55 mil unidades da CSES existiam mais de cinco mil organizações que detinham o estatuto de IPSS, sendo a forma jurídica da maioria a de associação sem fim lucrativo (84,3%), seguindo-se as Misericórdias (6,8%), as Fundações (4.2%), as Mutualidades (2,4%) e as Cooperativas (2,3%).

[7] Segundo o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro.
[8] Lei nº 101/97 de 13 de setembro
[9] Decreto-Lei nº 171/98 de 25 de junho, assim como o Despacho nº 17747/99 de 10 de setembro.

Em 2010, as IPSS desenvolveram a sua atividade sobretudo na ação social (64,4% do número total). Cerca de 19% das IPSS estavam classificadas nos cultos e congregações, correspondendo a Irmandades das Misericórdias e outras congregações religiosas.

Quadro 1.2 – IPSS por grupos de entidades da ES e por atividade (2010)

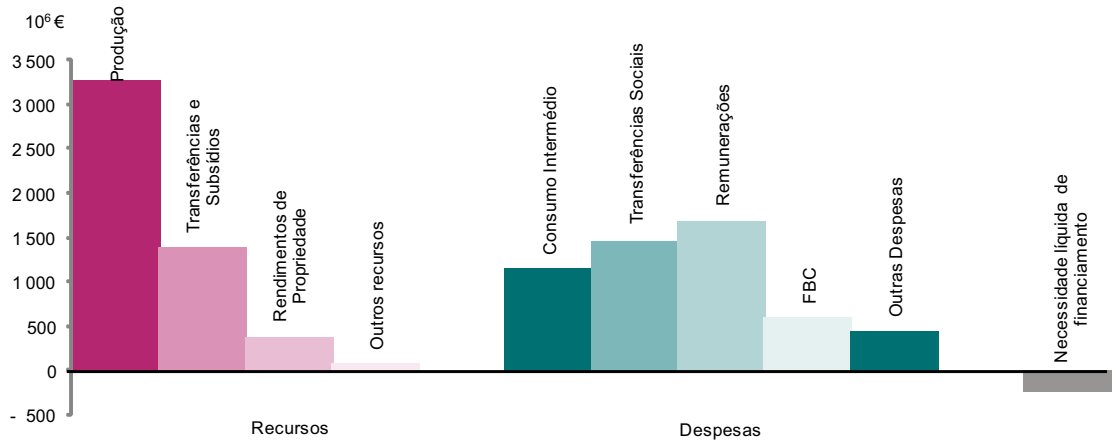
Unidade: Nº

CAOES	Cooperativas	Mutualidades	Misericórdias	Fundações	Ass. e outras OES	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas	0	0	0	0	0	0
Atividades de Transformação	0	0	0	0	0	0
Comércio, Consumo e Serviços	0	0	0	0	0	0
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	3	0	0	0	161	164
Atividades Financeiras	0	5	0	0	0	5
Ensino e Investigação	15	0	0	9	73	97
Saúde e Bem-Estar	18	7	9	16	148	198
Ação Social	78	106	327	170	2 551	3 232
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	2	0	0	7	289	298
Cultos e Congregações	0	0	6	4	968	978
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	1	1	0	0	23	25
Não Especificadas	0	0	0	3	22	25
Total de IPSS por Grupo	**117**	**119**	**342**	**209**	**4.235**	**5 022**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

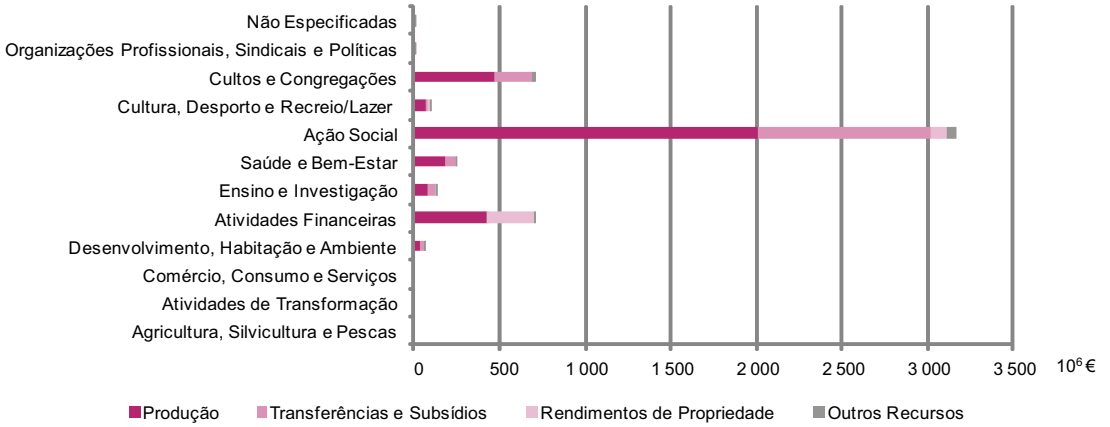
Estima-se que as IPSS tenham apresentado uma necessidade líquida de financiamento de 232,9 milhões de euros. Nesse ano os recursos destas organizações estimaram-se em 5 111,4 milhões de euros, provenientes fundamentalmente da produção (64,1%) e transferências e subsídios (27,0%). As despesas totalizaram 5 344,4 milhões de euros, sendo as principais despesas as remunerações (31,5%), as transferências sociais (27,5%) e o consumo intermédio (21,3%). As IPSS apresentaram, em 2010, poupança corrente positiva (328,4 milhões de euros). A FBC ultrapassou este valor, tendo-se fixado em 590,2 milhões de euros.

Gráfico 1.52 - Recursos, Despesas e Necessidade Líquida de Financiamento das IPSS



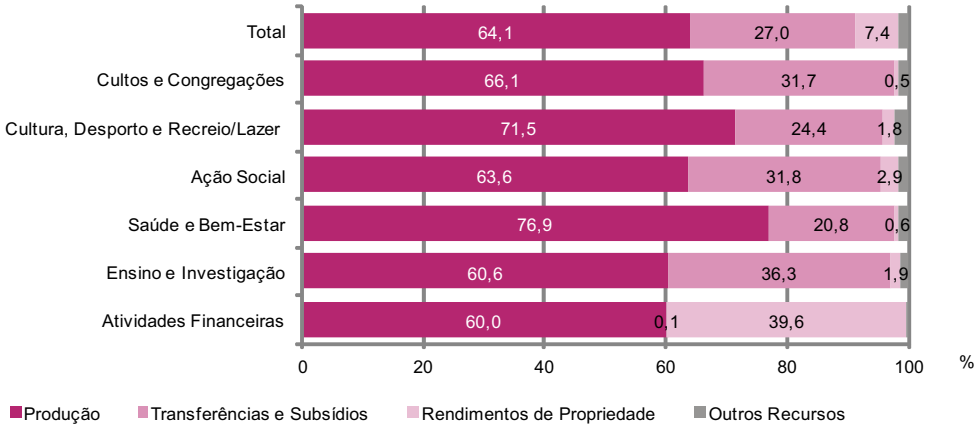
A ação social assegurou 61,9% dos recursos das IPSS. Os cultos e congregações representaram 13,8% e as atividades financeiras (Mutualidades) 13,7% da totalidade dos recursos.

Gráfico 1.53 - Recursos das IPSS, por atividade



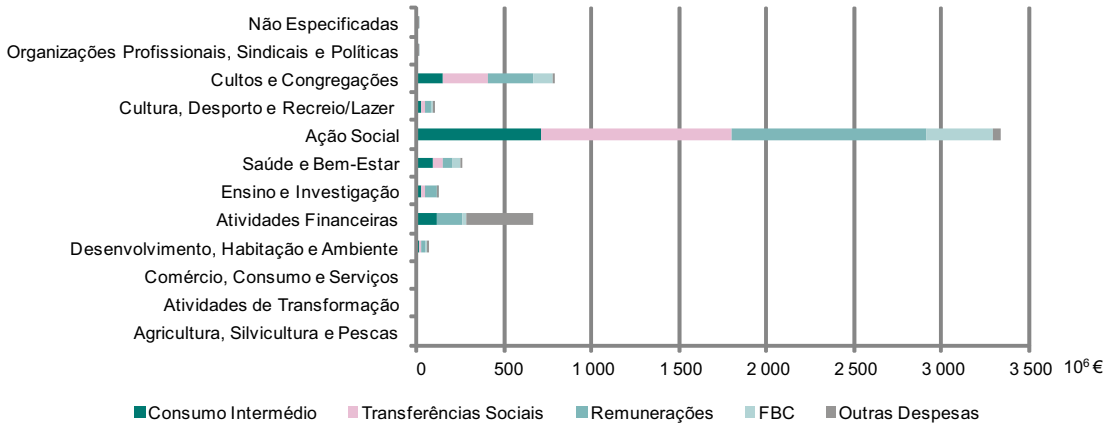
Analisando a estrutura dos recursos por atividade, é possível observar que a produção constituiu a principal fonte de recursos em todas as atividades, com maior ênfase na saúde e bem-estar (76,9%) e cultura, desporto e recreio (71,5%). As transferências assumem também grande relevância na generalidade das atividades, com maior incidência no ensino e investigação (36,3%), ação social (31,8%) e cultos e congregações (31,7%). Os rendimentos de propriedade têm um peso negligenciável na estrutura de recursos de todas as atividades, com exceção das atividades financeiras, onde representam 39,6% dos recursos.

Gráfico 1.54 - Recursos das IPSS, atividades principais - estrutura



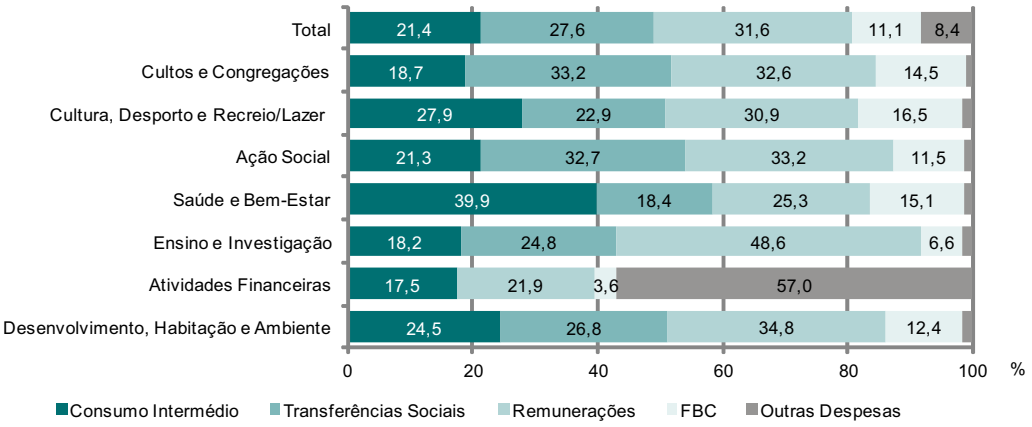
Relativamente às despesas das IPSS, a ação social permaneceu como a atividade com maior peso relativo (62,7% do total). Os cultos e congregações totalizaram 14,7% e as atividades financeiras 12,5%.

Gráfico 1.55 - Despesas das IPSS, por atividade



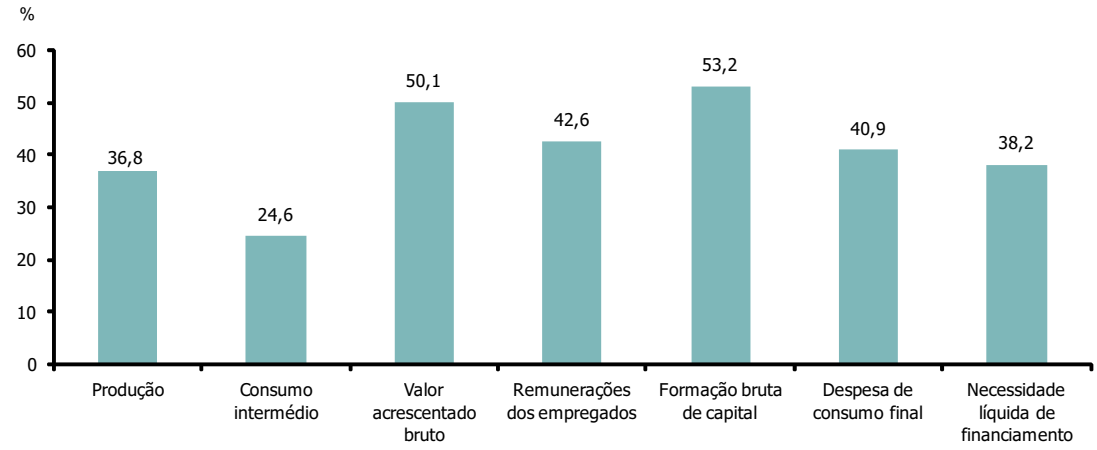
O consumo intermédio assumiu maior peso relativo na estrutura de despesa das IPSS com atividades na área da saúde e bem-estar (39,9%) e na cultura, desporto e recreio (27,9%). Já as transferências sociais constituíram a rubrica de maior relevância nos cultos e congregações e ação social (33,2% e 32,7%, respetivamente). As remunerações apresentaram maior peso relativo no ensino e investigação (48,6%). A FBC teve uma expressão relativa superior na cultura, desporto e recreio (16,5%) e na saúde e bem-estar (15,1%). As outras despesas são a rubrica mais importante da estrutura de despesa das IPSS com atividades financeiras (57,0%).

Gráfico 1.56 - Despesas das IPSS, atividades principais - estrutura



Em 2010, as IPSS representaram 36,8% da produção, 50,1% do VAB, 63,4% do emprego (ETC), 42,6% das remunerações, 40,9% da despesa de consumo final, 53,2% da FBC e 38,2% da necessidade líquida de financiamento da Economia Social.

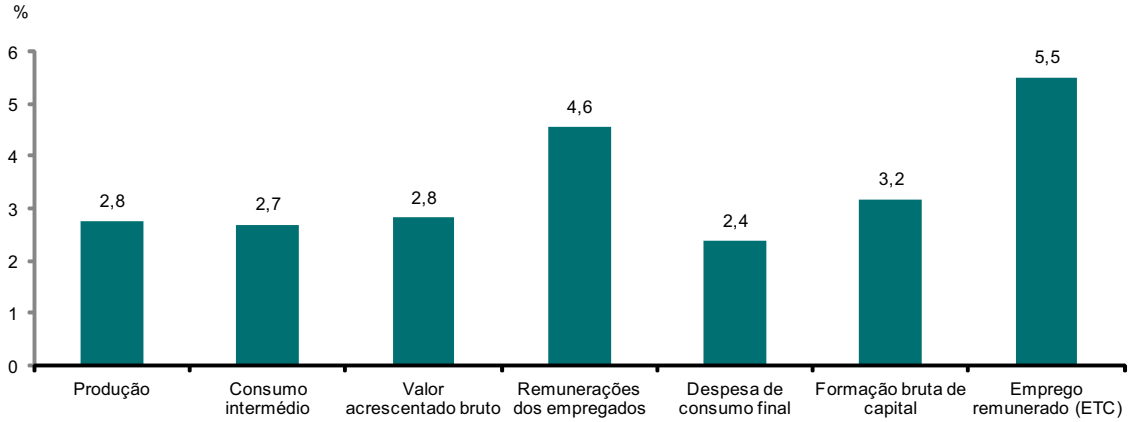
Gráfico 1.57 - Peso relativo das IPSS na Economia Social



1.3. A Economia Social na Economia Portuguesa

Em 2010, a Economia Social representou 2,8% da produção nacional e do VAB nacional e 5,5% do emprego total remunerado (ETC). As OES foram responsáveis pelo pagamento de 4,6% do total das remunerações pagas na economia, 2,4% da despesa de consumo final e 3,2% da FBC.

Gráfico 1.58 - Comparação com a economia nacional - grandes agregados



Da análise comparativa do VAB e emprego do setor da Economia Social com alguns ramos de atividade da economia portuguesa, é possível apreender melhor a sua importância. Pode observar-se que, em 2010, o VAB da Economia Social registou um valor superior a atividades como eletricidade, gás, vapor e ar frio, agricultura, silvicultura e pesca e ainda agro-indústria e telecomunicações.

O emprego remunerado na Economia Social (avaliado em ETC), ao atingir 5,5% do emprego total, revelou uma capacidade empregadora superior a ramos de atividade tradicionalmente caracterizados pela utilização intensiva de trabalho. Salienta-se o ramo de atividade de saúde humana (4,8%), onde também estão presentes organizações da Economia Social.

Gráfico 1.59 - Peso do VAB da ES e de alguns ramos de atividade, na economia nacional

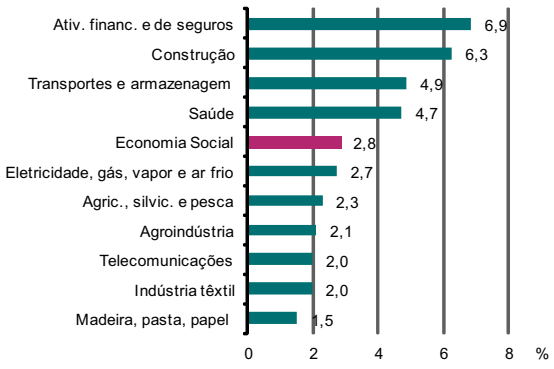
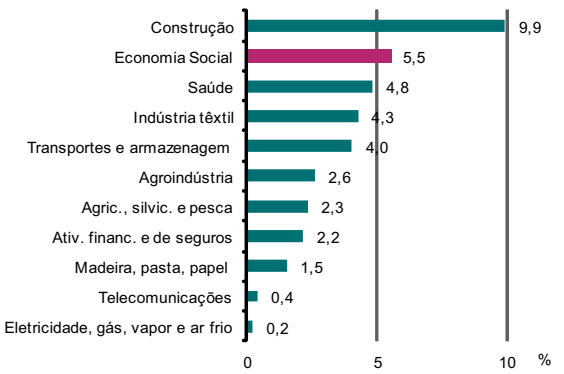
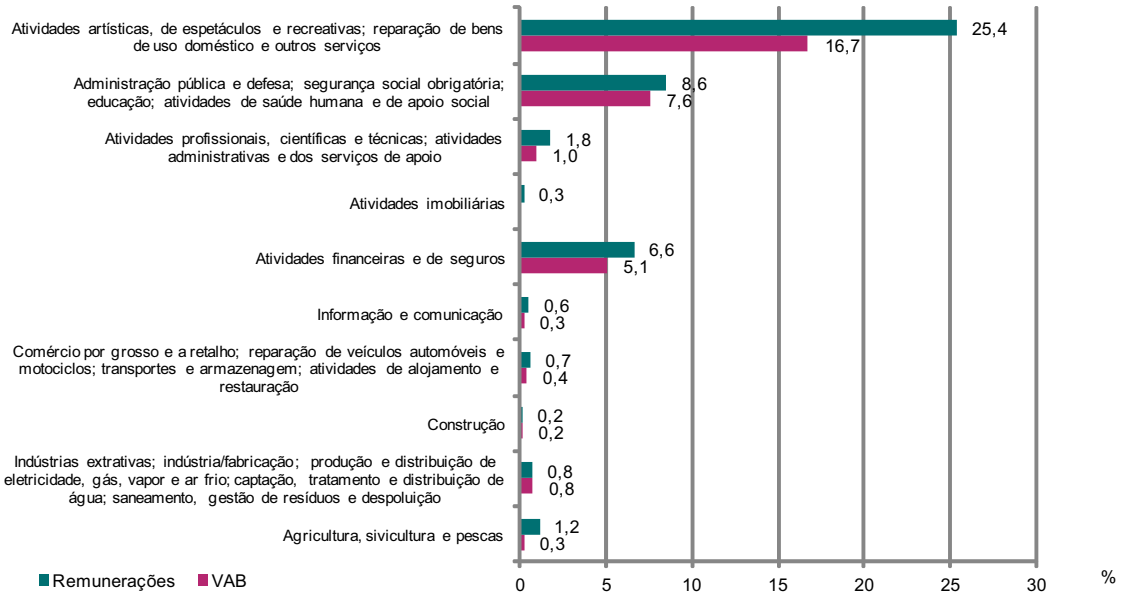


Gráfico 1.60 - Peso do emprego (ETC remunerado) da ES e de alguns ramos de atividade, na economia nacional



Detalhando a comparação com a economia nacional por ramos de atividade, é possível observar que a Economia Social se destaca particularmente, em termos de importância relativa, nos ramos (A10): atividades artísticas, de espetáculos e recreativas; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços (16,7% do VAB e 25,4% das remunerações); administração pública e defesa; segurança social obrigatória (7,6% do VAB e 8,6% das remunerações); educação; atividades de saúde humana e de apoio social e atividades financeiras e de seguros (7,6% do VAB e 8,6% das remunerações).

Gráfico 1.61 - Comparação com a economia nacional - ramos de atividade



A remuneração média da Economia Social é cerca de 83,1% da economia nacional, bastante mais baixa que a remuneração média nas sociedades financeiras (S.12) e administrações públicas (S.13).

Confrontando VAB e remunerações, é possível observar que, na Economia Social, uma parte significativa do VAB se destina a remunerações (92,8%), comparativamente ao que sucede na economia em geral (57,3%) e nas sociedades em particular (41,1% nas sociedades financeiras e 64,2% nas sociedades não financeiras), aproximando-se, contudo, das Instituições sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (89.7%).

Gráfico 1.62 - Rem. Média por Setor Institucional (economia nacional = 100)

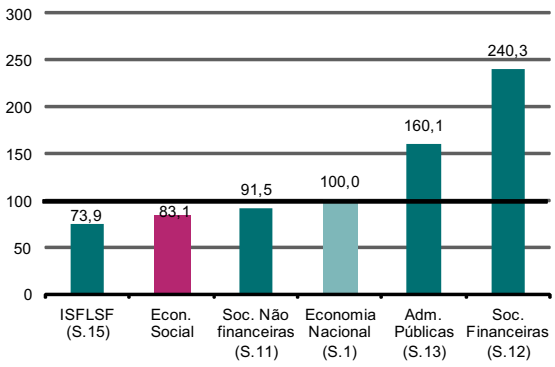
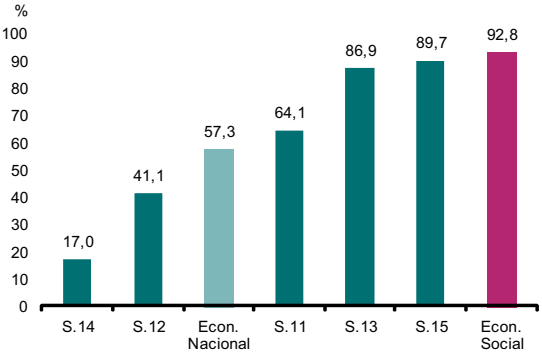


Gráfico 1.63 - Remunerações/VAB, na ES e economia nacional



1.4. Comparações Internacionais

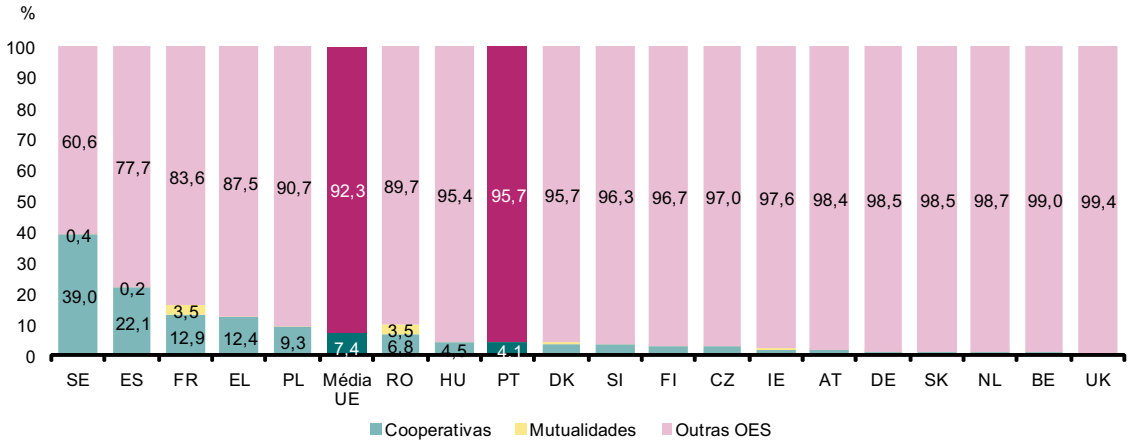
A CSES não se encontra implementada em muitos países, pelo que a comparabilidade internacional dos dados obtidos é feita de forma relativamente limitada. Sendo escassa a informação estatística sistematizada existente, privilegiou-se o relatório *The Social Economy in the European Union* do Comité Económico e Social Europeu (CESE), realizado por Monzón, J.L & Chaves, R. (2012). Este relatório baseia-se em inquéritos realizados pelos autores a peritos da Economia Social em cada um dos 27 países da União Europeia.

As comparações internacionais apresentadas incidiram, sobretudo, sobre o número de organizações e emprego remunerado (em número de pessoas).

Em grande parte dos países não existe informação autónoma para as Fundações. As Misericórdias são também uma especificidade da Economia Social portuguesa. Como tal, para possibilitar a comparabilidade internacional e para efeitos de análise, as organizações da Economia Social foram agrupadas em "Cooperativas", "Mutualidades" e "outras OES".

Em 2010, as outras OES eram claramente o grupo mais significativo, em número, oscilando a sua importância relativa entre 60,6% na Suécia a 99,4% no Reino Unido. Em Portugal, o seu peso no total de outras OES era de 95,7%. As Cooperativas apresentaram maior peso relativo na Suécia (39,0%). Em Portugal as Cooperativas eram 4,1% do total de OES. As Mutualidades apresentaram maior peso relativo em França e Roménia (3,5% em ambos os EM). Em Portugal esse peso foi de 0,2%. A distribuição de OES observada em Portugal está muito próxima da média da UE, onde apenas o peso das Cooperativas é um pouco superior ao registado em Portugal.

Gráfico 1.64 - Organizações da ES na UE, por grupos de entidades (% do total, 2010)



Em 2010, existiam na UE cerca de 2,8 milhões de OES. O Reino Unido era o EM com maior número de OES (31,3% do número total). O segundo país com maior número de organizações era a Alemanha (mais de 18%), ficando em terceiro e quarto lugares Espanha e França. Portugal representava, em termos europeus, 2,0% das OES da UE.

O EM com maior número de Cooperativas em 2010 foi a Itália (35% do total). Note-se, porém, que este número inclui também as Mutualidades, não sendo diretamente comparável com o dos outros países. Espanha apresentou um peso relativo de quase 22% do total de Cooperativas. França apresentou pouco mais de 12% do total das Cooperativas europeias. Portugal detém um peso de 1,1% no total da cerca de 204 mil Cooperativas existentes nos 27 EM em 2010.

Na repartição do número de Mutualidades existentes na UE, constata-se que 73% se encontravam em França. A Roménia apresentava 9,7% e a Espanha 4,6%. Portugal tinha 1,3% do total da UE, sendo o 7º país no que respeita ao número total de Mutualidades, que constituíam o grupo de menor dimensão (pouco mais de 9 mil e duzentas unidades).

Quanto às outras OES, o Reino Unido era o país com maior número de organizações (33,7%), seguido da Alemanha com quase 20% e depois a França e a Espanha. Portugal surge em 11º lugar, com 2,1%, correspondendo a mais de 53 mil organizações num total europeu de mais de 2 milhões e 570 mil.

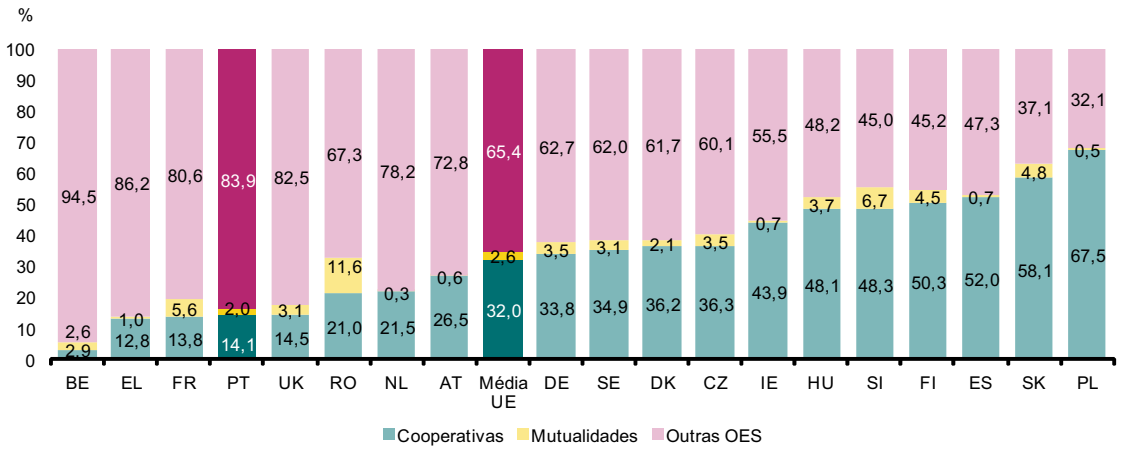
As atividades da Economia Social são, sobretudo, trabalho intensivas, pelo que o emprego gerado pelas suas entidades se revela muito importante na UE.

O emprego remunerado nas OES na UE assumiu, em 2010, um número significativo de mais de 14 milhões de pessoas, o que representava 7,5% do emprego total remunerado dos 27 EM da UE. O emprego gerado pela Economia Social, quando comparado com o emprego total de cada país, assumiu maior relevância na Bélgica (12,3%) e na Suécia (12,0%). Portugal encontrava-se em 15º lugar (com 5,5%), um pouco abaixo da média europeia.

Em termos de estrutura, as outras OES têm também uma maior preponderância, empregando, em média, 65,4% dos trabalhadores da Economia Social. As Cooperativas revelaram um peso de 32,0%, enquanto as Mutualidades registaram 2,6% do emprego remunerado total.

Quando comparado com a média da UE, Portugal registava um peso relativo superior do emprego nas outras OES e inferior nas Cooperativas e Mutualidades. Na Polónia as Cooperativas representavam 67,5% do total do emprego remunerado na Economia Social, sendo o das outras OES de 32,1%. Pelo contrário, na Bélgica o emprego nas Cooperativas era reduzido (2,6% do total) enquanto nas outras OES era de 94,5%.

Gráfico 1.65 - Emprego remunerado nas Organizações da ES na UE, por grupos de entidades (% do total)



Em 2010, a Alemanha foi o país que obteve maior representação do emprego remunerado (17,4%) da Economia Social a nível da UE, sendo seguida pela França com 16,4%, por Itália com 15,8% e, depois, pelo Reino Unido com 11,6%. Portugal apresentou um peso de 1,6% do total do emprego apurado na Economia Social na UE, surgindo em 11º lugar.

Para além do número e emprego remunerado das OES, não foi possível recolher informação sistematizada de agregados macroeconómicos para o conjunto de países da UE. Recorreu-se, por isso, aos dados existentes para a Bélgica e a Espanha, por serem os únicos EM com informação disponível.

Em Portugal, a Economia Social gerou maior VAB, relativamente à economia nacional, do que o observado em Espanha ou na Bélgica. Com efeito, em 2010 o VAB da Economia Social em Portugal representou 2,8% do VAB da economia nacional, em Espanha esse peso foi de 2,7%

(dados de 2008) e na Bélgica de 1,5% (dados de 2007). Contudo, estas comparações deverão ser relativizadas, não só porque se baseiam em informação de anos diferentes, mas também porque a realidade socioeconómica e estrutural se alterou substancialmente nos últimos anos.

O VAB das Cooperativas assumiu maior representação em Espanha (35,0%) face ao VAB da ES do que em Portugal (17,6%) ou na Bélgica (5,6%). Já no VAB gerado pelas Mutualidades: a Bélgica assumiu a primeira posição (11,0%), seguida de Portugal (7,7%) e de Espanha, com um peso de 4,2% no VAB da ES. No cômputo geral, em Espanha o VAB das Cooperativas e Mutualidades atingiu mais de 39% do VAB da Economia Social, traduzindo a grande importância dos dois grupos no valor global criado na Economia Social. Na Bélgica, o peso do VAB das Cooperativas e das Mutualidades no VAB da Economia Social foi de aproximadamente de 17%, um peso inferior ao observado em Portugal (25,3%).

Gráfico 1.66 - VAB da ES / VAB economia

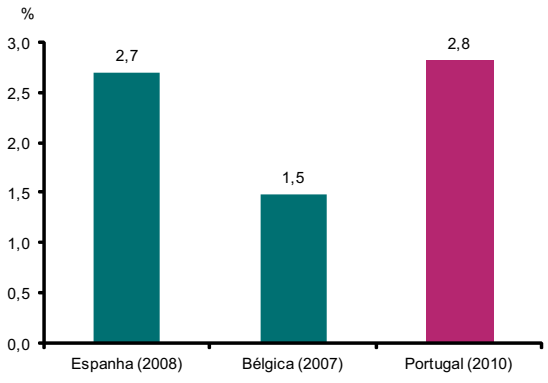
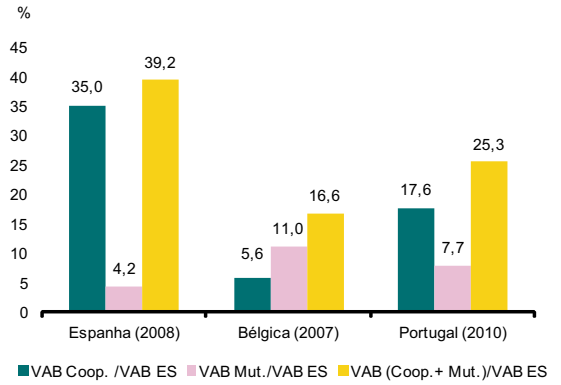


Gráfico 1.67 - VAB (Coop. e Mut.) / VAB ES



1.5. Quadros de Resultados

Quadro 1.6.1 – Setor agregado da Economia Social (2010)

Un: 10^6euros

Operação SEC			Empregos	Recursos
1	P.1	Produção		8 901,0
2	P.2	Consumo intermédio	4 638,4	
3=1-2	**B.1g**	**Valor acrescentado bruto**	**4 262,6**	
	B.1g	**Valor acrescentado bruto**		**4 262,6**
4	D.1	Remunerações dos empregados	3 955,4	
5	D.29	Outros impostos sobre a produção	15,0	
6	D.39	Outros subsídios à produção	-521,8	
7=3-4-5-6	**B.2g**	**Excedente de exploração bruto**	**814,0**	
	B.2g	**Excedente de exploração bruto**		**814,0**
8	D.4	Rendimentos de propriedade	1240,5	1456,5
9=7+8R-8E	**B.5g**	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**	**1 030,0**	
	B.5g	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**		**1 030,0**
10	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento e património	48,1	
11	D.6	Contribuições e prestações sociais	53,4	57,1
12	D.7	Outras transferencias correntes	80,9	2 849,1
13=9-10+11R+12R-11E-12E	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**	**3 753,9**	
	B.6g	**Rendimento disponível, bruto**		**3 753,9**
14	D.63	Transferências sociais em espécie	3 589,4	
15=13-14	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**	**164,5**	
13	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**		**3 753,9**
16	P.3	Despesa de consumo final	3 590,5	
17=13-16	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**163,4**	
15	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**		**164,5**
18	P.4	Consumo final efetivo	1,1	
17=16-18	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**163,4**	
	B.8g	**Poupança, bruta**		**163,4**
19	P.5	Formação bruta de capital	1109,7	
20	K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não produzidos	7,3	
21	D.9	Transferências de capital, a receber		392,4
22	D.9	Transferências de capital, a pagar		-9,4
23=17-19-20+21+22	**B.9**	**Capacidade líquida (+)/necessidade líquida (-) de financiamento**	**-570,7**	
24=17+21+22	**B.10.1g**	**Variações do património bruto resultantes de poupança bruta e de transferências de capital**		**546,3**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.2 - Recursos das organizações da Economia Social por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Produção	Transferências e Subsídios	Rendimentos de Propriedade	Outros Recursos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas	41,9	8,6	0,3	2,1	52,8
Atividades de Transformação	1214,6	13,5	5,5	17,3	1250,9
Comércio, Consumo e Serviços	327,6	18,2	7,3	6,4	359,5
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	266,1	101,5	3,2	14,6	385,3
Atividades Financeiras	802,7	4,8	626,5	7,1	1441,0
Ensino e Investigação	916,5	467,6	7,0	56,4	1447,6
Saúde e Bem-Estar	467,9	162,3	2,8	6,1	639,1
Ação Social	2 914,9	1746,0	777,7	188,9	5 627,6
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	688,7	185,2	12,9	41,4	928,3
Cultos e Congregações	911,9	490,6	10,4	63,1	1475,9
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	282,1	153,9	2,1	29,3	467,4
Não Especificadas	66,2	18,7	0,7	16,7	102,4
Total da ES	**8 901,0**	**3 370,9**	**1456,5**	**449,5**	**14 177,9**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.3 - Despesas das organizações da Economia Social por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Consumo Intermédio	Transferências Sociais	Remunerações	FBC	Outros Empregos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas	32,5	0,0	13,2	4,2	3,0	53,0
Atividades de Transformação	997,3	0,0	112,8	60,9	46,7	1217,7
Comércio, Consumo e Serviços	196,3	0,0	108,6	33,3	22,4	360,6
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	201,8	71,0	107,4	29,8	17,8	427,8
Atividades Financeiras	273,8	0,0	315,0	47,1	647,9	1283,8
Ensino e Investigação	413,7	274,3	605,1	110,0	28,6	1431,7
Saúde e Bem-Estar	317,9	97,0	141,1	56,5	9,8	622,3
Ação Social	1152,9	1981,6	1606,1	503,4	607,2	5 851,2
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	400,4	316,7	191,1	50,7	33,2	992,1
Cultos e Congregações	325,3	719,6	536,9	179,8	19,6	1781,2
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	264,1	121,6	208,4	31,9	13,1	639,0
Não Especificadas	62,4	7,7	9,8	2,1	6,3	88,3
Total da ES	**4 638,4**	**3 589,4**	**3 955,4**	**1 109,7**	**1 455,6**	**14 748,6**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.4 – Setor agregado das Cooperativas (2010)

Unidade: 10^6euros

Operação SEC			Empregos	Recursos
1	P.1	Produção		2 332,1
2	P.2	Consumo intermédio	1582,9	
3=1-2	**B.1g**	**Valor acrescentado bruto**	**749,2**	
	B.1g	**Valor acrescentado bruto**		**749,2**
4	D.1	Remunerações dos empregados	657,3	
5	D.29	Outros impostos sobre a produção	5,2	
6	D.39	Outros subsídios à produção	-86,5	
7=3-4-5-6	**B.2g**	**Excedente de exploração bruto**	**173,2**	
	B.2g	**Excedente de exploração bruto**		**173,2**
8	D.4	Rendimentos de propriedade	273,0	366,2
9=7+8R-8E	**B.5g**	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**	**266,5**	
	B.5g	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**		**266,5**
10	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento e património	41,9	
11	D.6	Contribuições e prestações sociais	0,3	4,0
12	D.7	Outras transferencias correntes	32,5	130,0
13=9-10+11R+12R-11E-12E	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**	**325,8**	
	B.6g	**Rendimento disponível, bruto**		**325,8**
14	D.63	Transferências sociais em espécie	4,9	
15=13-14	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**	**320,9**	
13	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**		**325,8**
16	P.3	Despesa de consumo final	6,1	
17=13-16	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**319,8**	
15	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**		**320,9**
18	P.4	Consumo final efetivo	1,1	
17=16-18	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**319,8**	
	B.8g	**Poupança, bruta**		**319,8**
19	P.5	Formação bruta de capital	172,1	
20	K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não produzidos	3,7	
21	D.9	Transferências de capital, a receber		31,3
22	D.9	Transferências de capital, a pagar		-4,9
23=17-19-20+21+22	**B.9**	**Capacidade líquida (+)/necessidade líquida (-) de financiamento**	**170,3**	
24=17+21+22	**B.10.1g**	**Variações do património bruto resultantes de poupança bruta e de transferências de capital**		**346,1**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.5 - Recursos das Cooperativas por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Produção	Transferências e Subsídios	Rendimentos de Propriedade	Outros Recursos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas	38,0	8,3	0,3	2,1	48,7
Atividades de Transformação	1209,6	13,5	5,5	17,3	1245,9
Comércio, Consumo e Serviços	320,4	13,7	7,3	6,0	347,4
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	87,3	19,6	2,4	0,0	109,4
Atividades Financeiras	381,0	3,8	348,1	5,5	738,3
Ensino e Investigação	216,7	89,7	1,1	1,3	308,8
Saúde e Bem-Estar	8,7	15,3	0,1	0,4	24,5
Ação Social	18,4	38,5	0,1	1,3	58,3
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	44,6	8,7	1,1	0,9	55,2
Cultos e Congregações					
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	7,3	5,5	0,2	0,6	13,6
Não Especificadas					
Total das Cooperativas	**2 332,1**	**216,5**	**366,2**	**35,3**	**2 950,1**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.6 – Despesas das Cooperativas por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Consumo Intermédio	Transferências Sociais	Remunerações	FBC	Outros Empregos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas	28,9	0,0	13,1	4,2	3,0	49,3
Atividades de Transformação	993,5	0,0	112,8	60,9	46,7	1213,9
Comércio, Consumo e Serviços	190,1	0,0	104,3	33,2	22,0	349,5
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	74,6	0,0	23,5	11,9	12,0	122,0
Atividades Financeiras	156,8	0,0	168,8	23,0	267,2	615,8
Ensino e Investigação	79,9	0,5	169,3	26,0	8,4	284,1
Saúde e Bem-Estar	7,2	0,0	8,2	1,2	0,3	16,8
Ação Social	16,7	0,1	26,4	9,5	0,9	53,6
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	26,6	4,3	25,5	1,8	1,8	59,9
Cultos e Congregações						
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	8,7	0,0	5,4	0,6	0,2	14,9
Não Especificadas						
Total das Cooperativas	**1582,9**	**4,9**	**657,3**	**172,1**	**362,6**	**2 779,8**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.7 – Setor agregado das Mutualidades (2010)

Unidade: 10^6euros

Operação SEC			Empregos	Recursos
1	P.1	Produção		496,9
2	P.2	Consumo intermédio	167,1	
3=1-2	**B.1g**	**Valor acrescentado bruto**	**329,9**	
	B.1g	**Valor acrescentado bruto**		**329,9**
4	D.1	Remunerações dos empregados	176,2	
5	D.29	Outros impostos sobre a produção	0,2	
6	D.39	Outros subsídios à produção	-2,0	
7=3-4-5-6	**B.2g**	**Excedente de exploração bruto**	**155,4**	
	B.2g	**Excedente de exploração bruto**		**155,4**
8	D.4	Rendimentos de propriedade	381,0	331,1
9=7+8R-8E	**B.5g**	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**	**105,5**	
	B.5g	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**		**105,5**
10	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento e património	0,1	
11	D.6	Contribuições e prestações sociais	0,5	0,5
12	D.7	Outras transferencias correntes	3,5	29,1
13=9-10+11R+12R-11E-12E	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**	**131,0**	
	B.6g	**Rendimento disponível, bruto**		**131,0**
14	D.63	Transferências sociais em espécie	52,1	
15=13-14	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**	**78,9**	
13	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**		**131,0**
16	P.3	Despesa de consumo final	52,1	
17=13-16	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**78,9**	
15	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**		**78,9**
18	P.4	Consumo final efetivo	0,0	
17=16-18	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**78,9**	
	B.8g	**Poupança, bruta**		**78,9**
19	P.5	Formação bruta de capital	25,4	
20	K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não produzidos	0,5	
21	D.9	Transferências de capital, a receber		4,8
22	D.9	Transferências de capital, a pagar		-3,6
23=17-19-20+21+22	**B.9**	**Capacidade líquida (+)/necessidade líquida (-) de financiamento**	**54,1**	
24=17+21+22	**B.10.1g**	**Variações do património bruto resultantes de poupança bruta e de transferências de capital**		**80,1**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.8 – Recursos das Mutualidades por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Produção	Transferências e Subsídios	Rendimentos de Propriedade	Outros Recursos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas					
Atividades de Transformação					
Comércio, Consumo e Serviços					
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente					
Atividades Financeiras	421,6	1,0	278,4	1,6	702,7
Ensino e Investigação					
Saúde e Bem-Estar	13,7	1,3	0,4	1,0	16,5
Ação Social	61,3	28,6	52,3	2,6	144,8
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer					
Cultos e Congregações					
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	0,2	0,2	0,0	0,0	0,4
Não Especificadas					
Total das Mutualidades	**496,9**	**31,1**	**331,1**	**5,2**	**864,4**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.9 – Despesas das Mutualidades por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Consumo Intermédio	Transferências Sociais	Remunerações	FBC	Outros Empregos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas						
Atividades de Transformação						
Comércio, Consumo e Serviços						
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente						
Atividades Financeiras	117,0	0,0	146,2	24,2	380,6	668,0
Ensino e Investigação						
Saúde e Bem-Estar	9,2	0,4	6,4	0,3	0,5	16,8
Ação Social	40,7	51,5	23,6	1,0	8,3	125,1
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer						
Cultos e Congregações						
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	0,4
Não Especificadas						
Total das Mutualidades	**167,1**	**52,1**	**176,2**	**25,4**	**389,4**	**810,3**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.10 – Sector agregado das Misericórdias (2010)

Unidade: 10^6euros

Operação SEC			Empregos	Recursos
1	P.1	Produção		846,5
2	P.2	Consumo intermédio	328,2	
3=1-2	**B.1g**	**Valor acrescentado bruto**	**518,3**	
	B.1g	**Valor acrescentado bruto**		**518,3**
4	D.1	Remunerações dos empregados	426,9	
5	D.29	Outros impostos sobre a produção	0,0	
6	D.39	Outros subsídios à produção	-20,7	
7=3-4-5-6	**B.2g**	**Excedente de exploração bruto**	**112,0**	
	B.2g	**Excedente de exploração bruto**		**112,0**
8	D.4	Rendimentos de propriedade	5,6	23,1
9=7+8R-8E	**B.5g**	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**	**129,5**	
	B.5g	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**		**129,5**
10	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento e património	0,5	
11	D.6	Contribuições e prestações sociais	5,1	5,1
12	D.7	Outras transferencias correntes	2,5	292,2
13=9-10+11R+12R-11E-12E	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**	**418,7**	
	B.6g	**Rendimento disponível, bruto**		**418,7**
14	D.63	Transferências sociais em espécie	362,0	
15=13-14	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**	**56,7**	
13	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**		**418,7**
16	P.3	Despesa de consumo final	362,0	
17=13-16	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**56,7**	
15	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**		**56,7**
18	P.4	Consumo final efetivo	0,0	
17=16-18	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**56,7**	
	B.8g	**Poupança, bruta**		**56,7**
19	P.5	Formação bruta de capital	115,1	
20	K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não produzidos	3,0	
21	D.9	Transferências de capital, a receber		15,7
22	D.9	Transferências de capital, a pagar		-0,1
23=17-19-20+21+22	**B.9**	**Capacidade líquida (+)/necessidade líquida (-) de financiamento**	**-45,8**	
24=17+21+22	**B.10.1g**	**Variações do património bruto resultantes de poupança bruta e de transferências de capital**		**72,4**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.11 – Recursos das Misericórdias por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Produção	Transferências e Subsídios	Rendimentos de Propriedade	Outros Recursos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas					
Atividades de Transformação					
Comércio, Consumo e Serviços					
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente					
Atividades Financeiras					
Ensino e Investigação					
Saúde e Bem-Estar	88,5	9,9	0,4	1,4	100,3
Ação Social	748,2	297,8	22,6	19,2	1087,8
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer					
Cultos e Congregações	9,7	5,1	0,1	0,2	15,2
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas					
Não Especificadas					
Total das Misericórdias	**846,5**	**312,8**	**23,1**	**20,8**	**1203,2**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.12 – Despesas das Misericórdias por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Consumo Intermédio	Transferências Sociais	Remunerações	FBC	Outros Empregos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas						
Atividades de Transformação						
Comércio, Consumo e Serviços						
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente						
Atividades Financeiras						
Ensino e Investigação						
Saúde e Bem-Estar	48,7	18,7	24,3	16,8	1,5	110,0
Ação Social	276,0	338,5	398,0	96,5	15,0	1124,0
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer						
Cultos e Congregações	3,5	4,8	4,6	1,9	0,3	15,1
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas						
Não Especificadas						
Total das Misericórdias	**328,2**	**362,0**	**426,9**	**115,1**	**16,8**	**1249,0**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.13 – Setor agregado das Fundações (2010)

Unidade: 10^6euros

Operação SEC			Empregos	Recursos
1	P.1	Produção		601,7
2	P.2	Consumo intermédio	240,6	
3=1-2	**B.1g**	**Valor acrescentado bruto**	**361,1**	
	B.1g	**Valor acrescentado bruto**		**361,1**
4	D.1	Remunerações dos empregados	215,1	
5	D.29	Outros impostos sobre a produção	2,7	
6	D.39	Outros subsídios à produção	-24,6	
7=3-4-5-6	**B.2g**	**Excedente de exploração bruto**	**167,9**	
	B.2g	**Excedente de exploração bruto**		**167,9**
8	D.4	Rendimentos de propriedade	540,6	687,8
9=7+8R-8E	**B.5g**	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**	**315,0**	
	B.5g	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**		**315,0**
10	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento e património	1,1	
11	D.6	Contribuições e prestações sociais	6,1	6,1
12	D.7	Outras transferencias correntes	1,7	101,5
13=9-10+11R+12R-11E-12E	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**	**413,7**	
	B.6g	**Rendimento disponível, bruto**		**413,7**
14	D.63	Transferências sociais em espécie	328,6	
15=13-14	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**	**85,2**	
13	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**		**413,7**
16	P.3	Despesa de consumo final	328,6	
17=13-16	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**85,2**	
15	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**		**85,2**
18	P.4	Consumo final efetivo	0,0	
17=16-18	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**85,2**	
	B.8g	**Poupança, bruta**		**85,2**
19	P.5	Formação bruta de capital	66,7	
20	K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não produzidos	6,5	
21	D.9	Transferências de capital, a receber		6,8
22	D.9	Transferências de capital, a pagar		-0,1
23=17-19-20+21+22	**B.9**	**Capacidade líquida (+)/necessidade líquida (-) de financiamento**	**18,6**	
24=17+21+22	**B.10.1g**	**Variações do património bruto resultantes de poupança bruta e de transferências de capital**		**91,8**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.14 – Recursos das Fundações por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Produção	Transferências e Subsídios	Rendimentos de Propriedade	Outros Recursos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas					
Atividades de Transformação					
Comércio, Consumo e Serviços					
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	0,8	0,3	0,0	1,3	2,4
Atividades Financeiras					
Ensino e Investigação	112,1	26,1	2,3	1,6	142,1
Saúde e Bem-Estar	37,1	5,4	0,3	0,5	43,2
Ação Social	263,8	80,1	678,1	7,4	1029,5
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	186,4	12,9	6,9	2,1	208,3
Cultos e Congregações	0,4	0,0	0,1	0,0	0,5
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas					
Não Especificadas	1,0	1,3	0,1	0,0	2,5
Total das Fundações	**601,7**	**126,1**	**687,8**	**12,9**	**1 428,5**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.15 – Despesas das Fundações por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Consumo Intermédio	Transferências Sociais	Remunerações	FBC	Outros Empregos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas						
Atividades de Transformação						
Comércio, Consumo e Serviços						
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	0,8	0,4	0,2	0,0	0,1	1,5
Atividades Financeiras						
Ensino e Investigação	49,0	11,9	67,2	10,1	3,5	141,6
Saúde e Bem-Estar	16,2	13,2	10,9	15,5	0,7	56,6
Ação Social	126,7	172,7	115,7	37,5	545,2	997,8
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	46,8	130,2	20,0	3,3	6,5	206,8
Cultos e Congregações	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,4
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas						
Não Especificadas	0,9	0,2	0,9	0,2	3,0	5,2
Total das Fundações	**240,6**	**328,6**	**215,1**	**66,7**	**558,9**	**1 409,9**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.16 – Setor agregado das Associações e OOES (2010)

Unidade: 10^6euros

Operação SEC			Empregos	Recursos
1	P.1	Produção		4 623,8
2	P.2	Consumo intermédio	2 319,7	
3=1-2	**B.1g**	**Valor acrescentado bruto**	**2 304,1**	
	B.1g	**Valor acrescentado bruto**		**2 304,1**
4	D.1	Remunerações dos empregados	2 479,9	
5	D.29	Outros impostos sobre a produção	6,8	
6	D.39	Outros subsídios à produção	-388,0	
7=3-4-5-6	**B.2g**	**Excedente de exploração bruto**	**205,4**	
	B.2g	**Excedente de exploração bruto**		**205,4**
8	D.4	Rendimentos de propriedade	40,2	48,3
9=7+8R-8E	**B.5g**	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**	**213,5**	
	B.5g	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**		**213,5**
10	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento e património	4,5	
11	D.6	Contribuições e prestações sociais	41,4	41,4
12	D.7	Outras transferencias correntes	40,7	2 296,3
13=9-10+11R+12R-11E-12E	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**	**2 464,6**	
	B.6g	**Rendimento disponível, bruto**		**2 464,6**
14	D.63	Transferências sociais em espécie	2 841,8	
15=13-14	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**	**-377,1**	
13	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**		**2 464,6**
16	P.3	Despesa de consumo final	2 841,8	
17=13-16	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**-377,1**	
15	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**		**-377,1**
18	P.4	Consumo final efetivo	0,0	
17=16-18	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**-377,1**	
	B.8g	**Poupança, bruta**		**-377,1**
19	P.5	Formação bruta de capital	730,3	
20	K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não produzidos	-6,4	
21	D.9	Transferências de capital, a receber		333,8
22	D.9	Transferências de capital, a pagar		-0,7
23=17-19-20+21+22	**B.9**	**Capacidade líquida (+)/necessidade líquida (-) de financiamento**	**-767,9**	
24=17+21+22	**B.10.1g**	**Variações do património bruto resultantes de poupança bruta e de transferências de capital**		**-44,0**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.17 – Recursos das Associações e OOES por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Produção	Transferências e Subsídios	Rendimentos de Propriedade	Outros Recursos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas	3,8	0,3	0,0	0,0	4,2
Atividades de Transformação	5,0	0,0	0,0	0,0	5,0
Comércio, Consumo e Serviços	7,1	4,5	0,0	0,5	12,1
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	178,0	81,6	0,7	13,2	273,5
Atividades Financeiras					
Ensino e Investigação	587,7	351,8	3,7	53,5	996,7
Saúde e Bem-Estar	319,9	130,3	1,6	2,9	454,6
Ação Social	1823,0	1301,1	24,7	158,4	3 307,2
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	457,7	163,6	4,9	38,5	664,7
Cultos e Congregações	901,8	485,5	10,2	62,9	1460,3
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	274,6	148,2	1,9	28,7	453,4
Não Especificadas	65,2	17,4	0,6	16,7	99,9
Total das Associações e OOES	**4 623,8**	**2 684,3**	**48,3**	**375,2**	**7 731,6**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.18 – Despesas das Associações e OOES por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Consumo Intermédio	Transferências Sociais	Remunerações	FBC	Outros Empregos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas	3,6	0,0	0,1	0,0	0,0	3,7
Atividades de Transformação	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8
Comércio, Consumo e Serviços	6,2	0,0	4,3	0,2	0,4	11,1
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	126,4	70,6	83,7	17,9	5,7	304,3
Atividades Financeiras						
Ensino e Investigação	284,9	261,8	368,7	73,8	16,8	1006,0
Saúde e Bem-Estar	236,6	64,7	91,2	22,7	6,8	422,1
Ação Social	692,9	1418,6	1042,4	358,9	37,8	3 550,7
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	327,0	182,2	145,6	45,6	24,9	725,4
Cultos e Congregações	321,5	714,9	532,1	178,0	19,3	1765,8
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	255,2	121,4	202,9	31,3	12,8	623,7
Não Especificadas	61,5	7,5	8,9	1,9	3,3	83,0
Total das Associações e OOES	**2 319,7**	**2 841,8**	**2479,9**	**730,3**	**127,9**	**8 499,5**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.19 – Setor agregado das IPSS (2010)

Unidade: 10^6euros

Operação SEC			Empregos	Recursos
1	P.1	Produção		3 275,1
2	P.2	Consumo intermédio	1140,3	
3=1-2	**B.1g**	**Valor acrescentado bruto**	**2 134,9**	
	B.1g	**Valor acrescentado bruto**		**2 134,9**
4	D.1	Remunerações dos empregados	1685,4	
5	D.29	Outros impostos sobre a produção	1,3	
6	D.39	Outros subsídios à produção	-147,1	
7=3-4-5-6	**B.2g**	**Excedente de exploração bruto**	**595,3**	
	B.2g	**Excedente de exploração bruto**		**595,3**
8	D.4	Rendimentos de propriedade	396,3	377,9
9=7+8R-8E	**B.5g**	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**	**576,9**	
	B.5g	**Saldo dos rendimentos primários, bruto**		**576,9**
10	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento e património	1,0	
11	D.6	Contribuições e prestações sociais	25,7	25,7
12	D.7	Outras transferencias correntes	12,9	1233,9
13=9-10+11R+12R-11E-12E	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**	**1797,0**	
	B.6g	**Rendimento disponível, bruto**		**1797,0**
14	D.63	Transferências sociais em espécie	1468,6	
15=13-14	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**	**328,4**	
13	**B.6g**	**Rendimento disponível, bruto**		**1797,0**
16	P.3	Despesa de consumo final	1468,6	
17=13-16	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**328,4**	
15	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado, bruto**		**328,4**
18	P.4	Consumo final efetivo	0,0	
17=16-18	**B.8g**	**Poupança, bruta**	**328,4**	
	B.8g	**Poupança, bruta**		**328,4**
19	P.5	Formação bruta de capital	590,2	
20	K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não produzidos	3,9	
21	D.9	Transferências de capital, a receber		51,6
22	D.9	Transferências de capital, a pagar		-4,1
23=17-19-20+21+22	**B.9**	**Capacidade líquida (+)/necessidade líquida (-) de financiamento**	**-218,1**	
24=17+21+22	**B.10.1g**	**Variações do património bruto resultantes de poupança bruta e de transferências de capital**		**375,9**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.20 – Recursos das IPSS por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Produção	Transferências e Subsídios	Rendimentos de Propriedade	Outros Recursos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas					
Atividades de Transformação					
Comércio, Consumo e Serviços					
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	32,8	23,4	0,1	1,2	57,5
Atividades Financeiras	421,6	1,0	278,4	1,6	702,7
Ensino e Investigação	81,0	48,5	2,5	1,7	133,7
Saúde e Bem-Estar	189,0	51,2	1,5	3,9	245,6
Ação Social	2 013,3	1006,5	90,2	54,5	3 164,6
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	64,8	22,1	1,6	2,1	90,6
Cultos e Congregações	467,9	224,0	3,4	12,2	707,5
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	2,6	2,1	0,0	0,0	4,8
Não Especificadas	2,1	2,2	0,1	0,1	4,5
Total das IPSS	**3 275,1**	**1 381,1**	**377,9**	**77,3**	**5 111,4**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.21 – Despesas das IPSS por atividade (2010)

Unidade: 10^6euros

CAOES	Consumo Intermédio	Transferências Sociais	Remunerações	FBC	Outros Empregos	Total
Agricultura, Silvicultura e Pescas						
Atividades de Transformação						
Comércio, Consumo e Serviços						
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	14,7	16,1	20,9	7,4	1,0	60,0
Atividades Financeiras	117,0	0,0	146,2	24,2	380,6	668,0
Ensino e Investigação	22,4	30,6	59,9	8,1	2,2	123,1
Saúde e Bem-Estar	100,4	46,2	63,7	38,0	3,4	251,7
Ação Social	710,2	1092,5	1 107,4	382,7	45,4	3 338,2
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	26,9	22,1	29,7	15,9	1,7	96,2
Cultos e Congregações	146,4	260,2	255,0	113,5	7,8	782,9
Organiz. Profissionais, Sindicais e Políticas	1,0	0,0	1,0	0,1	0,1	2,2
Não Especificadas	1,2	1,0	1,6	0,3	3,0	7,1
Total das IPSS	**1 140,3**	**1 468,6**	**1 685,4**	**590,2**	**445,2**	**5 329,5**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.22 – Principais indicadores da Economia Social por ramo de atividade (2010)

NRCN	Ramo de Actividade	VAB		Remunerações		Emprego (Equivalente a tempo completo total)	
		10^6euros	% do ramo de atividade	10^6euros	% do ramo de atividade	Nº	% do ramo de atividade
01-03	Agricultura , sivicultura e pescas	8,9	0,3%	12,1	1,2%	817	0,2%
04-40	Indústrias extrativas; indústria/fabricação; pr	213,1	0,8%	103,7	0,8%	5 644	0,7%
41-43	Construção	17,0	0,2%	13,0	0,2%	966	0,2%
45-56	Comércio por grosso e a retalho; reparação	155,0	0,4%	134,6	0,7%	9 345	0,8%
58-63	Informação e comunicação	14,3	0,3%	14,9	0,6%	836	1,1%
64-66	Atividades financeiras e de seguros	530,3	5,1%	318,2	6,6%	7 330	7,0%
68	Atividades imobiliárias	-6,2	0,0%	1,4	0,3%	127	0,3%
69-82	Atividades profissionais, científicas e técnic	99,2	1,0%	109,4	1,8%	3 943	1,0%
84-88	Administração pública e defesa; segurança s	2 503,7	7,6%	2 372,5	8,6%	155 351	15,0%
90-99	Atividades artísticas, de espetáculos e recre	727,3	16,7%	875,7	25,4%	43 765	16,6%
	Total da Economia Social	4 262,6	2,8%	3 955,4	4,6%	228 124	4,8%

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 1.6.23 – Número de organizações da Economia Social na UE (2009/2010)

Unidade: Nº

Países	Código	Cooperativas	Mutualidades	OOES (i)	Total
Bélgica	BE	166	26	18 461	18 653
Alemanha	DE	7 415	328	505 894	513 637
Irlanda	IE	509	100	25 000	25 609
Grécia	EL	7 197	11	50 600	57 808
Luxemburgo	LU	56	0	664	720
Holanda	NL	677	124	60 000	60 801
Austria	AT	1860	59	116 556	118 475
Reino Unido	UK	5 450	105	870 000	875 555
Espanha	ES	44 333	428	156 007	200 768
França	FR	24 870	6 743	160 884	192 497
Finlândia	FI	4 384	106	130 000	134 490
Dinamarca	DK	523	53	12 877	13 453
Itália (ii)	IT (ii)	71578	0	26 121	97 699
Suécia	SE	12 162	128	18 872	31162
Rep. Checa	CZ	3 085	7	98 693	101785
Estónia	EE	1604	0	32 000	33 604
Hungria	HU	2 769	13	58 242	61024
Malta	MT	57	0	693	750
Polónia	PL	8 823	22	86 100	94 945
Portugal	**PT**	**2 260**	**119**	**53 004**	**55 383**
Eslovénia	SI	77	3	2 100	2 180
Eslováquia	SK	382	10	26 210	26 602
Bulgária	BG	2 016	11	22 315	24 342
Roménia	RO	1747	897	23 100	25 744
Total		**204 000**	**9 293**	**2 554 393**	**2 767 686**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social (PT); Comité Económico e Social Europeu, *The Social Economy in the European Union* (outros EM)

(i) OOES - Outras Organizações da Economia Social. No caso de Portugal inclui as Misericórdias e as Fundações.

(ii) Em Itália o número e emprego das Mutualidades estão integrados nas Cooperativas.

Quadro 1.6.24 – Emprego Remunerado nas organizações da Economia Social na UE (2009/2010)

Unidade: Nº Individuos

Países	Código	Cooperativas	Mutualidades	OOES (i)	Total
Bélgica	BE	13 547	11974	437 020	462 541
Alemanha	DE	830 258	86 497	1541829	2 458 584
Irlanda	IE	43 328	650	54 757	98 735
Grécia	EL	14 983	1140	101000	117 123
Luxemburgo	LU	1933	0	14 181	16 114
Holanda	NL	184 053	2 860	669 121	856 034
Austria	AT	61999	1416	170 113	233 528
Reino Unido	UK	236 000	50 000	1347 000	1633 000
Espanha	ES	646 397	8 700	588 056	1243 153
França	FR	320 822	128 710	1869 012	2 318 544
Finlândia	FI	94 100	8 500	84 600	187 200
Dinamarca	DK	70 757	4 072	120 657	195 486
Itália (ii)	IT (ii)	1128 381	0	1099 629	2 228 010
Suécia	SE	176 816	15 825	314 568	507 209
Rep. Checa	CZ	58 178	5 679	96 229	160 086
Estónia	EE	9 850	0	28 000	37 850
Hungria	HU	85 682	6 676	85 852	178 210
Malta	MT	250	0	1427	1677
Polónia	PL	400 000	2 800	190 000	592 800
Portugal	**PT**	**32 408**	**4 620**	**194 806**	**231 834**
Eslovénia	SI	3 428	476	3 190	7 094
Eslováquia	SK	26 090	2 158	16 658	44 906
Bulgária	BG	41300	0	80 000	121300
Roménia	RO	34 373	18 999	109 982	163 354
Total		**4 514 933**	**361 752**	**9 217 687**	**14 094 372**

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social (PT); Comité Económico e Social Europeu, *The Social Economy in the European Union* (outros EM)

(i) OOES - Outras Organizações da Economia Social. No caso de Portugal inclui as Misericórdias e as Fundações.

(ii) Em Itália o número e emprego das Mutualidades estão integrados nas Cooperativas.



Inquérito Piloto ao Trabalho Voluntário 2012

INQUÉRITO PILOTO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO 2012

2.1. Introdução

O trabalho voluntário constitui um recurso renovável crucial para a resolução de muitos problemas sociais, económicos e ambientais da atualidade. Contudo, em Portugal, esta realidade possui ainda pouca visibilidade estatística, já que a informação existente se encontra dispersa e não sistematizada, resultando essencialmente de inquéritos pontuais, onde são utilizadas definições e abordagens muito diversas, tornando os resultados muito heterogéneos e, portanto, não comparáveis.

Face a esta situação e à importância crescente deste domínio no contexto da Economia Social, considerou-se necessário elaborar um inquérito piloto. Assim, no 3º trimestre de 2012 introduziu-se um módulo anexo ao Inquérito ao Emprego (IE) com o intuito de se conhecer as características fundamentais do trabalho voluntário, nomeadamente: número de voluntários, enquadramento institucional, tipo de tarefa e número de horas dedicadas.

Para o efeito, este inquérito utilizou como referência metodológica e concetual o *Manual on the Measurement of Volunteer Work* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo principal objetivo é a criação de um sistema internacional homogéneo de recolha de informação sobre trabalho voluntário. O resumo dos principais aspetos metodológicos deste inquérito pode ser consultado em 4.2. Metodologia – Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012.

2.2. Análise sociodemográfica

Estima-se que, em 2012, 11,5% da população residente com 15 ou mais anos tenha participado em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal[10] de trabalho voluntário, o que representou quase 1 milhão e 40 mil voluntários.

Pouco mais de metade do total de voluntários realizou uma atividade voluntária através de uma organização ou instituição, isto é, voluntariado formal (51,6%), o que representou 5,9% da população residente com 15 ou mais anos.

Considerando a regularidade[11] das tarefas voluntárias desempenhadas, verifica-se que 51,4% dos voluntários desempenharam atividades a título ocasional e 48,5% numa base regular, havendo uma predominância de atividades regulares no trabalho voluntário formal (55,3%) e de atividades ocasionais no trabalho voluntário informal (58,0%).

A percentagem de mulheres a fazer voluntariado foi superior à dos homens (57,3% vs. 42,7%), o que correspondeu a um total de 595 626 mulheres envolvidas em, pelo menos, uma atividade de trabalho voluntário.

Fazendo uma análise baseada na taxa de voluntariado[12], verificou-se que a feminina (12,7%) foi superior à masculina (10,3%), tanto no contexto formal (6,2% vs. 5,7%), como no contexto informal (6,8% vs. 4,8%).

[10] Note-se que um indivíduo pode participar em atividades de trabalho voluntário formal e informal, pelo que, a soma do número de indivíduos destes dois tipos de voluntariado pode ser superior ao número total de indivíduos que fazem voluntariado.
[11] Entende-se por atividade regular todo o trabalho voluntário que pressupõe uma rotina/repetição pré-definida (diária, semanal, mensal); e por atividade ocasional todo o trabalho voluntário que corresponde a uma tarefa de curta duração, com um período pré-determinado.
[12] Por taxa de voluntariado entende-se a proporção de voluntários com determinadas caraterísticas no total da população residente com 15 ou mais anos com as mesmas caraterísticas.

Gráfico 2.1 - Total de voluntários, por sexo e tipo de trabalho voluntário

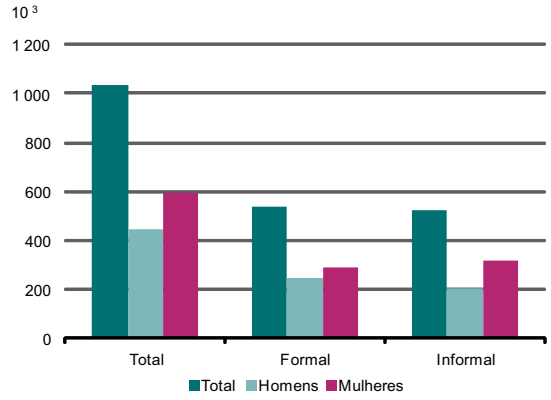
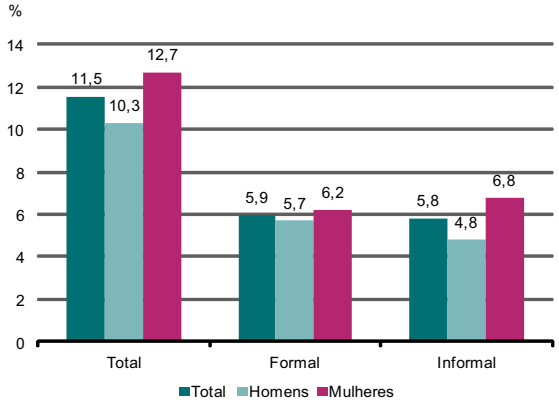


Gráfico 2.2 - Taxa de voluntariado, por sexo e tipo de trabalho voluntário



Em termos etários, o maior peso encontra-se na faixa dos 25-44 anos, representando 39,1% do total de voluntários. Considerando o trabalho voluntário formal, constata-se um comportamento semelhante ao do total de voluntários, sendo a classe dos 25-44 a mais significativa. No trabalho voluntário informal, a classe mais importante é a dos 45-64 anos, observando-se que os mais velhos são a classe com menor peso no voluntariado formal, contrariamente ao que sucede no voluntariado informal, em que são os mais jovens.

A distribuição etária do voluntariado reflete, de certa forma, a estrutura da população, não havendo grandes diferenças no que respeita à taxa de voluntariado: 11,6% na faixa dos 15-24 anos, 13,1% na faixa dos 25-44, 12,7% na faixa dos 45-64 anos. Apenas na última faixa etária a taxa é inferior: apenas 7,3% dos residentes com 65 ou mais anos participou em ações de voluntariado.

Gráfico 2.3 - Total de voluntários, por escalão etário e tipo de trabalho voluntário

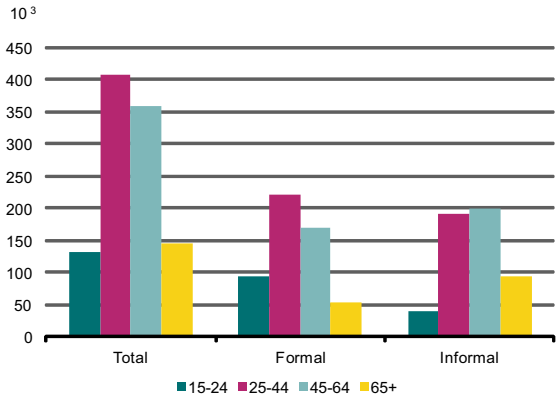
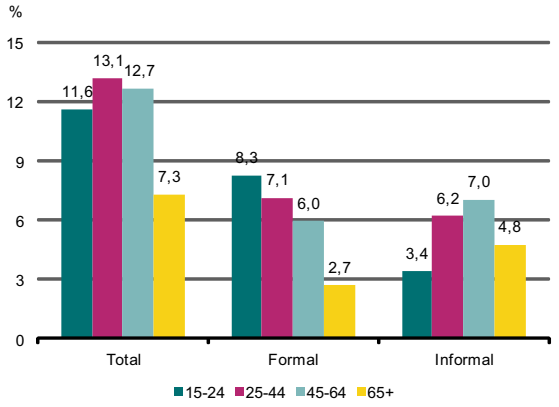


Gráfico 2.4 - Taxa de voluntariado, por escalão etário e tipo de trabalho voluntário



A maior parte dos voluntários é casada (56,8%, o que corresponde a 590 110 voluntários), observando-se a predominância deste estado civil em qualquer tipo de trabalho voluntário. No que respeita ao trabalho voluntário formal, é de referir o maior peso relativo dos solteiros comparativamente ao que se assiste no trabalho informal (38,5% vs. 22,8%). Por seu turno, constata-se uma maior importância relativa de indivíduos viúvos em atividades informais face às formais (7,4% vs. 3,7%).

À semelhança do observado com a distribuição etária, a distribuição do trabalho voluntário por estado civil reflete também a estrutura da população, sendo as taxas de voluntariado observadas muito próximas: 11,7% nos solteiros, 11,9% nos casados e 12,8% nos divorciados ou separados. A taxa de voluntariado nos indivíduos viúvos revelou-se inferior às anteriores: 7,5% da população residente com 15 ou mais anos, viúva, afirmou fazer trabalho voluntário.

Gráfico 2.5 - Total de voluntários, por estado civil e tipo de trabalho voluntário

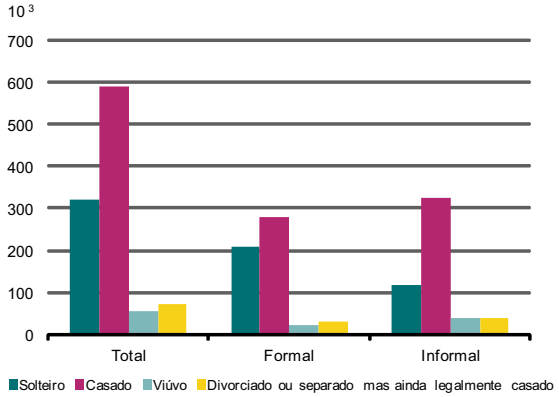
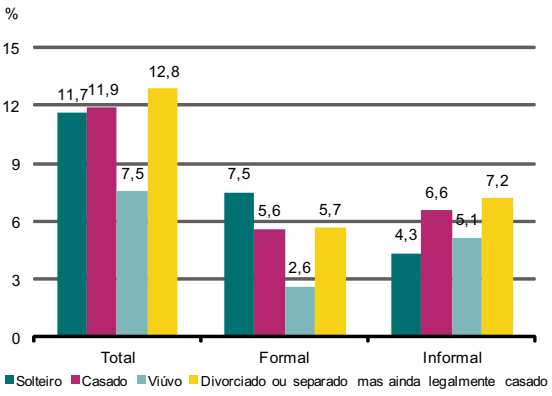


Gráfico 2.6 - Taxa de voluntariado, por estado civil e tipo de trabalho voluntário



De uma maneira geral, a participação no trabalho voluntário aumenta com o nível de escolaridade, observando-se que os voluntários com ensino superior representam 27,1% do total de voluntários. O trabalho voluntário formal segue a tendência do trabalho voluntário total em todos os níveis de ensino, verificando-se que o ensino superior possui igualmente maior destaque (35,7% do total deste tipo de voluntariado). Em contexto informal surgem as maiores diferenças, salientando-se a existência de uma maior proporção de voluntários com um nível de ensino básico ou inferior (24,1% do total de voluntários informais, face aos 9,6% observados no voluntariado formal).

Contrariamente aos resultados apurados por escalões etários e pelo estado civil, a taxa de voluntariado observada no nível de escolaridade dos voluntários é diferente da estrutura da população, aumentando com o nível de escolaridade. A taxa de voluntariado mais baixa é observada nos voluntários sem nenhum nível de escolaridade (3,5%). A maior taxa de voluntariado é observada nos inquiridos com maiores habilitações literárias: 21,3% da população residente, com 15 ou mais anos, com ensino superior, afirmou fazer voluntariado.

Gráfico 2.7 - Total de voluntários, por nível de escolaridade e tipo de trabalho voluntário

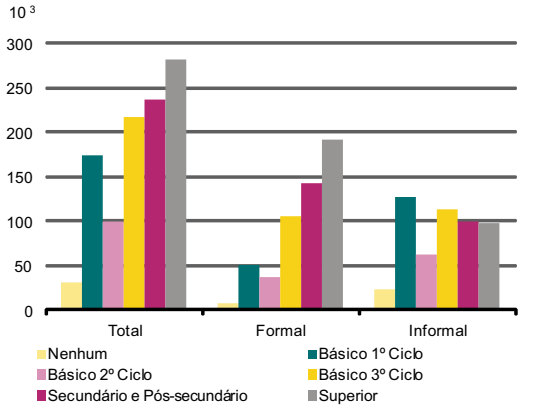
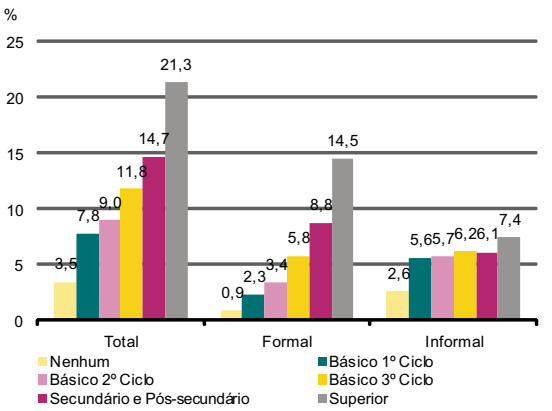


Gráfico 2.8 - Taxa de voluntariado, por nível de escolaridade e tipo de trabalho voluntário



Em termos absolutos, a maior parte (57,6%) dos voluntários estava empregada no período em análise (597 673 voluntários). Embora as diferenças sejam pouco significativas, observa-se uma maior concentração, em termos relativos, de inativos em atividades informais (34,5%) que formais (28,5%).

A taxa de voluntariado observada é muito próxima para a população empregada e desempregada: 12,8% e 13,1%, respetivamente, sendo inferior, no entanto, nos inativos (9,4%).

Gráfico 2.9 - Total de voluntários, por situação no emprego e tipo de trabalho voluntário

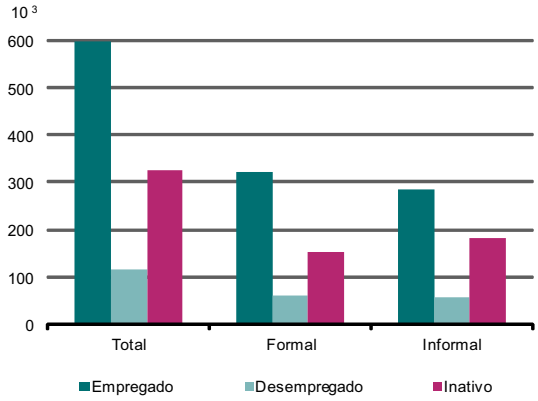
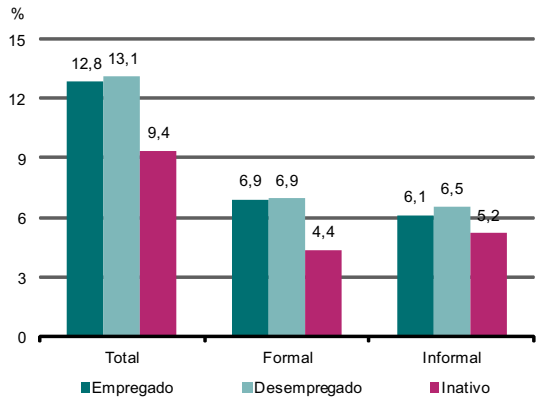


Gráfico 2.10 - Taxa de voluntariado, por situação no emprego e tipo de trabalho voluntário



De um modo geral, o perfil do indivíduo que realiza trabalho voluntário é o que se resume a seguir. Em atividades de trabalho voluntário formal, destacam-se os indivíduos mais jovens, desempregados e com maiores níveis de escolaridade, predominam as mulheres e os solteiros. Por seu turno, em atividades informais concentram-se pessoas com mais idade e com maiores níveis de escolaridade, verificando-se uma maior taxa de voluntariado de indivíduos desempregados, assim como de indivíduos divorciados/separados.

2.3. Domínios de atividade e contexto organizacional

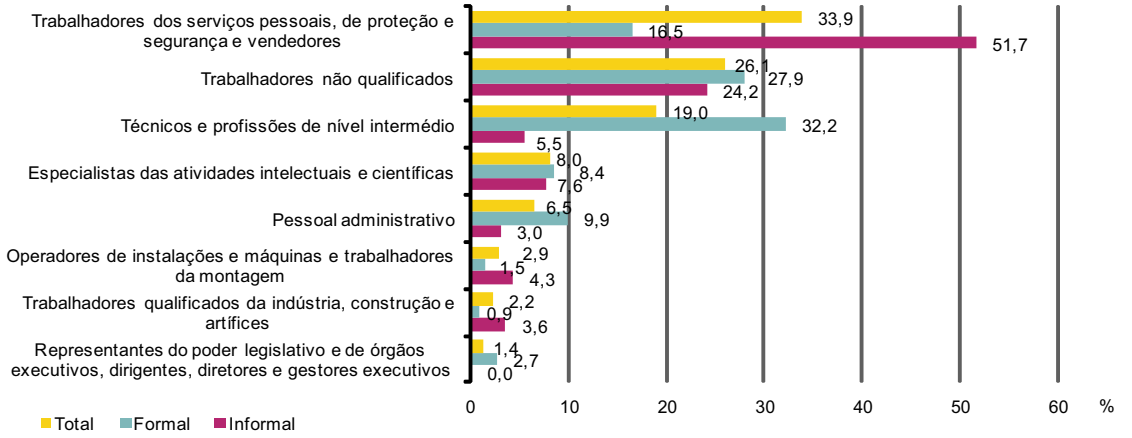
Através da classificação das atividades desenvolvidas pelos voluntários de acordo com a classificação portuguesa de profissões (CPP), é possível agrupar as diferentes tarefas desempenhadas de acordo com uma tipologia pré-definida. Em termos totais[13], as principais tarefas desempenhadas pelos voluntários centraram-se em atividades equivalentes às de trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (ex. auxílio a idosos, crianças, doentes e acamados e serviços de bombeiros, entre outras), com 33,9%, trabalhadores não qualificados (ex. limpeza de espaços, recolha de alimentos, roupa ou donativos, entre outras), com 26,1%, e técnicos e profissões de nível intermédio (ex. apoio técnico social, apoio religioso, organização de eventos culturais, desportivos, etc., entre outras), com 19,0%.

Considerando apenas o trabalho voluntário formal, as classes mais relevantes mantiveram-se em relação ao acima exposto. Porém, a sua posição relativa alterou-se, verificando-se a predominância de técnicos e profissões de nível intermédio (32,2%), seguida dos trabalhadores não qualificados, com 27,9%. De salientar que, naturalmente, apenas neste tipo de voluntariado existem atividades relacionadas com representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (2,7%).

No voluntariado informal mais de metade dos indivíduos reportam tarefas equivalentes às de trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (51,7%), o que, em grande parte, se justifica pelo enorme peso que neste tipo de trabalho voluntário têm as atividades associadas ao auxílio a crianças, a idosos e ao combate à solidão. Importa referir igualmente o peso dos especialistas das atividades intelectuais e científicas (7,6%), os quais ofereceram/disponibilizaram, por exemplo, explicações gratuitas, serviços voluntários e especializados de enfermagem ou mesmo serviços jurídicos, num contexto não organizacional.

[13] De notar que o total de voluntários neste domínio considera em duplicado os indivíduos que desempenharam uma atividade formal e outra informal.

Gráfico 2.11 - Repartição de voluntários por tipo de trabalho voluntário e por Classificação Portuguesa de Profissões (CPP)



Analisando o tipo de atividade voluntária, por sexo e por profissão, pode-se concluir que, enquanto mais de 40% das mulheres se concentrou em atividades dos trabalhadores de serviços pessoais, os homens apresentaram maior dispersão: 27,2% desempenhavam tarefas enquadradas nas atividades dos trabalhadores não qualificados e 24,3% tarefas afetas aos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores. De salientar que os homens apresentam uma proporção bastante superior no grupo "outros" (11,7%), o que se pode ficar a dever à presença, nesta categoria, de atividades de transporte incluídas na classe de operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem.

Gráfico 2.12 - Repartição de total de voluntários masculinos por Classificação Portuguesa de Profissões (CPP)

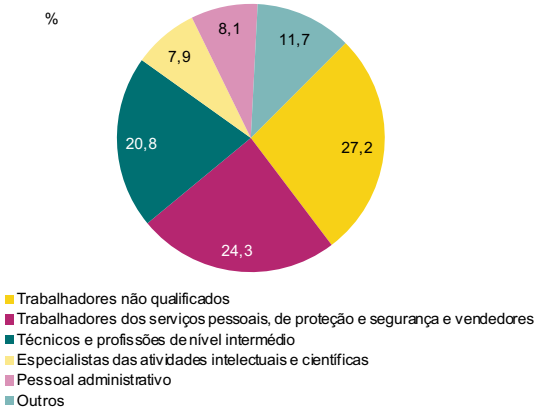
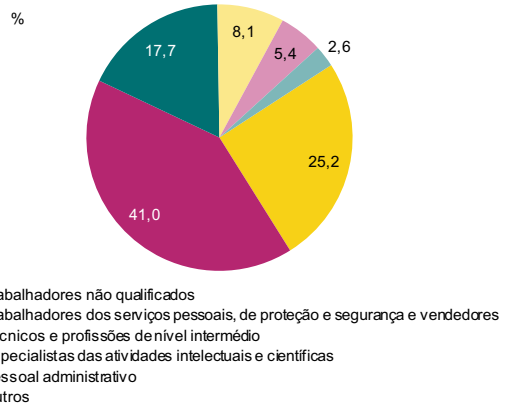


Gráfico 2.13 - Repartição de total de voluntários femininos por Classificação Portuguesa de Profissões (CPP)

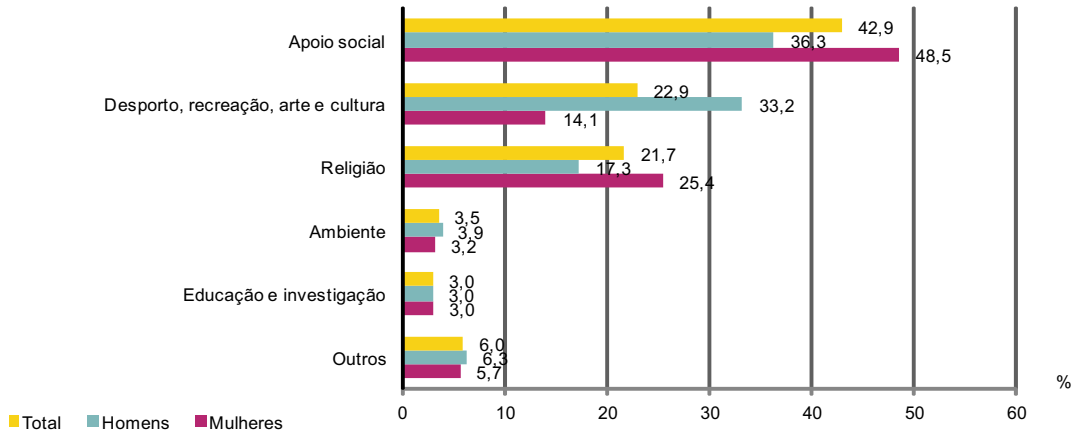


Verifica-se que o trabalho voluntário formal de homens e mulheres tem lugar em contextos organizacionais e áreas diferenciadas. Embora, de uma maneira geral, a maior parte dos voluntários formais[14] se encontre no âmbito do apoio social (ex. ações de recolha de alimentos, bombeiros voluntários, cruz vermelha, creches e jardins de infância, etc.) e em atividades das organizações desportivas, recreativas e de arte e cultura (ex. clubes desportivos, escuteiros,

[14] Para este efeito, e seguindo a classificação proposta no manual da OIT, foi utilizada a Classificação Internacional das Instituições Sem Fim Lucrativo (CIISFL).

associações juvenis, etc.), observa-se que as mulheres predominam nas primeiras (quase metade das voluntárias) e que os homens apresentam um peso muito significativo nas segundas (33,2% do total de voluntários formais). De destacar igualmente as organizações religiosas, com 21,7% dos voluntários formais, onde as mulheres apresentam uma concentração superior quando comparada com o domínio desportivo/recreativo.

Gráfico 2.14 - Repartição de voluntários formais segundo a Classificação Internacional das Instituições Sem Fim Lucrativo (CIISFL), e por sexo



2.4. Horas trabalhadas e valorização

Estima-se que, em 2012, foram dedicadas 368,2 milhões de horas a trabalho voluntário. Tendo como referência o total de horas trabalhadas das Contas Nacionais Portuguesas poderá concluir-se que as horas de trabalho voluntário equivaleram a 4,1% do total de horas trabalhadas.

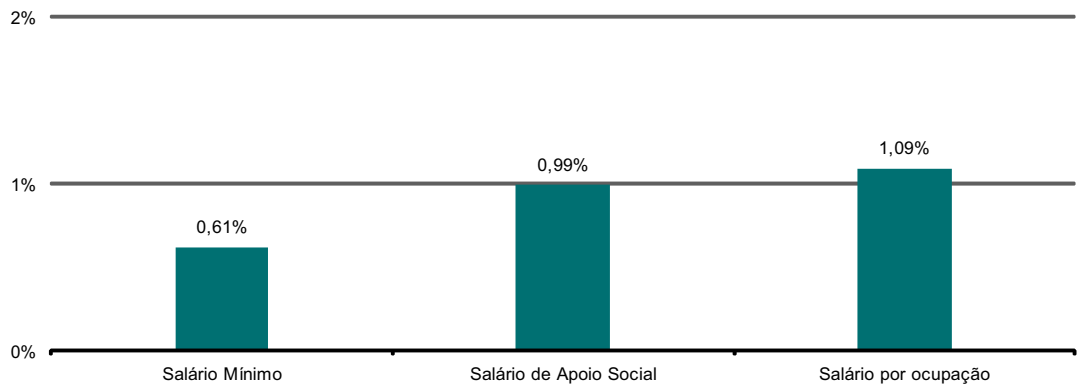
Assim, em média, a população total residente com 15 ou mais anos dedicou aproximadamente 29 horas por mês a trabalho voluntário, sendo a média mensal em voluntariado formal ligeiramente superior à observada no voluntariado informal (aproximadamente 30 e 28 horas, respetivamente).

No sentido de se dispor de uma estimativa de valorização económica do total de horas de trabalho voluntário, fizeram-se cálculos, com utilização de metodologias recomendadas a nível internacional e que apresentaram três variantes, consoante o pressuposto assumido: "salário por ocupação profissional", "salário de apoio social/voluntário" e salário mínimo nacional (v. notas metodológicas).

Deste modo, a valorização do total de horas de trabalho de acordo com as variantes atrás referidas apresenta os seguintes resultados:

- utilizando o salário mínimo nacional, o trabalho voluntário registou um valor de 1 014,6 milhões de euros, que correspondeu a 0,61% do PIB nacional;
- considerando um "salário por ocupação profissional", este peso quase duplica (1 798,1 milhões de euros, o que representa 1,09% do PIB);
- considerando um "salário de apoio social", isto é, um salário compósito que reúne as remunerações médias das profissões equivalentes às atividades voluntárias mais frequentes, obteve-se um valor intermédio que representa 0,99% do PIB nacional (1 636,3 milhões de euros).

Gráfico 2.15 - Valorização económica do trabalho voluntário em proporção do PIB (preços correntes; 2012)



O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ECONOMIA SOCIAL

O trabalho voluntário constitui um recurso fundamental das organizações da Economia Social. Dado que os períodos de referência do Inquérito ao Trabalho Voluntário e da Conta Satélite da Economia Social são distintos (2012 e 2010, respetivamente), qualquer análise do trabalho voluntário no âmbito da Economia Social deverá ser encarado como uma estimativa de recurso e os resultados e conclusões obtidos deverão ser analisados com alguma reserva. De qualquer modo, constitui um exercício relevante de relativização, que permite, de algum modo, estabelecer uma primeira aproximação ao valor do trabalho voluntário no âmbito da Economia Social.

Estima-se que cerca de 483 mil indivíduos tenham desenvolvido ações de voluntariado em organizações da Economia Social, o que corresponde a aproximadamente 90% do trabalho voluntário formal. Com efeito, no contexto da Economia Social, não foram consideradas para este cálculo a totalidade das atividades de trabalho voluntário formal, nomeadamente as realizadas através de organizações da administração pública como hospitais, museus, escolas, etc.

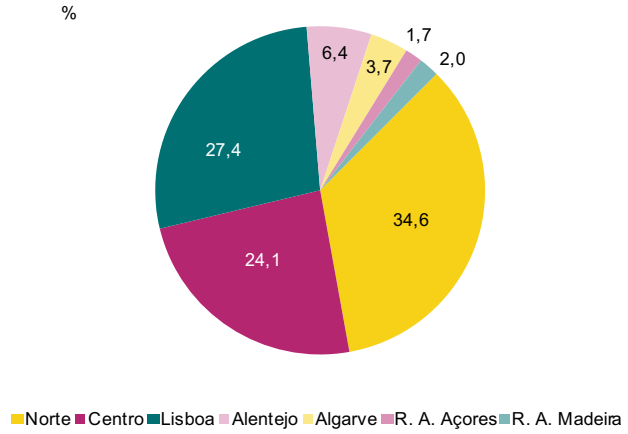
Tomando como referência o total de horas trabalhadas nas Contas Nacionais e os equivalentes a tempo completo (ETC) associados, foi possível estimar que o trabalho voluntário, expresso em ETC, equivale a cerca 40% dos ETC da Economia Social, ilustrando, deste modo, a relevância deste recurso para as organizações da Economia Social.

2.5. Análise regional

A análise dos resultados por regiões NUTS II teve especial atenção aos limiares de qualidade na difusão, já que a origem da informação foi um inquérito amostral junto das famílias e a matéria em causa aborda temas relativamente sensíveis. Em particular para algumas regiões com universos de pequena dimensão (como a R.A. Madeira, a R.A. Açores e, por vezes, o Alentejo), as estimativas obtidas para algumas variáveis de detalhe têm associados erros de amostragem que condicionam a sua utilização.

A região Norte concentrou mais de um terço do total de voluntários (34,6%), seguindo-se as regiões de Lisboa (27,4%), Centro (24,1%), Alentejo (6,4%), Algarve (3,7%), R. A. Madeira (2,0%) e, com a menor concentração, a R. A. Açores (1,7%).

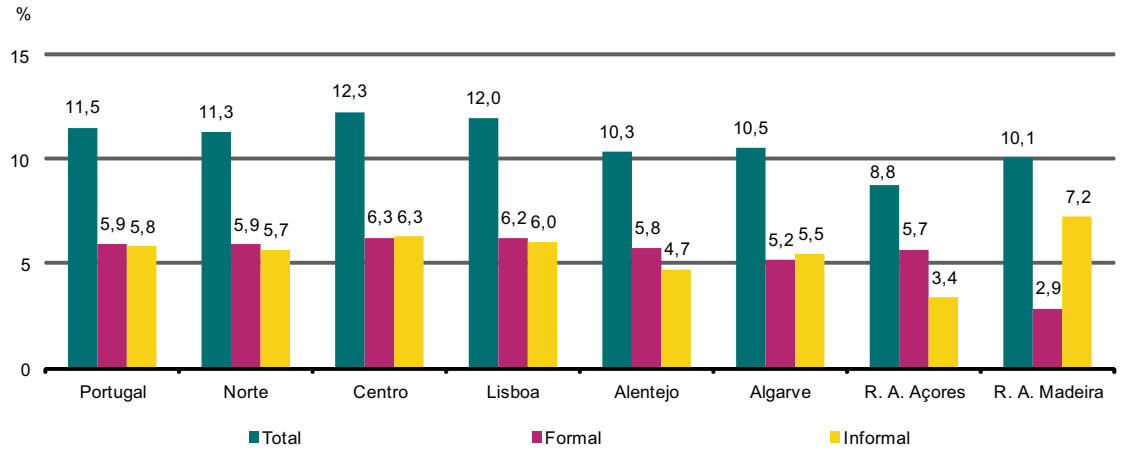
Gráfico 2.16 - Repartição do total de voluntários por NUTS II



Considerando a taxa de voluntariado por região NUTS II, observa-se que duas regiões apresentaram taxas de voluntariado acima da média do país (11,5%): a região Centro e a região de Lisboa, com 12,3% e 12,0%, respetivamente.

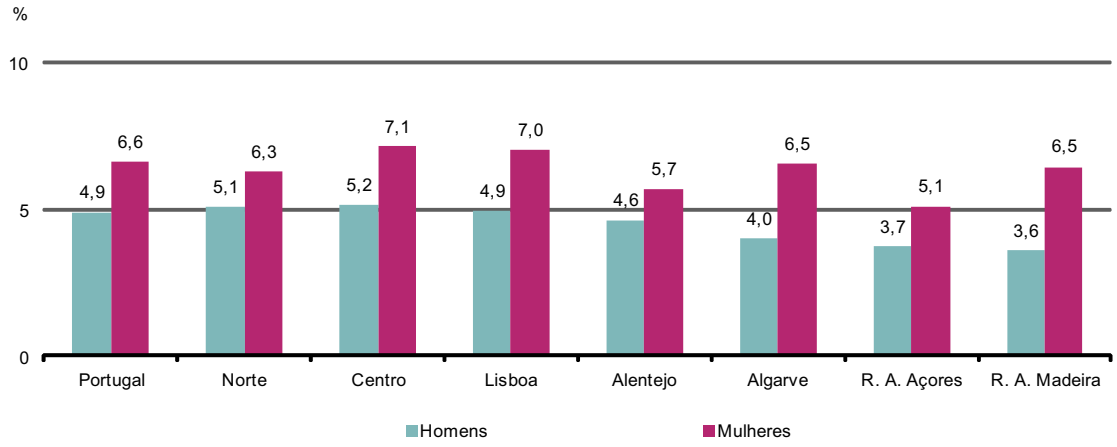
Fazendo uma análise por tipo de trabalho voluntário, de uma maneira geral, as regiões apresentaram um comportamento semelhante ao observado no país, isto é, a taxa de voluntariado formal observou um valor superior à taxa de voluntariado informal, exceto nas regiões do Algarve e na R.A. da Madeira, onde se verificou a situação inversa. As regiões do Algarve e R. A. Madeira foram as únicas onde a taxa de voluntariado informal se assumiu como mais relevante, com destaque para a Madeira (7,2%), onde se verificou a maior taxa de voluntariado informal do país. Salienta-se que as regiões autónomas foram as regiões que apresentaram as maiores distâncias entre as taxas de voluntariado dos dois tipos de trabalho voluntário.

Gráfico 2.17 - Taxa de voluntariado por tipo de trabalho voluntário e por região NUTS II



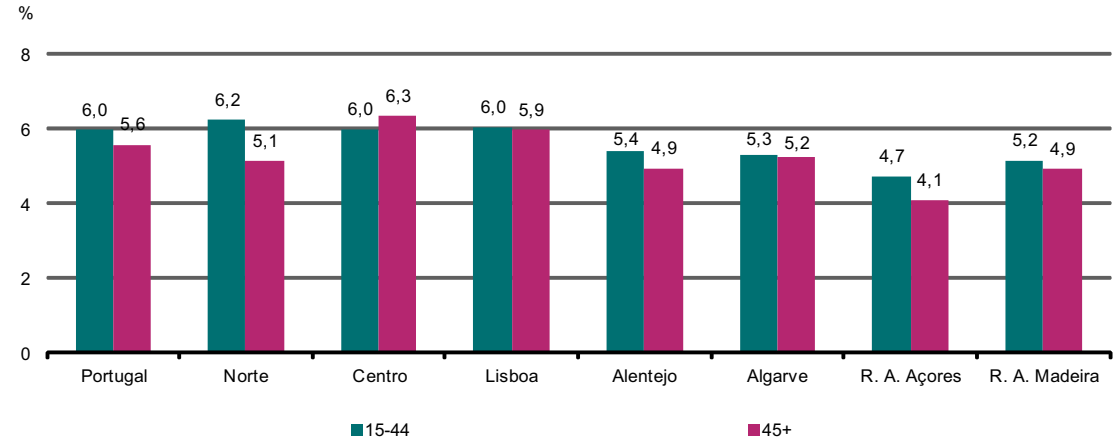
A estrutura do total de voluntários por género tende igualmente a respeitar o observado para Portugal, sendo as mulheres as que apresentam maior participação em atividades voluntárias em qualquer região, com principal destaque para o Centro (7,1%) e Lisboa (7,0%).

Gráfico 2.18 - Total de voluntários por sexo e por região NUTS II (% da população residente com 15 ou mais anos, por região)



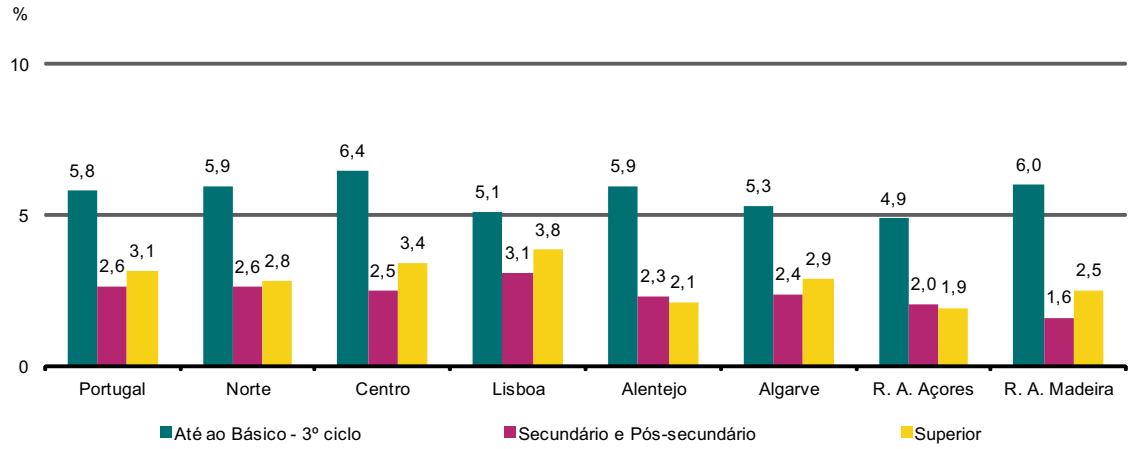
Em termos etários, com exceção da região Centro onde o grupo de voluntários no escalão com mais de 45 anos foi mais expressivo que o grupo mais jovem (6,3% vs. 6,0%), nas restantes regiões os voluntários entre os 15-44 anos apresentaram um peso superior face à população residente com 15 ou mais anos, por região.

Gráfico 2.19 - Total de voluntários por escalão etário e por região NUTS II (% da população residente com 15 ou mais anos, por região)



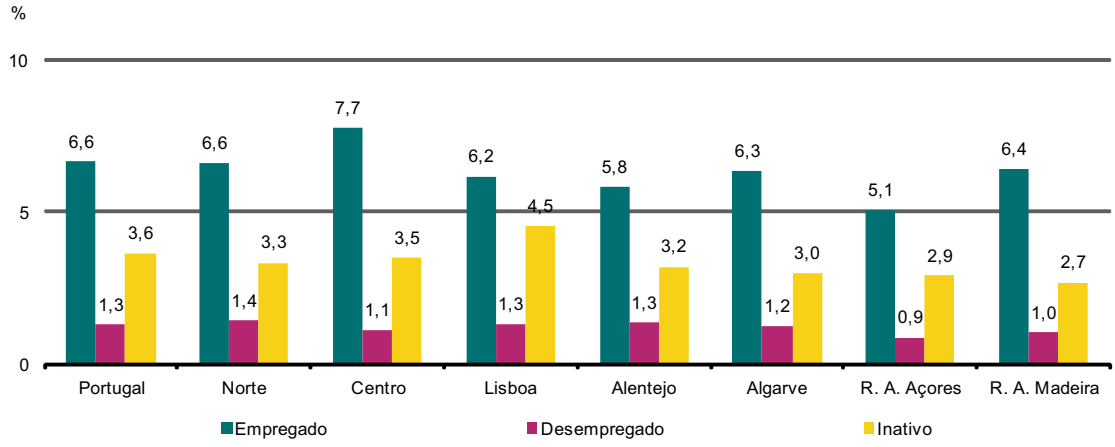
A estrutura nacional surge novamente refletida nas estruturas regionais no que respeita ao nível de escolaridade, observando-se apenas duas exceções, Alentejo e R. A. Açores, onde os voluntários com ensino secundário e pós-secundário apresentaram uma participação ligeiramente superior aos voluntários com ensino superior. Destaca-se ainda a proporção de voluntários com ensino básico 3º ciclo ou inferior face à população residente com 15 ou mais anos na região Centro (6,4%) e na R. A. Madeira (6,0%).

Gráfico 2.20 - Total de voluntários por nível de escolaridade e por região NUTS II (% da população residente com 15 ou mais anos, por região)



Em todas as regiões verificou-se um peso mais significativo dos voluntários empregados (particularmente no Centro, com 7,7%), seguindo-se os voluntários inativos (com destaque para Lisboa, com 4,5%) e, por último, os desempregados (que apresentam maior expressividade no Norte, com 1,4%).

Gráfico 2.21 - Total de voluntários segundo situação perante o emprego por região NUTS II (% da população residente com 15 ou mais anos, por região)

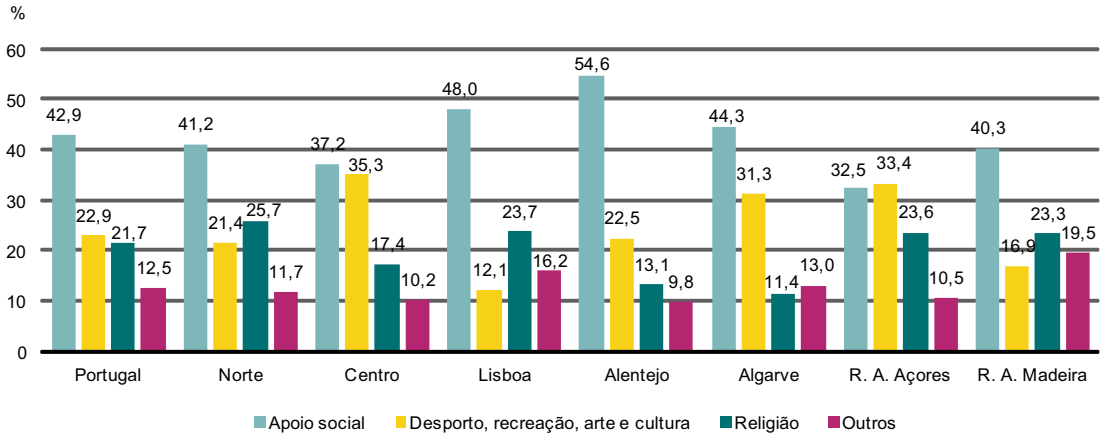


Tendo em conta o contexto organizacional das atividades formais de voluntariado e considerando apenas as três áreas de atividade com mais expressão, observa-se que esta estrutura pode variar consoante a região. Em Portugal, os voluntários formais concentraram-se sobretudo em atividades relacionadas com apoio social, verificando-se o mesmo para a generalidade das regiões, particularmente no Alentejo, onde mais de metade dos voluntários formais (54,6%) realizou este tipo de atividades. Apenas na R. A. dos Açores as organizações desportivas, de recreio, arte e cultura (33,4%) surgiram com maior relevância do que as vocacionadas para apoio social (32,5%).

Por seu turno, verifica-se que o Norte e Lisboa foram as regiões com maior concentração de voluntários em organizações religiosas (25,7% e 23,7%, respetivamente), sendo mais relevantes do que as organizações desportivas, recreativas e culturais. Nas regiões autónomas, as atividades religiosas foram igualmente expressivas, 23,6% na R. A. Açores e

23,3% na R. A. Madeira, embora apenas nesta NUT estas assumam maior relevância do que as organizações de desporto, recreação, arte e cultura.

Gráfico 2.22 - Repartição de voluntários formais segundo a Classificação Internacional das Instituições Sem Fim Lucrativo (CIISFL) por NUTS II

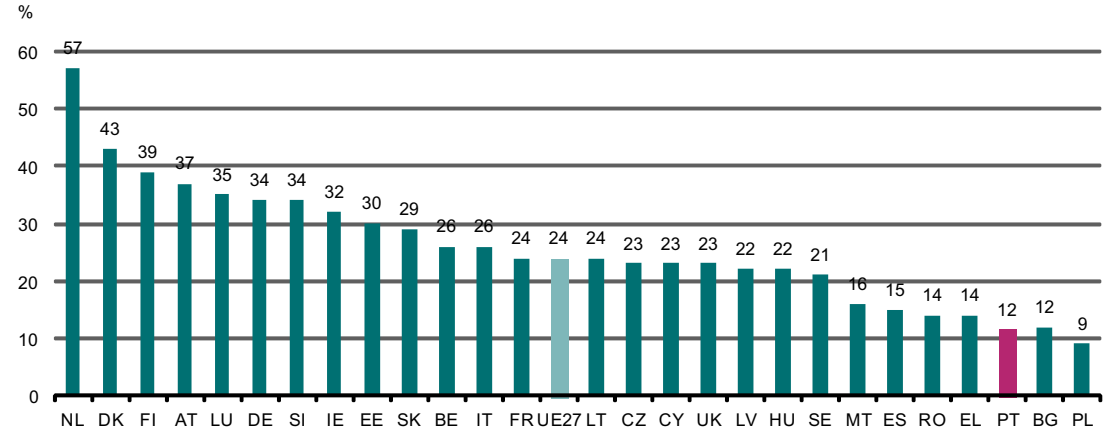


2.6. Comparações internacionais

A comparabilidade internacional dos dados sobre voluntariado foi dificultada pela inexistência de uma fonte única e de metodologias harmonizadas a nível europeu. No âmbito do Ano Internacional do Voluntariado 2011 foi realizado um Inquérito Especial Euro barómetro para 2011, que foi utilizado nesta análise como termo de referência.

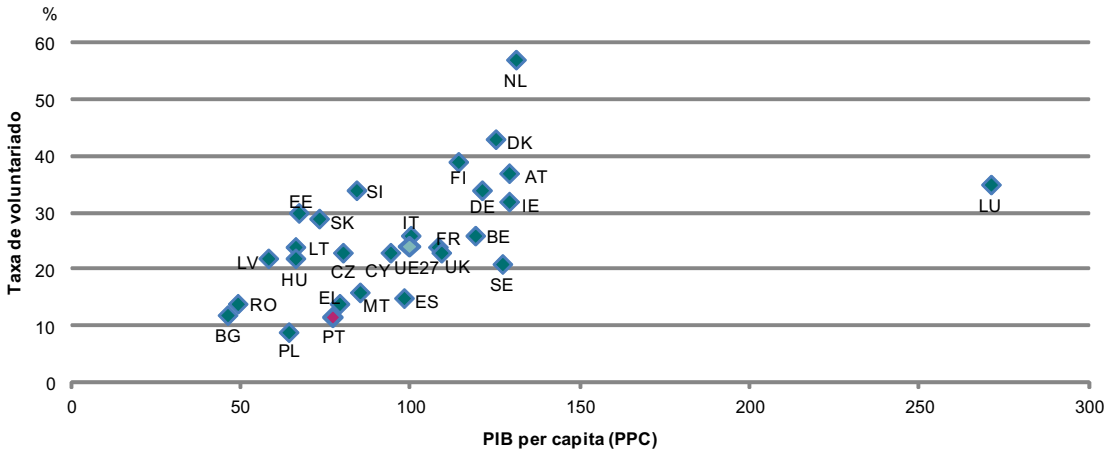
Assim, observou-se que as maiores taxas de voluntariado tiveram lugar no norte da Europa, com maior destaque para a Holanda (57% da população residente com 15 e mais anos afirmou fazer voluntariado). Os países da antiga Europa de Leste foram os que observaram menores taxas de voluntariado (a Polónia foi o Estado Membro que registou a menor taxa: 9%). Portugal surgiu em antepenúltimo, com 11,5% (12% no gráfico, por arredondamento), relativamente distante da média da UE (24%). A taxa de voluntariado para Portugal, pelo Euro barómetro, foi de 12%. Esta posição relativa do país poderá ser explicada, em parte, pela cultura de participação em atividades de trabalho voluntário e pelas condições socioeconómicas do país. Efetivamente, parece existir alguma correlação entre o grau de desenvolvimento económico e a taxa de voluntariado.

Gráfico 2.23 - Taxa de Voluntariado na UE27



Fontes: Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012 (PT); Eurobarómetro 2011 (restantes EM)

Gráfico 2.24 - Taxa de Voluntariado e PIB per capita PPC na UE27 (UE27 = 100)

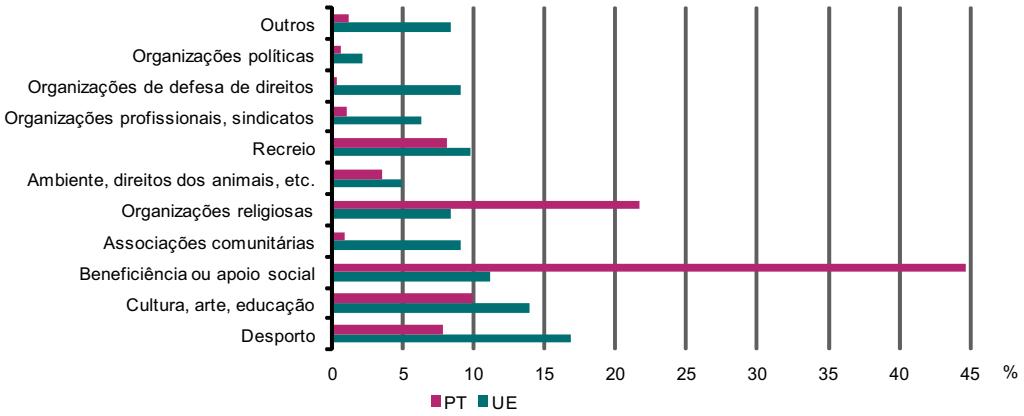


Fontes: Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012 (PT); Eurobarómetro 2011 (restantes EM); Eurostat

Considerando ainda o mesmo estudo, na UE27, em 2011, 45,8% do total de voluntários realizavam esta atividade numa base regular e 54,2% a título ocasional. Comparativamente, Portugal apresentou também uma maior proporção de atividades ocasionais (51,4%) do que regulares, havendo, no entanto, uma maior proximidade entre voluntariado regular e ocasional.

Com efeito, analisando o tipo de atividades desenvolvidas (para o que foi necessária uma adaptação das nomenclaturas utilizadas de modo a torná-las comparáveis), constata-se que o tipo de atividades desenvolvidas em Portugal foi distinto do observado na Europa, destacando-se a maior relevância das atividades no âmbito do apoio social e religião e menor importância relativa do desporto, cultura, associações comunitárias, defesa de direitos e organizações profissionais e sindicatos, face à média europeia.

Gráfico 2.25 - Domínios de atividade



Fontes: Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012 (PT); Eurobarómetro 2011 (restantes EM)

2.7. Quadros de resultados

Quadro 2.1 a) – Voluntários segundo características sociodemográficas, por género e tipo de trabalho voluntário (2012)

Características Sociodemográficas	Total			Homens			Mulheres		
	Total de população com 15 ou mais anos	Voluntários	Taxa de voluntariado	Total de população com 15 ou mais anos	Voluntários	Taxa de voluntariado	Total de população com 15 ou mais anos	Voluntários	Taxa de voluntariado
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%
Total	9 010 963	1 038 464	11,5	4 314 920	442 838	10,3	4 696 043	595 626	12,7
Idade									
15-24	1 125 479	130 346	11,6	573 698	59 589	10,4	551 781	70 756	12,8
25-44	3 092 276	406 466	13,1	1 555 014	182 870	11,8	1 537 262	223 597	14,5
45-64	2 816 325	357 216	12,7	1 361 056	145 502	10,7	1 455 269	211 715	14,5
65+	1 976 883	144 436	7,3	825 152	54 878	6,7	1151 731	89 558	7,8
Estado Civil									
Solteiro	2 747 423	320 116	11,7	1 477 386	148 718	10,1	1 270 038	171 398	13,5
Casado	4 951 982	590 110	11,9	2 463 428	267 408	10,9	2 488 554	322 702	13,0
Viúvo	756 711	56 947	7,5	144 143	8 908	6,2	612 568	48 039	7,8
Divorciado ou separado mas ainda legalmente casado	554 847	71 291	12,8	229 963	17 804	7,7	324 883	53 487	16,5
Nível de escolaridade									
Até ao Básico - 3º ciclo:	6 078 294	520 568	8,6	2 990 988	229 129	7,7	3 087 306	291 439	9,4
Nenhum	893 814	30 991	3,5	264 989	5 085	1,9	628 825	25 906	4,1
Básico 1º Ciclo	2 236 802	173 811	7,8	1111 247	71 591	6,4	1 125 555	102 220	9,1
Básico 2º Ciclo	1 106 286	99 131	9,0	640 303	52 937	8,3	465 983	46 193	9,9
Básico 3º Ciclo	1 841 392	216 635	11,8	974 449	99 515	10,2	866 943	117 120	13,5
Secundário e Pós-secundário	1 614 774	236 577	14,7	778 226	105 166	13,5	836 548	131 412	15,7
Superior	1 317 895	281 319	21,3	545 706	108 543	19,9	772 189	172 776	22,4
Situação perante o emprego									
Empregado	4 656 290	597 673	12,8	2 451 503	280 025	11,4	2 204 787	317 648	14,4
Desempregado	870 933	114 267	13,1	468 473	53 664	11,5	402 460	60 603	15,1
Inativo	3 483 740	326 524	9,4	1 394 944	109 149	7,8	2 088 796	217 375	10,4
Formal	9 010 963	535 918	0,1	4314 920	244 875	5,7	4 696 043	291 043	6,2
Idade									
15-24	1 125 479	93 226	8,3	573 698	38 703	6,7	551 781	54 524	9,9
25-44	3 092 276	220 964	7,1	1 555 014	99 869	6,4	1 537 262	121 096	7,9
45-64	2 816 325	167 937	6,0	1 361 056	82 309	6,0	1 455 269	85 628	5,9
65+	1 976 883	53 791	2,7	825 152	23 995	2,9	1151 731	29 796	2,6
Estado Civil									
Solteiro	2 747 423	206 563	7,5	1 477 386	91 462	6,2	1 270 038	115 101	9,1
Casado	4 951 982	277 876	5,6	2 463 428	142 947	5,8	2 488 554	134 929	5,4
Viúvo	756 711	19 981	2,6	144 143	3 793	2,6	612 568	16 187	2,6
Divorciado ou separado mas ainda legalmente casado	554 847	31 498	5,7	229 963	6 672	2,9	324 883	24 826	7,6
Nível de escolaridade									
Até ao Básico - 3º ciclo	6 078 294	203 082	3,3	2 990 988	106 421	3,6	3 087 306	96 661	3,1
Nenhum	893 814	7 637	0,9	264 989	1 046	0,4	628 825	6 591	1,0
Básico 1º Ciclo	2 236 802	51 506	2,3	1 111 247	26 316	2,4	1 125 555	25 190	2,2
Básico 2º Ciclo	1 106 286	37 689	3,4	640 303	22 870	3,6	465 983	14 819	3,2
Básico 3º Ciclo	1 841 392	106 250	5,8	974 449	56 189	5,8	866 943	50 061	5,8
Secundário e Pós-secundário	1 614 774	141 607	8,8	778 226	65 937	8,5	836 548	75 670	9,0
Superior	1 317 895	191 229	14,5	545 706	72 518	13,3	772 189	118 712	15,4
Situação perante o emprego									
Empregado	4 656 290	322 876	6,9	2 451 503	153 041	6,2	2 204 787	169 835	7,7
Desempregado	870 933	60 520	6,9	468 473	29 786	6,4	402 460	30 734	7,6
Inativo	3 483 740	152 522	4,4	1 394 944	62 047	4,4	2 088 796	90 475	4,3
Informal	9 010 963	523 123	5,8	4 314 920	206 001	4,8	4 696 043	317 122	6,8
Idade									
15-24	1 125 479	38 319	3,4	573 698	21 332	3,7	551 781	16 987	3,1
25-44	3 092 276	192 006	6,2	1 555 014	86 782	5,6	1 537 262	105 224	6,8
45-64	2 816 325	198 148	7,0	1 361 056	65 936	4,8	1 455 269	132 212	9,1
65+	1 976 883	94 650	4,8	825 152	31 951	3,9	1151 731	62 699	5,4
Estado Civil									
Solteiro	2 747 423	119 329	4,3	1 477 386	60 399	4,1	1 270 038	58 931	4,6
Casado	4 951 982	324 883	6,6	2 463 428	129 141	5,2	2 488 554	195 742	7,9
Viúvo	756 711	38 960	5,1	144 143	5 330	3,7	612 568	33 629	5,5
Divorciado ou separado mas ainda legalmente casado	554 847	39 951	7,2	229 963	11 131	4,8	324 883	28 820	8,9
Nível de escolaridade									
Até ao Básico - 3º ciclo	6 078 294	326 283	5,4	2 990 988	125 831	4,2	3 087 306	200 452	6,5
Nenhum	893 814	23 355	2,6	264 989	4 040	1,5	628 825	19 315	3,1
Básico 1º Ciclo	2 236 802	126 120	5,6	1 111 247	46 297	4,2	1 125 555	79 822	7,1
Básico 2º Ciclo	1 106 286	62 945	5,7	640 303	30 673	4,8	465 983	32 272	6,9
Básico 3º Ciclo	1 841 392	113 864	6,2	974 449	44 821	4,6	866 943	69 042	8,0
Secundário e Pós-secundário	1 614 774	98 800	6,1	778 226	40 889	5,3	836 548	57 911	6,9
Superior	1 317 895	98 040	7,4	545 706	39 280	7,2	772 189	58 760	7,6
Situação perante o emprego									
Empregado	4 656 290	285 412	6,1	2 451 503	131 589	5,4	2 204 787	153 823	7,0
Desempregado	870 933	57 022	6,5	468 473	25 473	5,4	402 460	31 549	7,8
Inativo	3 483 740	180 689	5,2	1 394 944	48 939	3,5	2 088 796	131 750	6,3

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012

Nota: Um indivíduo pode participar em atividades de trabalho voluntário formal e informal, pelo que, a soma do número de indivíduos destes dois tipos de voluntariado pode ser superior ao número total de indivíduos que fazem voluntariado.

Quadro 2.1 b) – Voluntários segundo características sociodemográficas, por género e tipo de trabalho voluntário - coeficientes de variacão (2012)

%

Características Sociodemográficas	Total			Homens			Mulheres		
	Total de população com 15 ou mais anos	Voluntários	Taxa de voluntariado	Total de população com 15 ou mais anos	Voluntários	Taxa de voluntariado	Total de população com 15 ou mais anos	Voluntários	Taxa de voluntariado
Total	0,0	2,5	2,5	0,0	3,1	3,1	0,0	2,7	2,7
Idade									
15-24	0,0	5,5	5,5	0,0	8,5	8,5	0,0	7,0	7,0
25-44	0,0	3,9	3,9	0,0	5,4	5,4	0,0	4,4	4,4
45-64	0,0	3,4	3,4	0,0	4,9	4,9	0,0	3,8	3,8
65+	0,0	4,8	4,8	0,0	7,1	7,1	0,0	5,4	5,4
Estado Civil									
Solteiro	1,0	4,1	4,0	1,1	5,9	5,8	1,1	4,7	4,5
Casado	0,7	3,2	3,2	0,7	3,7	3,7	0,7	3,7	3,7
Viúvo	1,8	8,2	7,8	4,8	21,9	20,8	1,6	8,1	7,9
Divorciado ou separado mas ainda legalmente casado	3,0	7,8	7,2	4,5	16,3	15,8	3,4	8,1	7,2
Nível de escolaridade									
Até ao Básico - 3º ciclo:	0,8	3,1	3,0	0,9	4,3	4,2	0,8	3,4	3,4
Nenhum	2,2	10,3	10,0	3,9	20,6	20,4	2,1	11,5	11,2
Básico 1º Ciclo	1,2	4,6	4,4	1,5	7,2	6,9	1,4	5,5	5,3
Básico 2º Ciclo	2,2	7,0	6,9	2,6	9,5	9,1	3,0	9,6	9,4
Básico 3º Ciclo	1,5	4,5	4,3	1,9	6,4	6,2	2,0	5,8	5,2
Secundário e Pós-secundário	1,7	4,7	4,5	2,4	6,6	6,2	2,0	6,0	5,8
Superior	3,1	5,6	4,4	3,9	7,5	6,3	2,9	5,8	4,8
Situação perante o emprego									
Empregado	0,6	3,3	3,2	0,8	4,0	3,9	0,8	3,8	3,6
Desempregado	2,3	6,4	6,0	3,2	8,4	8,1	3,0	9,1	8,6
Inativo	0,7	3,7	3,6	1,1	6,0	5,9	0,8	4,1	4,0
Formal	0,0	3,7	3,7	0,0	4,7	4,7	0,0	4,2	4,2
Idade									
15-24	0,0	6,4	6,4	0,0	10,3	10,3	0,0	7,9	7,9
25-44	0,0	5,5	5,5	0,0	7,3	7,3	0,0	6,7	6,7
45-64	0,0	5,0	5,0	0,0	6,5	6,5	0,0	6,2	6,2
65+	0,0	8,0	8,0	0,0	12,0	12,0	0,0	10,4	10,4
Estado Civil									
Solteiro	1,0	5,3	5,2	1,1	7,7	7,6	1,1	6,0	5,8
Casado	0,7	4,8	4,7	0,7	5,5	5,5	0,7	5,7	5,6
Viúvo	1,8	13,5	13,3	4,8	30,4	29,9	1,6	15,0	15,0
Divorciado ou separado mas ainda legalmente casado	3,0	11,4	10,8	4,5	27,4	27,1	3,4	12,4	11,7
Nível de escolaridade									
Até ao Básico - 3º ciclo	0,8	5,1	5,2	0,9	6,4	6,4	0,8	6,5	6,6
Nenhum	2,2	21,9	21,6	3,9	58,3	57,9	2,1	23,5	23,3
Básico 1º Ciclo	1,2	8,3	8,2	1,5	11,6	11,5	1,4	11,0	10,8
Básico 2º Ciclo	2,2	11,0	10,9	2,6	14,3	13,9	3,0	16,0	16,1
Básico 3º Ciclo	1,5	6,7	6,6	1,9	8,8	8,8	2,0	8,7	8,7
Secundário e Pós-secundário	1,7	6,1	6,0	2,4	8,8	8,5	2,0	7,8	7,7
Superior	3,1	6,5	5,5	3,9	9,2	8,2	2,9	6,9	6,2
Situação perante o emprego									
Empregado	0,6	4,8	4,7	0,8	6,0	5,9	0,8	5,5	5,4
Desempregado	2,3	8,7	8,5	3,2	11,7	11,4	3,0	12,9	12,5
Inativo	0,7	5,5	5,5	1,1	9,0	9,0	0,8	6,4	6,3
Informal	0,0	3,3	3,3	0,0	4,7	4,7	0,0	3,6	3,6
Idade									
15-24	0,0	11,3	11,3	0,0	15,1	15,1	0,0	16,2	16,2
25-44	0,0	6,0	6,0	0,0	8,4	8,4	0,0	6,7	6,7
45-64	0,0	4,5	4,5	0,0	7,3	7,3	0,0	4,9	4,9
65+	0,0	5,9	5,9	0,0	9,4	9,4	0,0	6,6	6,6
Estado Civil									
Solteiro	1,0	7,0	7,0	1,1	10,0	10,0	1,1	8,7	8,7
Casado	0,7	4,1	4,2	0,7	5,7	5,7	0,7	4,4	4,5
Viúvo	1,8	9,6	9,2	4,8	25,1	24,1	1,6	9,8	9,6
Divorciado ou separado mas ainda legalmente casado	3,0	10,5	10,2	4,5	20,6	20,2	3,4	11,2	10,7
Nível de escolaridade									
Até ao Básico - 3º ciclo	0,8	3,7	3,6	0,9	5,8	5,6	0,8	3,9	3,9
Nenhum	2,2	11,9	11,8	3,9	21,7	21,8	2,1	13,2	13,1
Básico 1º Ciclo	1,2	5,5	5,3	1,5	9,1	8,9	1,4	6,1	6,0
Básico 2º Ciclo	2,2	8,3	8,1	2,6	12,4	12,1	3,0	10,9	10,5
Básico 3º Ciclo	1,5	6,4	6,1	1,9	9,7	9,4	2,0	8,0	7,5
Secundário e Pós-secundário	1,7	7,9	7,8	2,4	11,3	11,1	2,0	10,1	9,9
Superior	3,1	8,6	7,8	3,9	12,2	11,6	2,9	9,1	8,4
Situação perante o emprego									
Empregado	0,6	4,7	4,6	0,8	6,4	6,3	0,8	5,5	5,4
Desempregado	2,3	8,9	8,7	3,2	12,5	12,2	3,0	12,3	12,0
Inativo	0,7	5,0	4,9	1,1	8,2	8,1	0,8	5,3	5,2

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012

Quadro 2.2 – Voluntários segundo regularidade e tipo de trabalho voluntário (2012)

Nº

Características Sociodemográficas	Trabalho Voluntário Total				Trabalho Voluntário Formal			Trabalho Voluntário Informal			
	Total	Regular	Ocasional	NS/NR	Total	Regular	Ocasional	Total	Regular	Ocasional	NS/NR
Voluntários	1 038 464	504 075	533 760	§	535 918	296 424	239 494	523 123	219 073	303 421	§

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012
§: Valor com coeficiente de variação elevado
ns/nr: Não sabe/não responde

Nota: Um indivíduo pode participar em atividades de trabalho voluntário formal e informal, pelo que, a soma do número de indivíduos destes dois tipos de voluntariado pode ser superior ao número total de indivíduos que fazem voluntariado.

Quadro 2.3 – Voluntários por Classificação Portuguesa de Profissões, por sexo e por tipo de trabalho voluntário (2012)

Nº

Trabalho Voluntário por CPP	Voluntários				
	Trabalho Voluntário Total			Formal	Informal
	Total	Homens	Mulheres		
Total	1 059 041	450 876	608 165	535 918	523 123
0 Profissionais das forças armadas	//	//	//	//	//
1 Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	14 304	11 903	§	14 304	0
2 Especialistas das atividades intelectuais e científicas	85 137	35 580	49 557	45 214	39 923
3 Técnicos e profissões de nível intermédio	201 642	93 983	107 658	172 814	28 828
4 Pessoal administrativo	68 866	36 312	32 555	52 993	15 873
5 Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	358 808	109 756	249 052	88 315	270 494
6 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	//	//	//	//	//
7 Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	23 618	17 786	5 831	4 831	18 787
8 Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	30 539	22 988	7 551	7 817	22 722
9 Trabalhadores não qualificados	276 127	122 568	153 560	149 631	126 497

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012
//: Não aplicável
§: Valor com coeficiente de variação elevado
Nota: Uma vez que uma pessoa pode incorrer em mais do que um episódio de trabalho voluntário envolvendo mais do que uma tarefa, o número de voluntários em diferentes tarefas pode exceder o total de voluntários no País.

Quadro 2.4 a) – Voluntários formais por Classificação Internacional das Instituições Sem Fim Lucrativo e por sexo (2012)

Nº

Trabalho Voluntário Formal por CIISFL	Voluntários		
	Total	Homens	Mulheres
Total Trabalho Formal	535 918	244 875	291 043
Total CIISFL	496 738	229 037	267 702
1 Desporto, recreação, arte e cultura	113 771	76 141	37 629
2 Educação e investigação	14 961	6 814	8 147
3 Saúde	9 009	3 258	5 750
4 Apoio social	213 157	83 190	129 967
5 Ambiente	17 490	8 882	8 607
6 Desenvolvimento económico, social, comunitário, habitação, emprego e formação	4 348	3 131	1 217
7 Defesa de causa, leis e organizações de ação política	5 028	2 889	2 138
8 Intermediários filantrópicos e promotores do voluntariado	839	129	711
9 Internacional	1 937	629	1 308
10 Religião	107 634	39 547	68 087
11 Associações patronais, profissionais e sindicatos	5 326	3 383	1 944
12 Não especificado	3 239	1 042	2 196
Sem correspondência	39 180	15 838	23 342

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012

Quadro 2.4 b) – Voluntários formais por Classificação Internacional das Instituições Sem Fim Lucrativo e por sexo -coeficientes de variação (2012)

%

Trabalho Voluntário Formal por CIISFL	Voluntários		
	Total	Homens	Mulheres
Total Trabalho Formal	3,7	4,7	4,2
Total CIISFL	3,8	4,8	4,4
1 Desporto, recreação, arte e cultura	7,4	7,6	11,1
2 Educação e investigação	17,9	25,8	22,2
3 Saúde	25,2	34,8	29,0
4 Apoio social	5,7	8,2	6,6
5 Ambiente	17,6	23,9	22,1
6 Desenvolvimento económico, social, comunitário, habitação, emprego e formação	40,6	45,4	51,6
7 Defesa de causa, leis e organizações de ação política	28,2	40,9	35,3
8 Intermediários filantrópicos e promotores do voluntariadc	80,2	72,4	92,8
9 Internacional	46,4	76,5	58,4
10 Religião	7,6	11,1	7,8
11 Associações patronais, profissionais e sindicatos	33,2	39,7	59,9
12 Não especificado	40,9	63,6	46,8
Sem correspondência	11,4	18,1	14,5

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012

Quadro 2.5 – Voluntários por Classificação Portuguesa de Profissões e valorização económica (2012)

Trabalho Voluntário por CPP	Total de voluntários	Horas anuais		Valor económico do trabalho voluntário		
		Horas	Coeficientes de variação	Salário mínimo	Salário social	Salário por ocupação
	N.º	N.º	%	10¯ euros	10¯ euros	10¯ euros
Total	1 059 041	368 175 943	4,89	1 015	1 636	1 798
0 Profissionais das forças armadas	//	//	//	//	//	//
1 Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	14 304	5 164 059	20,5	14	23	60
2 Especialistas das atividades intelectuais e científicas	85 137	24 215 946	17,5	67	108	232
3 Técnicos e profissões de nível intermédio	201 642	76 122 457	10,9	210	338	534
4 Pessoal administrativo	68 866	27 633 696	14,9	76	123	136
5 Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	358 808	170 066 923	6,6	469	756	621
6 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	//	//	//	//	//	//
7 Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	23 618	2 660 769	34,6	7	12	10
8 Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	30 539	6 449 147	23,0	18	29	24
9 Trabalhadores não qualificados	276 127	55 862 944	10,6	154	248	181

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012

Nota: Uma vez que uma pessoa pode incorrer em mais do que um episódio de trabalho voluntário envolvendo mais do que uma tarefa, o número de voluntários em diferentes tarefas pode exceder o total

Quadro 2.6 a) – Voluntários e taxas de voluntariado por tipo de trabalho voluntário e por NUTS II (2012)

NUTS II	Total		Formal		Informal	
	Voluntários	Taxa de voluntariado	Voluntários	Taxa de voluntariado	Voluntários	Taxa de voluntariado
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	1 038 464	11,5	535 918	5,9	523 123	5,8
Norte	359 699	11,3	187 203	5,9	179 870	5,7
Centro	250 549	12,3	127 663	6,3	128 124	6,3
Lisboa	284 768	12,0	147 751	6,2	143 062	6,0
Alentejo	66 166	10,3	36 887	5,8	30 227	4,7
Algarve	38 787	10,5	18 972	5,2	20 166	5,5
R. A. Açores	17 851	8,8	11 541	5,7	6 821	3,4
R. A. Madeira	20 643	10,1	5 901	2,9	14 853	7,2

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012

Nota: Um indivíduo pode participar em atividades de trabalho voluntário formal e informal, pelo que, a soma do número de indivíduos destes dois tipos de voluntariado pode ser superior ao número total de indivíduos que fazem voluntariado.

Quadro 2.6 b) – Voluntários e taxas de voluntariado por tipo de trabalho voluntário e por NUTS II - coeficientes de variação (2012)

%

NUTS II	Total		Formal		Informal	
	Voluntários	Taxa de voluntariado	Voluntários	Taxa de voluntariado	Voluntários	Taxa de voluntariado
Portugal	2,5	2,5	3,7	3,7	3,3	3,3
Norte	4,0	4,0	5,7	5,7	5,4	5,4
Centro	5,8	5,8	8,6	8,6	8,0	8,0
Lisboa	5,0	5,0	8,1	8,1	6,5	6,5
Alentejo	7,2	7,2	10,3	10,3	9,1	9,1
Algarve	5,8	5,8	10,0	10,0	8,1	8,1
R. A. Açores	8,5	8,5	10,2	10,2	13,2	13,2
R. A. Madeira	9,8	9,8	16,8	16,8	10,2	10,2

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012

Nota: Um indivíduo pode participar em atividades de trabalho voluntário formal e informal, pelo que, a soma do número de indivíduos destes dois tipos de voluntariado pode ser superior ao número total de indivíduos que fazem voluntariado.

Quadro 2.7 a) – Voluntários segundo características sociodemográficas e por NUTS II (2012)

Nº

Características Sociodemográficas	Trabalho Voluntário Total							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Total	1 038 464	359 699	250 549	284 768	66 166	38 787	17 851	20 643
Sexo								
Homens	442 838	160 702	105 102	117 684	29 733	14 713	7 527	7 378
Mulheres	595 626	198 998	145 448	167 084	36 434	24 073	10 324	13 265
Idade								
15-24	130 346	43 193	30 443	39 735	8 012	5 157	2 199	1 605
25-44	406 466	154 142	91 399	103 543	26 642	14 384	7 382	8 975
45-64	357 216	122 458	91 859	91 719	22 148	14 511	6 389	8 132
65+	144 436	39 906	36 848	49 771	9 364	4 735	1 880	1 931
Nível de escolaridade								
Até ao Básico - 3º ciclo	520 568	188 848	131 195	120 906	38 058	19 457	9 850	12 254
Secundário e Pós-secundário	236 577	82 485	50 335	72 930	14 706	8 742	4 112	3 266
Superior	281 319	88 366	69 019	90 933	13 402	10 588	3 888	5 123
Situação perante o emprego								
Empregado	597 673	209 599	157 697	146 646	37 078	23 310	10 242	13 102
Desempregado	114 267	44 606	22 221	30 490	08 601	4 527	1 755	2 068
Inativo	326 524	105 495	70 631	107 632	20 488	10 950	5 854	5 474

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012

Quadro 2.7 b) – Voluntários segundo características sociodemográficas e por NUTS II - coeficientes de variação (2012)

%

Características Sociodemográficas	Trabalho Voluntário Total							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Total	2,5	4,0	5,8	5,0	7,2	5,8	8,5	9,8
Sexo								
Homens	3,1	5,0	7,3	6,3	10,0	9,2	10,8	13,4
Mulheres	2,7	4,6	6,0	5,5	6,9	6,2	10,5	10,2
Idade								
15-24	5,5	9,0	12,1	11,4	17,4	14,5	18,1	20,3
25-44	3,9	6,1	9,4	8,4	11,9	9,6	14,1	13,4
45-64	3,4	6,0	7,6	6,7	9,6	9,2	9,6	12,0
65+	4,8	9,0	10,1	8,7	11,5	15,8	16,2	21,5
Nível de escolaridade								
Até ao Básico - 3º ciclo	3,1	5,3	6,9	6,4	7,2	7,8	10,5	10,3
Secundário e Pós-secundário	4,7	8,3	10,8	8,6	16,0	14,3	15,5	20,0
Superior	5,6	10,6	11,9	10,2	15,5	12,9	18,0	25,4
Situação perante o emprego								
Empregado	3,3	5,6	7,5	6,6	8,6	7,4	10,4	12,4
Desempregado	6,4	10,4	15,1	13,2	20,6	16,5	18,2	24,6
Inativo	3,7	6,2	8,7	7,3	8,9	11,2	12,0	12,5

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012

Quadro 2.8 a) – Voluntários formais por Classificação Internacional das Instituições Sem Fim Lucrativo e NUTS II (2012)

Nº

Trabalho Voluntário Formal por CIISFL		Voluntários Formais							
		Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Total		535 918	187 203	127 663	147 751	36 887	18 972	11 541	5 901
Total CIISFL		496 738	172 269	120 812	134 056	35 026	17 663	11 062	5 849
1	Desporto, recreação, arte e cultura	113 771	36 844	42 636	16 221	7 867	5 520	3 693	989
2	Educação e investigação	14 961	5 300	4 354	4 165	354	483	247	58
3	Saúde	9 009	2 931	1 821	2 866	652	183	317	240
4	Apoio social	213 157	70 950	44 919	64 371	19 132	7 829	3 596	2 360
5	Ambiente	17 490	5 796	1 556	7 646	1 087	717	290	397
6	Desenvolvimento económico, social, comunitário, habitação, emprego e formação	4 348	644	1 196	1 869	229	87	80	243
7	Defesa de causa, leis e organizações de ação política	5 028	1 525	903	958	966	443	234	0
8	Intermediários filantrópicos e promotores do voluntariadc	839	637	0	0	140	0	0	62
9	Internacional	1 937	420	1 073	398	0	0	0	46
10	Religião	107 634	44 276	20 986	31 790	4 598	2 015	2 607	1 363
11	Associações patronais, profissionais e sindicatos	5 326	2 395	836	2 096	0	0	0	0
12	Não especificado	3 239	551	533	1 678	0	385	0	92
Sem correspondência		39 180	14 934	6 851	13 694	1 861	1 310	479	52

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012

Quadro 2.8 b) – Voluntários formais por Classificação Internacional das Instituições Sem Fim Lucrativo e NUTS II (2012)

%

Trabalho Voluntário Formal por CIISFL		Voluntários Formais							
		Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Total		3,7	5,7	8,6	8,1	10,3	10,0	10,2	16,8
Total CIISFL		3,8	6,1	8,6	8,1	10,7	10,5	10,5	17,0
1	Desporto, recreação, arte e cultura	7,4	11,9	13,6	21,7	22,4	16,8	19,8	25,5
2	Educação e investigação	17,9	29,3	35,4	35,7	54,7	55,1	71,9	101,3
3	Saúde	25,2	40,4	51,4	57,6	48,3	56,8	50,4	49,9
4	Apoio social	5,7	10,4	13,5	10,6	14,2	15,5	16,1	29,2
5	Ambiente	17,6	28,9	62,8	29,4	63,1	45,3	59,6	41,6
6	Desenvolvimento económico, social, comunitário, habitação, emprego e formação	40,6	103,9	75,7	70,5	103,9	101,3	101,1	84,3
7	Defesa de causa, leis e organizações de ação política	28,2	66,2	60,2	57,7	58,8	49,8	59,4	0,0
8	Intermediários filantrópicos e promotores do voluntariadc	80,2	102,8	0,0	0,0	101,6	0,0	0,0	102,1
9	Internacional	46,4	102,7	62,7	102,5	0,0	0,0	0,0	101,2
10	Religião	7,6	12,4	16,2	15,0	26,4	25,6	25,3	24,7
11	Associações patronais, profissionais e sindicatos	33,2	57,8	64,0	45,8	0,0	0,0	0,0	0,0
12	Não especificado	40,9	101,8	103,6	61,2	0,0	70,2	0,0	101,2
Sem correspondência		11,4	18,4	31,5	19,6	33,8	35,1	33,3	102,4

Fonte: INE, Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012



Conclusões

CONCLUSÕES

A Economia Social tem sido alvo de esforços crescentes de estudo, atendendo à sua importância relativa e insuficiente visibilidade no quadro convencional das Contas Nacionais. No intuito de contribuir para um maior conhecimento do setor em Portugal, o INE desenvolveu, ao abrigo de um protocolo com a CASES, um projeto-piloto de Conta Satélite da Economia Social para 2010. Este projeto teve como referências metodológicas não apenas as Contas Nacionais Portuguesas, Base 2006, que obedecem ao quadro conceptual do SEC 95, mas também o *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*", das Nações Unidas (HNPI), o qual se baseia no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993 (SCN 93) e o "*Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies*" do *Centre International de Recherches et d'Information sur l' Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC).

O trabalho voluntário constitui um recurso crucial de resolução de muitos problemas sociais, económicos e ambientais da atualidade. Contudo, em Portugal, esta realidade possui ainda pouca visibilidade estatística, resultando a informação existente essencialmente de inquéritos pontuais, com definições e abordagens diversas, dificultando, assim, a comparabilidade da informação. Face a esta situação e à importância crescente deste domínio também no contexto da Economia Social, o INE desenvolveu um inquérito piloto ao trabalho voluntário, sob a forma de um módulo anexo ao Inquérito ao Emprego, no 3º trimestre de 2012. Este inquérito teve como referência metodológica o *Manual on the Measurement of Volunteer Work* da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pretendeu caracterizar o trabalho voluntário nacional, em termos sociodemográficos (nacionais e regionais), fazer o seu enquadramento institucional, aferir o tipo de tarefas realizadas e quantificar o número de horas dedicadas.

Em 2010, a Economia Social era constituída por 55 383 unidades, encontrando-se a maior parte das mesmas concentrada na área da cultura, desporto e recreio (48,4%). A hegemonia numérica não se traduziu, no entanto, em hegemonia económica. Efetivamente, a ação social foi responsável por 48,6% do emprego e 41,3% do VAB da Economia Social.

Das cerca de 55 mil unidades consideradas no âmbito da Economia Social em 2010, as Associações e outras Organizações da Economia Social (OES) representavam 94,0%, sendo responsáveis por 54,1% do VAB, 64,9% do emprego (ETC remunerado) e 62,7% das remunerações. As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da Economia Social com maior peso relativo, em termos do número de unidades, VAB e remunerações. As Mutualidades foram as entidades que apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados.

As Associações e outras OES asseguraram 54,5% do total de recursos da Economia Social, sendo responsáveis por 51,9% da produção, recebendo 79,6% dos subsídios e transferências e 83,5% dos outros recursos. Esta predominância não se encontra patente nos rendimentos de propriedade, onde as Fundações foram o grupo com maior peso relativo (47,2%). As Associações e outras OES foram responsáveis por 57,6% do total de despesas, apresentando um peso maioritário em todas as categorias de despesa, com exceção das "outras despesas" (onde estão incluídos os rendimentos de propriedade). Neste grupo foram as Fundações que registaram maior peso relativo, com 38,4%.

Em 2010 a Economia Social registou uma necessidade líquida de financiamento de 570,7 milhões de euros, que correspondeu a cerca de 0,3% do PIB. Esta situação deficitária não se observou, no entanto, em todos os grupos de entidades da Economia Social. Com efeito, as Fundações da Economia Social, as Mutualidades e as Cooperativas (fundamentalmente devido às que se integram na área financeira), observaram capacidade líquida de financiamento. As Associações e outras OES foram o grupo que maior impacto exerceu no total da necessidade líquida de financiamento da Economia Social.

Os recursos da Economia Social estimaram-se em 14 177,9 milhões de euros, provenientes, principalmente, da produção (62,8%), transferências correntes e subsídios (23,8%) e

rendimentos de propriedade (10,3%). Estima-se que as despesas tenham ascendido a 14 748,6 milhões de euros e consistiram, fundamentalmente, em consumo intermédio (31,4%), remunerações (26,8%) e transferências sociais (24,3%).

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são entidades da Economia Social que estão presentes nos diferentes grupos de entidades da Economia Social anteriormente mencionados. Contudo, dada a sua relevância e especificidade, foram também feitos apuramentos para estas organizações. Em 2010, as IPSS (5 022 unidades) representaram 50,1% do VAB, 63,4% do emprego remunerado (ETC), 42,6% das remunerações, 40,9% da despesa de consumo final, 53,2% da FBC e 38,2% da necessidade líquida de financiamento da Economia Social.

O VAB da Economia Social correspondeu a 2,8% do VAB nacional em 2010 (em Espanha, o peso do VAB da Economia Social no VAB foi de 2,7%). Em Portugal, a Economia Social foi responsável por 4,6% das remunerações totais e 5,5% do total de emprego remunerado (ETC), o que é considerável, tendo designadamente por referência os valores apresentados para as mesmas variáveis por um conjunto de ramos de atividade.

As atividades da Economia Social são, sobretudo, trabalho intensivas, pelo que o emprego gerado pelas entidades da Economia Social revela-se muito importante na UE. O emprego remunerado nas OES assume um número significativo neste contexto (mais de 14 milhões de pessoas), o que representa 7,5% do total da economia europeia. Os países com maior peso relativo são a Bélgica (12,3%) e a Suécia (12,0%). Portugal encontra-se em 14º lugar, com 5,6%, abaixo da média da UE.

O Inquérito piloto ao Trabalho Voluntário teve lugar no 3º trimestre de 2012 e permitiu uma caracterização do voluntariado nacional, nesse ano. Estima-se que em 2012 11,5% da população residente com 15 ou mais anos tenha participado em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, o que representou quase 1 milhão e 40 mil voluntários. Comparando a proporção de voluntários com determinadas características com a população residente com características idênticas (taxa de voluntariado), foi possível concluir que a taxa de voluntariado feminina foi superior à masculina (12,7% vs. 10,3%).

A distribuição etária do voluntariado refletiu a estrutura da população, não havendo grandes diferenças no que respeita à taxa de voluntariado (11,6% no escalão dos 15-24 anos, 13,1% no escalão dos 25-44, 12,7% no escalão dos 45-64 anos). Apenas na faixa etária dos maiores de 65 anos a taxa foi inferior (7,3%).

A distribuição do trabalho voluntário por estado civil refletiu também a estrutura da população, sendo as taxas de voluntariado muito próximas: 11,7% nos solteiros, 11,9% nos casados e 12,8% nos divorciados ou separados.

Contrariamente à distribuição etária, estado civil e, de certa forma, o sexo, o nível de escolaridade condicionou a taxa de voluntariado. Com efeito, a taxa de voluntariado mais baixa foi observada nos voluntários sem nenhum nível de escolaridade (3,5%) e a mais elevada nos inquiridos com mais habilitações literárias (21,3%).

A situação perante o emprego foi também determinante, sendo a taxa de voluntariado muito próxima para a população empregada e desempregada (12,8% e 13,1%, respetivamente), mas revelando-se inferior nos inativos (9,4%).

O trabalho voluntário formal de homens e mulheres apresentou também características diferenciadas relativamente aos contextos organizacionais em que se inseriu (no âmbito do trabalho voluntário formal). Observou-se uma predominância feminina no âmbito do apoio social (48,5% vs. 36,3%) e masculina nas atividades de organizações desportivas, culturais e recreativas (33,2% vs. 14,1%). Na religião o trabalho voluntário feminino foi também mais relevante (25,4% vs. 17,3%).

Traçando um perfil sociodemográfico sintético do voluntário, poderá afirmar-se que, nas atividades de trabalho voluntário formal, destacaram-se os indivíduos mais jovens,

desempregados e com níveis de escolaridade mais elevados; predominaram as mulheres e os indivíduos solteiros. Nas atividades de trabalho voluntário informal prevaleceram pessoas com mais idade e com níveis de escolaridade mais elevados, verificando-se uma maior proporção de indivíduos desempregados e, também, maior percentagem de indivíduos divorciados/separados.

As taxas de voluntariado regionais observaram algumas disparidades, oscilando entre os 8,8% nos Açores e os 12,3% no Centro. No que respeita ao tipo de voluntariado, as taxas de voluntariado formal foram superiores às taxas de voluntariado informal em todas as regiões, exceto no Algarve e R.A. da Madeira.

Embora existam dificuldades ao nível de dados suficientemente harmonizados, a informação disponível (Eurobarómetro) indica Portugal como um dos países com menor nível de voluntariado. Efetivamente, de acordo com essa informação, na UE27, em 2011, as maiores taxas de voluntariado tiveram lugar no norte da Europa, com maior destaque para a Holanda (57%). Os países da Europa de Leste foram os que observaram menores taxas de voluntariado (a Polónia foi o Estado Membro que registou a menor taxa, 9%), sendo a média europeia de 24%. Com efeito, parece existir alguma correlação entre o grau de desenvolvimento económico e a taxa de voluntariado. Além da taxa de voluntariado, Portugal diferenciou-se relativamente à UE nos domínios de atividade do voluntariado formal, com maior incidência nas atividades de apoio social e religioso e menor importância relativa no desporto, cultura, associações comunitárias, defesa de direitos e organizações profissionais e sindicatos.

A valorização económica do trabalho voluntário constitui um exercício teórico cujos resultados deverão ser analisados com reserva, uma vez que observa pressupostos fortes, porque assume que a qualidade e produtividade do trabalho voluntário são iguais à do trabalho profissional (logo a valorização da tarefa desempenhada deverá ser igual). Além disso, baseia-se nas horas declaradas pelos inquiridos, o que constitui uma variável com alguma fragilidade. Procedeu-se, no entanto, a um ensaio de valorização, atendendo às metodologias propostas internacionalmente (*cost replacement*). Foi possível concluir que o valor do voluntariado, em 2012, poderá ser equiparado a cerca de 1,0% do valor do Produto Interno Bruto (PIB) nacional nesse ano.

O trabalho voluntário possui um âmbito mais alargado que a Economia Social, nomeadamente por compreender uma componente informal, ou seja, não organizacional. O inquérito ao Trabalho Voluntário permitiu, no entanto, apurar a parte do voluntariado afeto à Economia Social em 2012. Tendo como referência o emprego total da Economia Social em 2010, foi possível observar que o trabalho voluntário na Economia Social, expresso em ETC, deverá corresponder a aproximadamente 40%, o que confirma a importância deste recurso para as OES.



Metodologia

METODOLOGIA

4.1. CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL (CSES)

4.1.1. Referências Metodológicas

As Contas Satélite têm como referência concetual os conceitos e definições das Contas Nacionais, atualmente o SEC 95. Nesse sentido, em muitos aspetos, as Contas Satélite constituem extensões e maior detalhe das Contas Nacionais, o que facilita a interpretação dos seus resultados e permite comparações com outras rubricas de caráter macroeconómico a nível nacional.

No entanto, como se destinam a ampliar a capacidade de observação de fenómenos particulares, podem divergir parcialmente dos conceitos e definições de Contas Nacionais. No caso da Conta Satélite da Economia Social, essa divergência assenta fundamentalmente na utilização dos conceitos, métodos, classificações e regras contabilísticas do "*Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*", das Nações Unidas (HNPI), o qual se baseia no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993 (SCN 93) e no "*Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies*" do *Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC). Além destes manuais fornecerem um enquadramento mais adequado à elaboração desta Conta Satélite, na medida em que constituem referências internacionais, potenciam a comparação com outras experiências nacionais. Assim, a Conta Satélite que se apresenta nesta publicação tem uma filiação múltipla: as Contas Nacionais Portuguesas, Base 2006, que obedecem ao quadro conceptual do SEC 95, o HNPI das Nações Unidas e o *Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: cooperatives and mutual societies".*

4.1.2. Conceitos Básicos

São consideradas unidades da Economia Social o "Conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do **mercado**, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotizações de cada um, correspondendo a cada membro um voto. A Economia Social agrupa também as entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços **não mercantis** para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam." (*Centre Internationale de Recherches et de l´Information sur l´Économie Sociale et Coopérative* - CIRIEC, 2012).

As unidades da Economia Social analisadas apresentam as seguintes características gerais:

- são privadas;
- são organizadas formalmente (personalidade jurídica);
- possuem autonomia de decisão;
- possuem liberdade de adesão (sem filiação obrigatória);
- apresentam distribuição de benefícios/excedentes de acordo com as atividades que os membros realizam;
- têm como objetivo da sua atividade económica a satisfação das necessidades de famílias/pessoas ("*organizações de pessoas, não de capital"*);
- são organizações democráticas.

A compilação da Conta Satélite da Economia Social 2010 baseou-se na estrutura setorial do sistema de Contas Nacionais Portuguesas. As entidades da Conta Satélite da Economia Social foram agregadas da seguinte forma:

Quadro 4.1. **Entidades da Economia Social**

Entidades da economia social	Sociedades não financeiras (S.11)	Sociedades financeiras (S.12)	Administrações públicas (S.13)	Famílias (S.14)	Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15)
Cooperativas	Consumo; Comercialização; Agrícolas (ex: adegas, produção de leite e azeite); Habitação e construção; Produção operária; Artesanato; Pescas; Cultura; Serviços; Ensino; Solidariedade Social (ex: CERCI's).	Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.	Cooperativas de Interesse Público (*régies*-cooperativas)		
Mutualidades		Caixas Económicas; Mútua de seguros; Mútuas financeiras.			Associações de Socorros Mútuos.
Misericórdias					Irmandades das Santas Casas de Misericórdia; Santas Casas da Misericórdia.
Fundações	Fundações de Universidades Privadas; Fundações de empresas privadas; etc.				Fundações Culturais; Fundações de Solidariedade Social; Fundações para o Desenvolvimento; etc.
Associações e outras OES	Associações Comerciais; Associações de Industriais; Associações Empresariais; etc.			Associações de Condomínio; Associações de Moradores; Associação de Proprietários; etc.	Centros Paroquiais; Dioceses; Casas do Povo; Associações Culturais, Desportivas e Recreativas; Congregações e Seminários; etc.

As unidades que constituem o universo da Conta Satélite foram também objeto de uma dupla classificação, por Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (NRCN06) (coerente com a CAE Rev.3) e por Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social (CAOES), que constitui uma adaptação da Classificação Internacional das Instituições sem Fim Lucrativo (ICNPO), do *HNPI*, de forma a contemplar as atividades das Cooperativas e Mutualidades, que não constavam da ICNPO.

No quadro seguinte é possível observar alguns exemplos do tipo de entidades da Economia Social considerado em cada classe da CAOES:

Quadro 4.2. **Classificação das Organizações da Economia Social – exemplos de entidades**

CAOES - Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social	Exemplos
Agricultura, Silvicultura e Pescas	Cooperativas agrícolas, florestais e de pescas
Atividades de Transformação	Adegas Cooperativas, Cooperativas leiteiras, de produtoras de azeite, de produção têxtil, de indústria de transformação de peles, etc.
Comércio, Consumo e Serviços	Cooperativas de consumo, de comercialização, de distribuição, de prestação de serviços de transportes, rádio etc.
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	Associações de desenvolvimento local, associações de desenvolvimento económico, social e comunitário, associações de proteção animal e ambiental, Cooperativas de habitação e construção, etc.
Atividades Financeiras	Cooperativas de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas económicas, Mútuas de seguros etc.
Ensino e Investigação	Universidades privadas (Fundações, Cooperativas e Associações), Centros de Investigação das Universidades, Colégios do ensino básico e secundário, Escolas de línguas estrangeiras, etc.
Saúde e Bem-Estar	Hospitais e clínicas de reabilitação, casas de saúde, centros de saúde mental e de apoio psicológico, centros de medicinas alternativas, etc.
Ação Social	Serviços de ação social das Misericórdias, das Associações de Socorros Mútuos, Serviços Humanitários, Serviços de apoio ao cidadão deficiente, serviços de apoio a idosos e reformados, serviços de apoio à infância e Jovens, Servidos de solidariedade social prestados por associações, IPSS, Cooperativas e casas do povo equiparadas a IPSS, Atividades de voluntariado, organizações cívicas e de defesa de direitos, atividades de filantropia, entidades de emergência e resgate (Ex: Bombeiros Voluntários), bancos alimentares e outros serviços de solidariedade.
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	Associações culturais, Fundações culturais, Cooperativas culturais, Clubes desportivos e recreativos.
Cultos e Congregações	Associações e congregações religiosas, Centros paroquiais, dioceses, confrarias, Irmandades das Misericórdias, Seminários, etc.
Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas	Orgãos representativos das organizações da Economia Social, organizações empresariais, ordens profissionais, associações de trabalhadores, organizações políticas, etc.,
Não Especificadas	Associações de proprietários, de residentes, moradores, de condomínio, associações espíritas, associações estudantis e de antigos alunos, etc.

Conceitos de Contas Nacionais (SEC 95) e da CSES:

A CSES recorre à estrutura contabilística apresentada no SEC 95/SCN 93 para organizar a informação económica sobre as OES, de forma comparável com os outros setores da economia.

No quadro 4.3. é apresentada a sequência de contas, sendo explicitados os conceitos subjacentes nos parágrafos seguintes.

Quadro 4.3. **Sequência de contas**

Contas	Empregos	Recursos	Operações, outros fluxos e saldos	
I. Conta de produção		X	P.1	Produção
	X		P.2	Consumo intermédio
	X	**X**	**B.1g/B.1*g**	**Valor acrescentado bruto / Produto interno bruto (PIB)**
	X		K.1	Consumo de capital fixo
	X	**X**	**B.1n/B.1*n**	**Valor acrescentado líquido / Produto interno líquido (PIL)**
II.1.1. Conta de exploração	X		D.1	Remunerações dos empregados
	X		D.29	Outros impostos sobre a produção
	-X		D.39	Outros subsídios à produção
	X	**X**	**B.2g**	**Excedente de exploração bruto**
	X	**X**	**B.3g**	**Rendimento misto bruto**
	X	**X**	**B.2n**	**Excedente da exploração líquido**
	X	**X**	**B.3n**	**Rendimento misto líquido**
II.1.2. Conta de afetação dos rendimento primários		X	D.2-D.3	Impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios
	X	X	D.4	Rendimentos de propriedade
	X	**X**	**B.5g**	**Saldo dos rendimentos primários, bruto / Rendimento nacional bruto (RNB)**
	X	**X**	**B.5n**	**Saldo dos rendimentos primários, líquido / Rendimento nacional líquido (RNL)**
II.2. Conta de distribuição secundária do rendimento	X		D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
		X	D.61	Contribuições sociais
	X		D.62	Prestações sociais exceto transf. sociais em espécie
	X	X	D.7	Outras transferências correntes
	X	**X**	**B.6g**	**Rendimento disponível bruto**
	X	**X**	**B.6n**	**Rendimento disponível líquido**
II.3. Conta de redistribuição do rendimento em espécie	X		D.63	Transferências sociais em espécie
	X	**X**	**B.7g**	**Rendimento disponível ajustado bruto**
	X	**X**	**B.7n**	**Rendimento disponível ajustado líquido**
II.4. Conta de utilização do rendimento disponível	**X**	**X**	**B.6g**	**Rendimento disponível bruto**
	X	**X**	**B.6n**	**Rendimento disponível líquido**
	X		P.3	Despesa de consumo final
	X		P.4	Consumo final efetivo
	X		D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
	X	**X**	**B.8g**	**Poupança bruta**
	X	**X**	**B.8n**	**Poupança líquida**
	Variações do ativo	**Variações do passivo e património líquido**		
III.1. Conta de Capital		X	D.9	Transferências de capital, a receber
		-X	D.9	Transferências de capital, a pagar
		X	**B.10.1g**	**Variações do património bruto resultantes de poupança bruta e de transferências de capital**
		X	**B.10.1n**	**Variações do património líquido resultantes de poupança líquida e de transferências de capital**
	X		P.5	Formação bruta de capital
	X		K.1	Consumo de capital fixo
	X		K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não produzidos
	X		**B.9**	**Capacidade/necessidade líquida de financiamento**

Valor Acrescentado Bruto (VAB) (B.1g): Constitui o resultado líquido da produção avaliada a preços de base e diminuída do consumo intermédio avaliado a preços de aquisição. O valor acrescentado é registado a preços de base.

Despesa de consumo final (P.3): consiste na despesa efetuada pelas unidades institucionais residentes com os bens ou serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades ou carências individuais, ou das necessidades coletivas de membros da coletividade. A despesa de consumo final pode ser efetuada no território nacional ou no estrangeiro.

A despesa de consumo final das ISFLSF (S.15) abrange duas categorias autónomas:

a) o valor dos bens e serviços produzidos pelas ISFLSF (S.15), exceto a formação de capital por conta própria e as despesas feitas pelas famílias e outras unidades;

b) as despesas efetuadas pelas ISFLSF (S.15) em bens ou serviços produzidos por produtores mercantis que são fornecidos (sem qualquer transformação) às famílias para consumo destas, como transferências sociais em espécie.

Consumo final efetivo (P.4): consiste nos bens e serviços adquiridos por unidades institucionais residentes para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais quer coletivas. Os bens e serviços para consumo individual («bens e serviços individuais») são adquiridos por uma família e utilizados na satisfação das necessidades e desejos dos seus membros. Os serviços para consumo coletivo («serviços coletivos») são fornecidos simultaneamente a todos os membros da coletividade ou a todos os membros de um setor particular da coletividade, como as famílias que vivem numa certa região.

Por convenção, todos os bens e serviços prestados por ISFLSF (S.15) são tratados como individuais. Relativamente aos bens e serviços fornecidos por unidades das administrações públicas, a delimitação entre bens e serviços individuais e coletivos é estabelecida com base na Classificação das Funções das Administrações Públicas (COFOG).

A despesa de consumo final das ISFLSF (S.15) é, por convenção, sempre individual. Em consequência, o consumo final efetivo total é igual à soma do consumo final efetivo das famílias e do consumo final efetivo da administração pública.

Formação bruta de capital (P.5): engloba a formação bruta de capital fixo (P.51), a variação de existências (P.52) e as aquisições líquidas de objetos de valor (P.53). A formação bruta de capital engloba o consumo de capital fixo. A formação líquida de capital obtém-se deduzindo o consumo de capital fixo da formação bruta de capital.

Remunerações dos empregados (D.1): definem-se como o total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos empregados como retribuição pelo trabalho prestado por estes últimos no período de referência. As remunerações dos empregados subdividem-se em:

a)Ordenados e salários (D.11): ordenados e salários em dinheiro; ordenados e salários em espécie;

b)Contribuições sociais dos empregadores (D.12): contribuições sociais efetivas dos empregadores (D.121); contribuições sociais imputadas dos empregadores (D.122).

Outros impostos sobre a produção (D.29): são todos os impostos em que as empresas incorrem pelo facto de se dedicarem à produção, independentemente da quantidade ou do valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos.

Outros subsídios à produção (D.39): são constituídos pelos subsídios, exceto subsídios aos produtos, que as unidades produtoras residentes podem receber em consequência de estarem envolvidas na produção. Pela sua outra produção não-mercantil, os outros produtores não-mercantis apenas podem receber outros subsídios à produção se esses pagamentos feitos

pelas administrações públicas dependerem de regulamentos gerais aplicáveis tanto a produtores mercantis como não-mercantis.

Rendimentos de propriedade (D.4): são os rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo corpóreo não produzido para remunerar o facto de colocar fundos ou o ativo corpóreo não produzido à disposição de outra unidade institucional. No sistema, os rendimentos de propriedade classificam-se da forma seguinte: juros (D.41); rendimentos distribuídos das sociedades (D.42): dividendos (D.421) ou levantamentos de rendimentos das quase-sociedades (D.422); lucros de investimento direto estrangeiram reinvestidos (D.43); rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros (D.44) e rendas (D.45).

Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc. (D.5): abrangem todos os pagamentos obrigatórios sem contrapartida, em dinheiro ou em espécie, cobrados periodicamente pela administração pública e pelo resto do mundo sobre o rendimento e o património das unidades institucionais e alguns impostos periódicos não baseados nem no rendimento nem no património. Os impostos correntes sobre o rendimento, património, etc., dividem-se em: Impostos sobre o rendimento (D.51); outros impostos correntes (D.59).

Contribuições sociais (D.61): incluem as contribuições sociais efetivas (D.611) e as contribuições sociais imputadas (D.612). As contribuições sociais efetivas incluem: as contribuições sociais efetivas dos empregadores (D.6111), as contribuições sociais dos empregados (D.6112), as contribuições sociais dos trabalhadores por conta própria e dos não empregados (D.6113). As contribuições sociais imputadas (D.612) representam a contrapartida das prestações sociais (menos eventuais contribuições sociais dos empregados) pagas diretamente pelos empregadores (isto é, não ligadas às contribuições efetivas dos empregadores) aos seus empregados ou antigos empregados e a outras pessoas com direito a essas prestações.

Transferências sociais em espécie (D.63): consistem em bens e serviços individuais fornecidos a título de transferências em espécie pelas administrações públicas e ISFLSF a famílias individuais, quer esses bens e serviços sejam comprados no mercado quer sejam produzidos como produção não-mercantil por unidades das administrações públicas ou ISFLSF. Podem ser financiadas pelos impostos, por outras receitas públicas ou por contribuições para a segurança social ou ainda, no caso das ISFLSF, por doações ou rendimentos de propriedade. Embora alguns dos serviços não-mercantis produzidos pelas ISFLSF tenham algumas das características de serviços coletivos, todos os serviços não-mercantis produzidos pelas ISFLSF são tratados, por convenção e por questões de simplicidade, como individuais por natureza. Os serviços fornecidos gratuitamente, ou a preços economicamente não-significativos, às famílias são descritos como serviços individuais, para se distinguirem dos serviços coletivos fornecidos à comunidade como um todo, ou a largos setores da comunidade. A rubrica «transferências sociais em espécie» (D.63) inclui as prestações sociais em espécie (D.631) e as transferências de bens e serviços não-mercantis individuais (D.632).

Prestações sociais em espécie (D.631): são transferências sociais em espécie destinadas a diminuir o encargo financeiro dos riscos ou necessidades sociais das famílias. Podem subdividir-se em duas categorias: aquelas em que as famílias beneficiárias compram, efetivamente, os bens e serviços, sendo posteriormente reembolsadas, e aquelas em que os serviços em questão são fornecidos diretamente aos beneficiários. Neste segundo caso, os serviços que as administrações públicas ou as ISFLSF produzem ou adquirem a totalidade ou parte dos bens e serviços que são diretamente fornecidos pelos produtores aos beneficiários.

Transferências de bens e serviços não-mercantis individuais (D.632): consistem em bens ou serviços fornecidos a famílias gratuitamente ou a preços que não são economicamente significativos por produtores não-mercantis de unidades das administrações públicas ou ISFLSF. Correspondem à despesa de consumo individual das ISFLSF e das administrações públicas, menos as prestações sociais em espécie (D.631) concedidas às famílias ao abrigo de acordos de segurança social ou de assistência social.

Outras transferências correntes (D.7): incluem os prémios líquidos e as indemnizações de seguros não-vida, as transferências correntes entre administrações públicas, a cooperação internacional corrente e as transferências correntes diversas.

Transferências de capital (D.9): distinguem-se das transferências correntes pelo facto de implicarem a aquisição ou cessão de um ou vários ativos por, pelo menos, um dos participantes na operação. Quer sejam feitas em dinheiro quer em espécie, as transferências de capital devem dar lugar a uma variação correspondente nos ativos financeiros ou não-financeiros que figuram na conta de património de uma ou das duas partes envolvidas na operação. As transferências de capital abrangem os impostos de capital (D.91), as ajudas ao investimento (D.92) e outras transferências de capital (D.99).

Consumo de capital fixo (K.1): representa a depreciação de ativos fixos verificada, no decurso do período considerado, como resultado do desgaste normal e da obsolescência previsível, incluindo uma provisão para perdas de ativos fixos como consequência de prejuízos acidentais seguráveis.

Capacidade/necessidade líquida de financiamento: A capacidade (+) ou a necessidade (-) líquida de financiamento do total da economia é igual à soma das capacidades ou necessidades líquidas de financiamento dos sectores institucionais. Representa o montante líquido dos recursos que o total da economia coloca à disposição do resto do mundo (se for positivo) ou que recebe do resto do mundo (se for negativo). A capacidade (+) ou a necessidade (-) líquida de financiamento do total da economia é igual, mas de sinal contrário, à necessidade (-) ou à capacidade (+) líquida de financiamento do resto do mundo.

Equivalente a tempo completa (ETC): refere-se a unidades de trabalho a tempo completo e, em termos abreviados, é obtido dividindo o total de horas trabalhadas pela média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo no território económico.

4.1.3. Outros aspetos metodológicos

As OES mercantis englobam todas as unidades cuja produção é maioritariamente mercantil, ou seja, que se destina a ser transacionada no mercado por um preço economicamente significativo. Por convenção, considera-se que a produção apenas é vendida a preços economicamente significativos se mais de 50% dos custos de produção forem cobertos pelas vendas.

As variáveis foram estimadas recorrendo às fontes de informação e métodos das Contas Nacionais. As variáveis da sequência de contas do sistema de Contas Nacionais foram estimadas por CAOES e por ramo de atividade, com o objetivo de satisfazer o detalhe de informação necessário para o preenchimento dos quadros de resultados da conta satélite.

As principais fontes de informação em que se baseou a estimativa das variáveis monetárias e não monetárias da CSES foram as seguintes:

- CASES: Central de Balanços de Cooperativas;

- INE: Contas Nacionais, Inquérito ao Emprego, Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente, Inquérito às Associações de Socorros Mútuos, Inquérito às Associações, Uniões, Federações e Confederações Patronais; Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros;

- Inspeção Geral de Finanças - Censos às Fundações;

- Segurança Social (Orçamentos e Contas de IPSS – OCIP, Declaração de remunerações);

- Informação Empresarial Simplificada (IES);

- Relatórios e Contas de Instituições sem fim lucrativo;

- Balancetes analíticos detalhados das entidades da administração central e local.

4.2. INQUÉRITO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO 2012

4.2.1. Metodologia do Inquérito piloto ao Trabalho Voluntário (ITV)

Como referência metodológica e conceptual específica, foi utilizado o *Manual on the Measurement of Volunteer Work* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo principal objetivo é a criação de um sistema de recolha de informação sobre trabalho voluntário homogéneo entre países. Esta foi a base para a elaboração de uma versão simplificada do questionário preconizado pelo Manual, para a formulação das definições específicas, bem como para as questões do módulo de recolha da informação pretendida, processo realizado conjuntamente com a recolha do 3º trimestre de 2012 do Inquérito ao Emprego (IE).

Como metodologia geral, e uma vez que o ITV foi efetuado como anexo, ou módulo, do IE, foram utilizadas as regras e princípios metodológicos deste inquérito, dos quais se destacam:

Período de referência: As características observadas no inquérito referem-se fundamentalmente à situação no decorrer de uma semana pré-definida (de segunda a domingo), denominada semana de referência. As semanas de referência são repartidas uniformemente pelo trimestre.

População: O inquérito é dirigido à população residente (com idade igual ou superior a 15 anos) em alojamentos familiares no espaço nacional.

Base de amostragem e desenho de amostra: A amostra do IE é selecionada a partir de uma base de amostragem (constituída por um ficheiro de alojamentos familiares). A amostra do IE para o 3º trimestre de 2012 foi de 22 554 alojamentos.

Recolha de dados: O IE é um inquérito por recolha direta, admitindo respostas *proxy*. A recolha da informação é feita através de entrevista assistida por computador (sistema CAPI – *Computer Assisted Personal Interviewing* ou CATI – *Computer Assisted Telephone Interviewing*). Segundo este modo de recolha misto, a primeira inquirição (primeira entrevista ao alojamento) é feita presencialmente e as cinco inquirições seguintes, se forem cumpridos determinados requisitos, são feitas por telefone.

Resultados: A proteção do segredo estatístico é assegurada através da supressão da identificação pessoal dos registos individuais, na fase de processamento da informação. A extrapolação dos resultados é feita a partir de sistemas de ponderadores regionais, determinados a partir de estimativas independentes da população. Estes ponderadores são função das seguintes variáveis: região NUTS II por sexo e grupos etários quinquenais e ainda região NUTS III (ou agregações) por sexo ou grandes grupos etários.

Erros de amostragem: O objetivo de um inquérito por amostragem é o de generalizar a informação obtida numa amostra (fração reduzida da população) ao universo em análise, através de métodos que assegurem resultados para a população muito próximos da realidade. Às estimativas obtidas associa-se uma margem de erro relativamente aos verdadeiros valores que se obteriam numa inquirição a toda a população, apresentada sob a forma de coeficiente de variação.

Fiabilidade dos dados estimados: A utilização, análise e difusão dos resultados estimados seguem as regras de difusão do IE (limiares de qualidade), já que a origem da informação é um inquérito amostral junto das famílias e a matéria em causa aborda temas relativamente sensíveis.

4.2.2. Questões colocadas aos respondentes do ITV

Durante a recolha do 3º trimestre de 2012 do IE, foram colocadas questões adicionais a todos os respondentes de todos os agregados domésticos de todos os alojamentos da amostra do IE. À semelhança do IE, foram admitidas resposta *proxy*, isto é, um individuo pode responder por todos os restantes membros do agregado doméstico privado, o que, dado o tema e a sensibilidade das questões, se assumiu como um fator gerador de alguma menor qualidade nas respostas.

As questões do inquérito referiram-se a trabalho voluntário, embora, por motivos de comparabilidade internacional, e também de operacionalidade, tenha sido mencionado como trabalho não remunerado e não obrigatório. Foram ainda considerados apenas os últimos 12 meses em relação à semana de referência, e destinaram-se a todos os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos que responderam ao IE.

Antes da resposta ao questionário, depois da aplicação do filtro relativo ao critério de idade, o entrevistado foi contextualizado sobre o objetivo das questões que se iriam seguir, tendo-se indicado o *seguinte:*
"Até este momento tem sido questionado acerca de trabalho remunerado. As próximas perguntas estão relacionadas com trabalho não remunerado e não obrigatório que tenha realizado, isto é, tempo que tenha disponibilizado sem contrapartida monetária a atividades realizadas quer através de uma organização ou diretamente para outros fora do seu agregado familiar.
Nota: Trabalho foi entendido aqui como uma atividade que poderia, em princípio, ser feita a troco de remuneração; e o reembolso de despesas (ex. alimentação e deslocação) não desqualificou uma atividade."

A primeira pergunta pretendeu captar o número de indivíduos que, nos últimos 12 meses, realizaram algum tipo de trabalho não remunerado e voluntário. Em caso de resposta negativa, o questionário não continuava.

A segunda pergunta teve como objetivo identificar o tipo de trabalho voluntário realizado, existindo quatro hipóteses de resposta: trabalho voluntário formal; trabalho voluntário informal; ambos; e "não sabe/não responde". Foram, sempre que necessário, apresentados exemplos ou mesmo as próprias definições concetuais. Se, ainda assim, o entrevistado desconhecia o tipo de trabalho voluntário realizado por si ou pelo indivíduo por quem respondia, o questionário era finalizado.

A terceira pergunta foi feita apenas aos indivíduos que mencionaram realizar trabalho voluntário formal e procurava identificar o tipo de organização para a qual o indivíduo desenvolveu esse trabalho não remunerado. No caso de múltiplas alternativas, foi considerada apenas a organização principal, isto é, a organização a que se destinou a maior parte desse trabalho. Coube ao INE classificar a organização de acordo com uma lista de possibilidades apresentada no questionário, a qual foi lida apenas quando o inquirido apresentou dificuldade em responder.

A quarta pergunta destinou-se a verificar a atividade económica principal da organização anteriormente mencionada pelo entrevistado, isto é, a atividade que melhor definia o motivo pelo qual a organização foi criada ou a função pela qual seria melhor conhecida. Foi apresentada no questionário uma listagem de possibilidades que, como na pergunta anterior, apenas foi enunciada a título de exemplo quando o inquirido apresentou dificuldade em responder.

A quinta pergunta desdobrou-se em dois objetivos distintos. Em primeiro lugar, pretendia saber as características das funções ou tarefas desempenhadas no exercício de atividades de voluntariado formal. Em segundo lugar, procurava identificar as tarefas realizadas no âmbito de atividades de voluntariado informal. Assim, esta questão foi colocada considerando a resposta obtida na segunda pergunta: se um indivíduo realizou apenas trabalho voluntário formal, deve responder apenas à versão a) desta pergunta; se realizou apenas trabalho voluntário informal, deve responder apenas à versão b); se realizou ambas as formas de trabalho voluntário, formal e informal, devia responder às duas versões. De notar que, nesta questão, os entrevistados indicaram a principal ou principais (no máximo três) tarefas ou funções que desempenharam no exercício de trabalho voluntário, com o maior detalhe possível e atendendo, em particular, à diferença entre tarefas especializadas e não especializadas.

A sexta pergunta teve como objetivo distinguir, relativamente ao trabalho voluntário para o qual foi dedicado mais tempo, a sua regularidade, ou seja, se foi regular ou ocasional. Nos casos em que o entrevistado não conseguia responder, o questionário foi terminado.

A sétima pergunta destinou-se apenas aos indivíduos que admitiram ter realizado tarefas de carácter regular, sendo o seu objetivo o de saber, em média, quantas horas semanais o inquirido dedicou ao trabalho não remunerado considerado como mais relevante na pergunta anterior. Para o efeito foram apresentados cinco intervalos de horas.

A oitava pergunta pretendeu obter, em média, o número total de horas anuais que o inquirido dedicou à atividade de voluntariado ocasional que apontou ter realizado. Evidentemente, esta pergunta foi colocada apenas aos indivíduos que na pergunta seis indicaram ter realizado uma atividade ocasional.

4.2.3. Conceitos e métodos específicos

Atividade económica
Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Horas trabalhadas
O total de horas de trabalho voluntário foi estimado através da ponderação dos intervalos de horas utilizados na recolha de informação, com recurso a pontos médios, à semelhança da metodologia utilizada no Inquérito ao Emprego. Este método tende a exercer uma influência ampliadora sobre o total de horas amostrais, e, portanto, de sobreavaliação dos resultados, pelo que se recomenda alguma prudência na análise dos resultados obtidos e nas conclusões subsequentes.

Proxy
Pessoa que responde no lugar do respondente efetivo.

Trabalho voluntário

Segundo a OIT, trabalho voluntário deverá ser definido como "trabalho não pago e não compulsivo; que consiste no tempo que os indivíduos [com mais de 15 anos] dedicam a atividades não remuneradas, realizadas através de uma organização ou diretamente, em prol de outros que não pertençam ao seu agregado familiar."[15] Ou seja, o voluntariado é aqui encarado como:

- Uma forma de trabalho; i.e. que produz valor, durante um período específico de tempo (no mínimo uma hora) num dado período de referência (neste inquérito específico, um ano);
- Desenvolvido de forma não compulsiva;
- Não remunerado, embora algumas formas de reembolso de despesas (ex. de alimentação ou deslocação), presentes ou outras expressões de gratidão possam ser permitidas – desde que não ultrapassem o valor dos salários de mercado relativos à tarefa em causa;
- Dirigido quer a partir de organizações (instituições sem fim lucrativo ou de outro tipo), quer a partir de iniciativa individual para outros indivíduos, desde que estes não pertençam ao agregado familiar do voluntário.

Admitem-se, portanto, dois tipos distintos de trabalho voluntário:

[15] "*Unpaid non-compulsory work; that is, time individuals give without pay to activities performed either through an organization or directly for others outside their own household*."

- Trabalho Voluntário Formal ou Organizacional, que se entende como todo o trabalho não remunerado e não obrigatório que tenha sido realizado através de uma organização (ex. voluntariado como professor ou tutor numa organização; participação em ações do Banco Alimentar, bombeiros, escuteiros);

- Trabalho Voluntário Informal ou Direto, que se considera ser todo o trabalho voluntário feito diretamente por um indivíduo a outros indivíduos não residentes no alojamento (ex. explicações gratuitas para o filho de um vizinho, amigo, etc.; tomar conta de idosos, tomar conta de animais domésticos de um amigo, vizinho, colega, etc. enquanto este se ausenta para férias).

Dadas as características descritas, são excluídas todas as atividades de voluntariado originadas por decisões judiciais, obrigatórias como parte de uma sentença de prisão, estágios não remunerados que integram um currículo académico, entre outras formas de voluntariado «forçadas».

O trabalho de entreajuda, ou seja, o trabalho efetuado num negócio, exploração agrícola ou gabinete profissional, por parte de um familiar (que não vive no alojamento) ou de um amigo, como retribuição de um outro trabalho prestado, não deve ser entendido como voluntariado.

De igual forma, do trabalho voluntário são excluídas todas as atividades de voluntariado de iniciativa empresarial quando realizadas durante o horário de trabalho ou, de forma geral, todas as atividades que se realizam em simultâneo com um «trabalho pago». No entanto, se essas atividades partirem de iniciativas dos trabalhadores, ocorrendo, em geral, fora do horário de trabalho e onde não se verifiquem contrapartidas financeiras para os participantes, será considerado trabalho voluntário.
Por fim, não deve ser considerado como atividade de trabalho voluntário qualquer tipo de ajuda monetária ou não monetária, na forma de empréstimos, dádivas, ou donativos a instituições ou particulares, embora o mesmo não se aplique a participações em ações de angariação de fundos que mais tarde se poderão traduzir em donativos.

Importa ainda referir que, embora menos detalhada e mais centrada nas atividades de voluntariado formal (realizado via organização) a definição portuguesa de voluntariado na lei de Bases do enquadramento jurídico do voluntariado (Lei nº.71/98, artigo 2) aproxima-se bastante da acima exposta, considerando-o como o "conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas".

Trabalho voluntário formal
Trabalho voluntário feito para ou através de uma organização.

Trabalho voluntário informal
Trabalho voluntário feito diretamente pelo indivíduo a outros indivíduos não pertencentes ao seu agregado familiar.

Trabalho voluntário regular
Trabalho voluntário que pressupõe uma rotina periódica (diária, semanal, mensal).

Trabalho voluntário ocasional
Trabalho voluntário que corresponde a uma tarefa de curta duração, por um período pré-determinado.

Taxa de voluntariado
Proporção de voluntários com determinadas caraterísticas no total da população residente com 15 ou mais anos que tenham as mesmas caraterísticas.

Valorização das horas
No sentido de valorizar economicamente o total de horas voluntariadas considerou-se a recomendação do *Manual on the Measurement of Volunteer Work* e privilegiou-se uma

metodologia de “custo de substituição” (*cost replacement*), isto é, procurou-se atribuir às horas de trabalho voluntário um valor de mercado equivalente.

Este método assume implicitamente que existem “substitutos de mercado equivalentes” e que a qualidade e produtividade dos substitutos é igual à de profissionais, o que constitui um pressuposto muito forte. Deste modo, a aplicação desta metodologia e, em particular, a escolha do salário/remuneração a aplicar poderá ser questionável, sendo, por isso, importante analisar os resultados obtidos com alguma reserva.

No sentido de minimizar alguns dos problemas acima expostos, foram aplicadas três variantes na aplicação da metodologia de ”custo de substituição”:

- “Salário por ocupação profissional”: multiplicar o número de horas dedicadas a uma determinada atividade pelo salário médio por hora associado à ocupação profissional equivalente;

- “Salário de apoio social”: atribuir às horas de trabalho voluntário um salário horário médio resultante da média dos salários horários médios das ocupações profissionais mais frequentes no âmbito de trabalho voluntário[16];

- Salário mínimo nacional: assumir uma valorização equitativa independentemente da atividade prestada aplicando sobre o volume de horas o salário mínimo nacional (média por hora).

Face aos resultados obtidos, e de uma maneira geral, poder-se-á concluir que a utilização de um método mais generalista (salário mínimo) tenderá a subestimar o valor do trabalho voluntário e o uso de um método mais específico tenderá a sobrestimar esse mesmo valor.

[16] Foram aqui consideradas as seguintes classes da CPP: 34 (Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares); 44 (Outro pessoal de apoio de tipo administrativo); 51 (Trabalhadores dos serviços pessoais); 53 (Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares); 91 (Trabalhadores de limpezas); 92 (Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta); 93 (Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes).